

ANDRÉ FILIPE SEQUEIRA CARREGADO

**PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO ANTIGO
PALACETE DA FAMÍLIA FEU GUIÃO**

Orientador: Prof. Doutor. Arqº. Vasco Pinheiro.

Volume I

Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias

Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias da informação

Lisboa

2012

ANDRÉ FILIPE SEQUEIRA CARREGADO

**PROJECTO DE REABILITAÇÃO DO ANTIGO
PALACETE DA FAMÍLIA FEU GUIÃO**

Tese apresentada para a obtenção do Grau de Mestre em arquitectura, no Curso de Mestrado em Arquitectura, conferido pela Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.

Orientador. Prof. Doutor. Arqº Vasco Pinheiro

Volume I

**Universidade Lusófona de Humanidade e Tecnologias
Departamento de Arquitectura**

Lisboa

2012

Agradecimentos

Ao longo destes anos de estudo na área da arquitectura, são várias as pessoas as quais tiveram uma grande influência no meu percurso académico até chegar a esta grande etapa final, para a obtenção do grau mestre.

Deste modo, agradeço a todos os professores que me acompanharam e me apoiaram ao longo do meu percurso académico e que me tornaram aquilo que sou hoje graças ao seu ensino.

No entanto, em especial quero agradecer ao Professor Vasco Pinheiro que me acompanhou ao longo desta dissertação, com todo o gosto e apoio, bem como me iluminou para o gosto e necessidade da reabilitação de edifícios.

Ao Arquitecto Carlos Perry, pelo apoio e acompanhamento deste mesmo trabalho, colaborando bastante ao nível da história e tecnologia de edifícios.

À Câmara Municipal de Setúbal pelo fornecimento de alguns documentos e por todo o profissionalismo demonstrado, ao Eng. Jorge Barros, do departamento de engenharia, à historiadora Florbela, do departamento de História e ao Arq. Thierry do departamento de Urbanismo.

Ao Engenheiro Pedro Novais, pela gentileza da abertura das portas da sua propriedade, de modo a permitir as visitas ao edifício, sem as quais não teria sido possível a elaboração deste.

Ao Exmo. Sr. António Cunha Bento pelo fornecimento de uma história familiar fantástica, bem como por todos os registos fornecidos de grande importância para a elaboração deste trabalho. À Arquitecta Inês Gato de Pinho pelo apoio e esclarecimento prestados.

À antiga Professora da Escola Primária da Fonte Nova, inserida no edifício em questão, Prof.^a Maria Odete Tavares.

Por fim, só tenho a agradecer a todos os meus familiares, amigos e namorada por todo o incentivo e apoio dado ao longo de todo o processo deste trabalho, quer nos momentos de grande entusiasmo quer nos momentos de exaustão.

Resumo

Esta dissertação trata da problemática da Reabilitação de edifícios. Abordando deste modo os prós e contras da prática da conservação ou reabilitação.

De um modo geral, para além da população de uma cidade, os edifícios constituem a imagem da cidade, bem como conferem a sua identidade. Deste modo, os edifícios antigos salvaguardam o património histórico, preservando toda a sua identidade cultural, bem como as memórias. Com a história dos edifícios, é possível revelar a nossa identidade, a qual faz parte da nossa herança cultural.

Deste modo, o antigo palácio da Família Feu Guião, faz parte de um dos exemplos mais notáveis da arquitectura existente no Bairro da Fonte Nova, tratando-se de um edifício dos finais do século XVIII, possui uma grande História não só pelas várias gerações que por ali passaram, como também pelas várias épocas de construção. No entanto, encontra-se em mau estado de conservação, necessitando urgentemente de uma intervenção de modo a salvaguardar toda a herança cultural.

Assim, segundo uma estratégia global das acções de reabilitação, é elaborada uma proposta de intervenção de modo não só a preservar o edifício, bem como melhorar o seu desempenho.

Palavra-Chave: Reabilitação - Identidade – Património

Abstract

This dissertation addresses the problematic of Buildings Rehabilitation. Thereby addressing the pros and cons of the practice of conservation or rehabilitation.

In general, besides city population, buildings make up the image of the city and confer their identity. Thus, the old buildings safeguard the historic heritage, preserving all its cultural identity and memories. With the history of the buildings, it is possible to reveal our identity, which is part of our cultural heritage.

Thus, the former palace of the Feu Guião Family is part of one of the most notable examples of architecture existing in the neighborhood of Fonte Nova, in the case of a building from the late eighteenth century, has a great history not only by several generations passed by there, as well as the various construction periods. However, it is in poor condition, requiring urgent intervention to safeguard its entire cultural heritage.

Thus, according to a global strategy of rehabilitation, a proposal for intervention is developing in order not only to preserve the building as well as improve its performance.

Keywords: Rehabilitation – Identity - Heritage

Abreviaturas, siglas e símbolos

CMS – Câmara Municipal de Setúbal

DGOTDU - Direcção Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano

FEDER - Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional

GECORPA - Grémio das Empresas de Conservação e Restauro do Património Arquitectónico

IGESPAR - Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico

IHRU - Instituto da habitação e da Reabilitação Urbana

MODCOM – Programa de Apoio à Modernização do Comércio

PERU - Programa de Emergência para a Reabilitação Urbana

PIVZRS – Programa Integrado de Valorização da Zona Ribeirinha de Setúbal

POLIS - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades

PORLisboa - Programa Operacional Regional de Lisboa

PRAUD - Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas

PRID - Programa para Recuperação de Imóveis Degradados

PROCOM - Programa de Apoio à modernização do Comércio

PROHABITA – Programa de Financiamento para Acesso à Habitação

PROSIURB - Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e de Apoio à execução dos Planos Directores Municipais

PRU - Programa de Reabilitação Urbana

QREN - Quadro de Referencia Estratégico Nacional

RECITE/RE - Regiões e Cidades para a Europa/Energias Renováveis aplicadas em Edifícios de Cidades Europeias com Centros Históricos

RECRUA - Regime Especial de Participação na Recuperação de Imóveis Arrendados

RECRIPH - Regime Especial de Participação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal

REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas,

RESET – Programa de Regeneração Urbana do Centro Histórico de Setúbal

RUBE – Programa de Regeneração Urbana da Bela Vista e Zona Envolvente

SECIL – Sociedade Geral de Cal e Cimento, Lda.

SOLARH - Programa de Apoio Financeiro Especial para a Realização de Habitações

SPN – Sociedade de Construção, Lda.

Índice geral

Volume I

Introdução	21
Justificação do tema.	21
Objectivos da investigação.	22
Metodologia.	22
Capítulo 1 - A conservação e reabilitação de edifícios.	24
1.1 – O Papel da conservação e reabilitação na sociedade actual	24
1.1.1 - Conceitos que conformam a prática da reabilitação.	25
1.1.2 – Sustentabilidade e vantagens da prática de reabilitação.	30
1.1.3 – Programas de reabilitação.	31
1.1.4 – Programas de reabilitação do Município de Setúbal e as suas competências.	34
Capítulo 2 - Caracterização da Área de Intervenção.	37
2.1 - A génese da cidade de Setúbal e a sua Sociedade.	37
2.2 - O Bairro da Fonte Nova.	46
2.2.1 - Análise Sociológica.	48
2.2.2 - Análise Urbana.	50
2.2.3 - Análise Tipológica.	53
Capítulo 3 - O antigo Palacete da Família Feu Guião.	58
3.1 – A importância da reabilitação do edifício.	58
3.2 - Evolução histórica do edifício.	63
Capítulo 4 - Caracterização Arquitectónica e construtiva do antigo Palacete da Família Feu Guião.	72
4.1 - A imagem do edifício.	72
4.2 - A tipologia do edifício.	79
4.3 - Caracterização construtiva do edifício.	95
4.3.1 - Elementos primários.	95

4.3.1.1 – Fundações.	95
4.3.1.2 – Pavimentos.	96
4.3.1.3 – Paredes.	96
4.3.1.4 – Coberturas.	99
4.3.1.5 – Escadas.	99
4.3.1.6 – Varandas.	100
4.3.2 - Elementos secundários.	101
4.3.2.1 – Vãos de carpintaria	101
4.3.2.2 – Guardas de serralharia.	103
4.3.2.3 – Elementos de cantaria.	104
4.3.2.4 – Elementos de ferro	106
4.3.3 – Revestimentos e acabamentos.	107
4.3.3.1 – Revestimentos de pavimentos.	107
4.3.3.2 – Revestimentos de paredes.	107
4.3.3.3 – Revestimentos de tectos.	109
4.3.3.4 – Revestimentos de cobertura.	110
4.3.4 – Instalação de rede eléctrica	111
Capítulo 5 - Estado de conservação do antigo palacete da família Feu Guião.	112
5.1 – Estudo e levantamento do estado de conservação do edifício.	112
5.2 – Patologias do edifício.	112
5.2.1 - Elementos primários.	113
5.2.1.1 – Fundações.	113
5.2.1.2 – Pavimentos	113
5.2.1.3 – Paredes.	115
5.2.1.4 – Coberturas.	117
5.2.1.5 – Escadas.	118
5.2.1.6 – Varandas.	119
5.2.2 - Elementos secundários.	120
5.2.2.1 – Vãos de carpintaria	120
5.2.2.2 – Guardas de serralharia.	121
5.2.2.3 – Elementos de cantaria.	122
5.2.2.4 – Ferragens de ferro.	123

5.2.3 - Revestimentos, acabamentos	123
5.2.3.1 – Revestimentos de pavimentos.	123
5.2.3.2 – Revestimentos de paredes	124
5.2.3.3 – Revestimentos de tectos.	126
5.2.3.4 – Revestimentos de cobertura.	126
Capítulo 6 – Proposta de intervenção.	128
6.1 - Objectivos a atingir.	128
6.2 - Estratégia de projecto.	129
6.3 - Proposta espacial do projecto.	132
Conclusão.	145
Bibliografia Utilizada.	147
Bibliografia Consultada.	152
Glossário.	158
Índice Remissivo.	160

Volume II

Apêndice I – Sobreposição da carta de 1804 com a actual malha urbana.	I
Apêndice II – Edifícios classificados ou em vias de classificação.	II
Apêndice III – Levantamento do numero de pisos do Bairro da Fonte Nova.	III
Apêndice IV – Planta de actividades e usos do bairro da Fonte Nova.	IV
Apêndice V – Evolução do edifício.	V
Apêndice VI – Levantamento do Edifício.	VI
Apêndice VII – Alterações (amarelos e vermelhos)	XVII
Apêndice VIII – Proposta de Intervenção	XXIX
Apêndice IX – Plantas de tectos e iluminação.. . . .	XLI
Apêndice X – Plano de acessibilidades	XLIII
Anexo 1 - Ideograma de Setúbal Medieval.	XLV
Anexo 2 - Planta de Setúbal em 1689 – Descrição da muralha medieval e dos baluartes em construção.	XLVI
Anexo 3 - Planta da cidade de Setúbal de 1805.	XLVII
Anexo 4 - Planta da Cidade de Setúbal elaborada a 1950.	XLIX

Anexo 5 - Aglomeração Urbana da Cidade de Setúbal até 1974.	L
Anexo 6 - Foros, rendas de Prédios e outros de 1900 a 1920.	LI
Anexo 7 - Projecto de alterações de 1928.	LIII
Anexo 8 - Planta do Piso 1, elaborada em 1929.	LVIII
Anexo 9 - Planta do Piso 0, sem data.	LX
Anexo 10 - Planta do Piso 1, sem data.	LXII
Anexo 11 - Projecto de rede eléctrica, elaborado em 1932.	LXIV

Índice de gráficos

Gráfico 001 – Evolução Demográfica da População Residente na Junta de Freguesia da Anunciada (Fonte: Gráfico elaborado pelo autor, tendo por base os dados obtidos na Junta de Freguesia da Anunciada)	50
---	----

Índice de figuras

Figura 001 – Ideograma de Setúbal Medieval. (Fonte: FARIA, 1985, p. 51)	38
Figura 002 - Planta de Setúbal em 1689 – Descrição da muralha medieval e dos baluartes em construção. (Fonte: Planta facultada pela CMS)	40
Figura003 - Planta da cidade de Setúbal de 1805, levantada por sua alteza real debaixo da inspecção da junta dos três estados, levantamento por Maximiano José da Serra, Engenheiro mor do real corpo de Engenharia. (Fonte: Planta facultada pela CMS)	42
Figura 004 - Planta da Cidade de Setúbal elaborada a 1950. (Fonte: FARIA, 1985, p. 63). .	44
Figura 005 – Aglomeração Urbana da Cidade de Setúbal até 1974. (Fonte: FARIA, 1985, p. 78)	46
Figura 006 – Área de estudo no Bairro da Fonte Nova. (Fonte: Imagem elaborada pelo autor, tendo por base imagens do Google Earth de 23 Junho de 2007, acedido a 5 de Fevereiro de 2012)	47
Figura 007 – Eixos geradores do Bairro da Fonte Nova (Fonte: Imagem elaborada pelo autor, tendo por base imagens do Google Earth de 23 Junho de 2007, acedido a 5 de Fevereiro de 2012)	51
Figura 008 – Edifícios classificados ou em vias de classificação (Fonte: Imagem elaborada pelo autor)	52
Figura 009 – Levantamento do número de pisos do Bairro da Fonte Nova. (Fonte: Imagem elaborada pelo autor)	53
Figura 010 – Fotografia da Rua Vasco da Gama (Fonte: Foto tirada pelo autor a 8 de Fevereiro de 2011)	53
Figura 011 – sobreposição da cartográfica de 1804 com a actual malha urbana. (Fonte: Imagem elaborada pelo autor)	54
Figura 012 – Planta de actividades e usos do Bairro da Fonte Nova. (Fonte: Imagem elaborada pelo autor)	55
Figura 013 – Novo edifício, no gaveto da Rua das oliveiras, com a Rua Jacob Queimado. (Fonte: SILVA, 2002)	56
Figura 014 – Exemplo de cobertura existente (Fonte: SILVA, 2002)	57
Figura 015 – Praça machado dos Santos e a Rua Paulino de Oliveira, rua central do bairro que atravessa a Praça (Fonte: Imagem elaborada pelo autor tendo por base uma imagem retirada do Google Earth, datada de 23 de Junho de 2007)	59

Figura 016 – Fotografia da parte nascente da Praça Machado dos Santos nos anos 40 contrastando com os dias de hoje (Fonte: imagem retirada do grupo: Setúbal Quase Esquecida, in http://www.facebook.com/groups/206258199422396/ , acedido a 25 de Dezembro de 2011)	59
Figura 017 – Fotografia da «Fonte Nova» na parte nascente da Praça Machado dos Santos nos anos 40 (Fonte: imagem retirada do grupo: Setúbal Quase Esquecida, in http://www.facebook.com/photo.php?fbid=271219502893705&set=oa.214518078596408&type=1&theater , acedido a 25 de Dezembro de 2011)	60
Figura 018 – Largos/ Praças existentes no bairro da Fonte Nova e ruas principais. (Fonte: Imagem elaborada pelo autor tendo por base uma imagem retirada do Google Earth, datada de 23 de Junho de 2007)	62
Figura 019 – Antiga Rua existente contígua ao Edifício. (Fonte: Imagem elaborada pelo autor, tendo por base a cartografia de 1805)	66
Figura 020 – Fotografia do edifício em 1966. (Fonte: Imagem fornecida por um descendente da família Cunha, Sr. António Cunha Bento)	69
Figura 021 – Fotografia do edifício em 1979. (Fonte: Arquivo Municipal do Fotografo Américo Ribeiro, AR15393, Américo Ribeiro, Palácio Feu Gião, 1979)	69
Figura 022 – Fotografia do edifício em 1988. (Fonte: Imagem fornecida por um descendente da família Cunha, Sr. António Cunha Bento)	70
Figura 023 – Fotografia do edifício em 2011. (Fonte: Imagem fornecida por um descendente da família Cunha, Sr. António Cunha Bento)	71
Figura 024 – Localização do palácio Feu Guião. (Fonte: Imagem elaborada pelo autor, tendo por base imagens do Google Earth de 23 Junho de 2007, acedido a 5 de Fevereiro de 2012).	73
Figura 025 – Alçado Nascente – Praça Machado dos Santos. (Fonte: Imagem elaborada pelo autor)	74
Figura 026 – Vista pelo lado Nascente – Praça Machado dos Santos. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	74
Figura 027 – Janela de sacada e resguardo de ferro da fachada principal. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	75
Figura 028 – Gárgula central da fachada principal. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	75
Figura 029 – Marca de um possível fresco ou de deslocação do Brasão. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 1 de Janeiro de 2012)	75

Figura 030 – Fotografia da Fachada Principal. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	76
Figura 031 – Fotografia do Pórtico Brasonado da Fachada Principal. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	76
Figura 032 – Alçado Sul – Rua Paulino Oliveira. (Fonte: Imagem elaborada pelo autor) ..	76
Figura 033 – Fotografia da Fachada a Sul. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	77
Figura 034 – Fotografia da porta de entrada a Sul. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	77
Figura 035 – Fotografia da Fachada a Sul vista da Rua Paulino de Oliveira. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	77
Figura 036 – Alçado Poente – Rua Jacob Queimado. (Fonte: Imagem elaborada pelo autor)	78
Figura 037 – Alçado Poente – Rua Jacob Queimado. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	78
Figura 038 – Evolução do Edifício. (Fonte: Imagem elaborada pelo autor)	80
Figura 039 – Planta do Piso 0, elaborada por José Júlio Carreira da Cunha (Fonte: Planta fornecida por um descendente da família Cunha, Sr. António Cunha Bento)	81
Figura 040 – Planta do existente e pré existências do Piso 0 (Fonte: Imagem elaborada pelo autor).	82
Figura 041 – Fotografia do pátio existente na ala norte do edifício. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	83
Figura 042 e 043 – Fotografias do armazém, antiga Associação da Brasileira. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	83
Figura 044 – Fotografia do armazém. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	84
Figura 045 – Fotografia do antigo lagar. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	84
Figura 046 – Fotografia das antigas cavalariças. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	85
Figura 047 e 048 – Fotografias do hall de entrada principal. (Fonte: Fotografias fornecidas pelo actual proprietário, Eng.º Pedro Novais.)	85
Figura 049 – Fotografia do Pátio Principal. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	86

Figura 050 – Fotografia da escadaria do pátio principal. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	86
Figura 051 – Fotografia do arco existente no pátio Principal. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	86
Figura 052 e 053 – Fotografias do armazém 1 e 2. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)	87
Figura 054 – Fotografia do armazém 3.(Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)	87
Figura 055 e 56 – Fotografias do espaço da antiga loja de latoaria. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)	88
Figura 057 – Projecto de alterações elaborado em 1928, em nome de José Júlio Carreira da Cunha. (Fonte: Planta fornecida por um descendente da família Cunha, António Cunha Bento, esta mesma planta encontra-se no Arquivo Distrital de Setúbal, possuindo a Cota: 81/28). . .	88
Figura 058 – Planta do Piso 1, elaborada em 1929, em nome de José Júlio Carreira da Cunha. (Fonte: Planta fornecida por um descendente da família Cunha, Sr. António Cunha Bento). .	89
Figura 059 – Planta do Piso 1, sem dada de elaborada, em nome de José Júlio Carreira da Cunha. (Fonte: Planta fornecida por um descendente da família Cunha, Sr. António Cunha Bento)	90
Figura 060 – Planta do existente e pré existências do Piso 1. (Fonte: Imagem elaborada pelo autor)	91
Figura 061 e 062 – Fotografias da ruína do corredor do piso 1 na ala norte. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)	92
Figura 063 – Fotografia da ruína do espaço de Sala de Refeições. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)	92
Figura 064 – Fotografia da sala de Visitas. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)	93
Figura 065 – Fotografia do fresco existente na antiga sala dos Professores. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)	93
Figura 066 – Fotografia da passarela 1. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	94
Figura 067 – Fotografia da passarela 2. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	94

Figura 068 – Fotografia da área de corredor para a cozinha. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)	94
Figura 069 – Fotografia da área de cozinha. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)	95
Figura 070 – Fotografia das fundações visíveis. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)	96
Figura 071 – Fotografia da parede existente no armazém (Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)	97
Figura 072 – Fotografia da parede na área de loja de latoaria. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	98
Figura 073 – Fotografia de uma asna da cobertura principal do edifício. (Fonte: Fotografia fornecida pelo actual proprietário, Eng.º Pedro Novais.)	99
Figura 074 – Fotografia da escadaria principal do edifício. (Fonte: Fotografia fornecida pelo actual proprietário, Eng.º Pedro Novais.)	100
Figura 075, 076 e 077 – Fotografias das restantes escadas do edifício. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	100
Figura 078 – Fotografia de uma varanda da fachada principal. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	101
Figura 079 – Fotografia de uma janela de duas folhas da fachada Principal. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	102
Figura 080 – Fotografia da porta principal. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	102
Figura 081; 082; 083; 084; 085; 086; 087 e 088 – Restantes portas exteriores do edifício. (Fonte: Fotos do autor tiradas no dia 2 de Fevereiro de 2011)	103
Figura 089 – Fotografia de uma Guarda existente na Fachada Principal. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	103
Figura 090 – Fotografia de uma janela de sacada da fachada principal. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	104
Figura 091 – Fotografia de uma das gárgulas existentes na fachada principal. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	104
Figura 092 – Fotografia do Brasão da Família Foyo Sanches. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	105

Figura 093 – Reprodução do Brasão da Família Feyo Sanches. (Fonte: Imagem elaborada pelo autor, tendo por base a figura 092)	105
Figura 094, 095 e 096 – Puxadores de ferro existentes nas portas exteriores. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	106
Figura 097 e 098 – Tocheiras existentes. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	107
Figura 099 – Postigo da porta principal. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	107
Figura 100 – Exemplo de revestimento em mau estado. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	108
Figura 101 – Moldura superior em estuque sobre a janela de sacada na fachada a nascente. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	108
Figura 102 – Fresco existente na antiga sala dos Professores. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	109
Figura 103 – Fresco existente na Antiga Sala de Visitas. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	109
Figura 104 e 105 – Lambrim de azulejos existente nas escadas do hall de entrada principal. (Fonte: Fotografias fornecidas pelo actual proprietário, Eng.º Pedro Novais.)	109
Figura 106 – Revestimento de estuque sobre reboco. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	110
Figura 107 – Revestimento de estuque sobre ripado de madeira. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	110
Figura 108 – Fotografia do revestimento de cobertura. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	110
Figura 109 – Planta da do projecto de instalação eléctrica elaborado em 1932 (Fonte: Planta fornecida por um descendente da família Cunha, Sr. António Cunha Bento)	111
Figura 110 e 111 – Fundações parcialmente visíveis. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	113
Figura 112 – Estrutura de pavimentos existente no primeiro piso na ala a poente. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 1 de Fevereiro de 2011)	114
Figura 113 – Estrutura de pavimentos existente no primeiro piso na ala a poente. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 1 de Fevereiro de 2011)	115

Figura 114 – Estrutura do pavimento com elementos de ferro existente na ala poente do edifício. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 1 de Fevereiro de 2011)	115
Figura 115 – Exemplo de fendilhação e desagregação existente na fachada a sul do edifício. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 28 de Abril de 2011)	116
Figura 116 – Exemplo de desagregação existente na fachada poente do edifício. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 28 de Abril de 2011)	117
Figura 117 e 118 – Fotografias da cobertura existente no edifício. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 28 de Abril de 2011)	118
Figuras 119 e 120 – Escadas dos pátios na ala poente do edifício. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	118
Figura 121 e 122 – Escada de acesso ao primeiro piso pela entrada a poente. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	119
Figura 123 – Fotografia de uma varanda existente na fachada a sul. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)	119
Figura 124 e 125 - Fotografia de uma janela existente na fachada principal e Porta principal. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 28 de Abril de 2011)	120
Figura 126 – Guarda de ferro de uma varanda existente na fachada sul. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2012)	121
Figura 127 – Porta existente na fachada principal. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 28 de Abril de 2011)	122
Figura 128 – Cantaria existente numa entrada da fachada a poente. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 28 de Abril de 2011)	123
Figura 129 – Fendilhação existente num vão da fachada principal. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 28 de Abril de 2011)	124
Figura 130 – Exemplo de desagregação das argamassas, na fachada principal. (Fonte: Foto do autor tirada no dia 28 de Abril de 2011)	125
Figura 131 – Lambrim de azulejo existente no hall de entrada principal. (Fonte: Fotografia fornecida pelo actual proprietário, Eng.º Pedro Novais.)	125
Figura 132 e 133 – Exemplo de desagregação das argamassas em tectos. (Fonte: Fotografias fornecidas pelo actual proprietário, Eng.º Pedro Novais.)	126
Figura 134 – Revestimento de cobertura existente. (Fonte: Foto tirada pelo autor a 2 de Fevereiro de 2011)	127
Figura 135 – Recepção (Fonte: Imagem elaborada pelo autor.)	132

Figura 136 – Bar (Fonte: Imagem elaborada pelo autor.)	133
Figura 137 – Biblioteca e mediateca (Fonte: Imagem elaborada pelo autor.)	135
Figura 138 – Loja de carácter de Promoção Regional (Fonte: Imagem elaborada pelo autor.)	136
Figura 139 – Gabinete de Apoio Social (Fonte: Imagem elaborada pelo autor.)	137
Figura 140 - Gabinetes Administrativos (Fonte: Imagem elaborada pelo autor.)	138
Figura 141 – Núcleo de Instalações Sanitárias do piso 0 (Fonte: Imagem elaborada pelo autor.)	139
Figura 142 – Pátio Exterior (Fonte: Imagem elaborada pelo autor.)	139
Figura 143 – Pátio Interior (Fonte: Imagem elaborada pelo autor.)	140
Figura 144 – Salas de Formação (Fonte: Imagem elaborada pelo autor)	141
Figura 145 – Espaço Expositivo (Fonte: Imagem elaborada pelo autor)	142
Figura 146 – Auditório (Fonte: Imagem elaborada pelo autor)	143
Figura 147 – Núcleo de Instalações sanitárias do piso 1. (Fonte: Imagem elaborada pelo autor)	143
Figura 148 – Aproveitamento de sótão (Fonte: Imagem elaborada pelo autor)	144

Índice de desenhos

- Desenho Nº 001- Sobreposição da carta de 1804 com a actual malha urbana – Esc. 1/2000
- Desenho Nº 002 - Edifícios classificados ou em vias de classificação – Esc. 1/2000
- Desenho Nº 003- Levantamento do número de pisos do bairro da Fonte Nova – Esc. 1/2000
- Desenho Nº 004 - Planta de actividades e usos do bairro da Fonte Nova – Esc. 1/2000
- Desenho Nº 005 – Evolução do Edifício – Esc. 1/2000
- Desenho Nº 006 – Planta implantação [Levantamento] – Esc. 1/500
- Desenho Nº 007 – Planta piso 0 [Levantamento] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 008 – Planta piso 1 [Levantamento] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 009 – Planta da cobertura [Levantamento] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 010 – Alçado Nascente [Levantamento] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 011 – Alçado Poente [Levantamento] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 012 – Alçado Sul [Levantamento] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 013 – Corte A [Levantamento] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 014 – Corte B [Levantamento] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 015 – Corte C [Levantamento] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 016 – Corte D [Levantamento] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 017 – Planta implantação [Alterações] – Esc. 1/500
- Desenho Nº 018 – Planta piso 0 [Alterações] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 019 – Planta piso 1 [Alterações] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 020 – Planta do sótão [Alterações] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 021 – Planta da cobertura [Alterações] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 022 – Alçado Nascente [Alterações] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 023 – Alçado Poente [Alterações] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 024 – Alçado Sul [Alterações] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 025 – Corte A [Alterações] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 026 – Corte B [Alterações] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 027 – Corte C [Alterações] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 028 – Corte D [Alterações] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 029 – Planta implantação [Solução final] – Esc. 1/500
- Desenho Nº 030 – Planta piso 0 [Solução final] – Esc. 1/100
- Desenho Nº 031 – Planta piso 1 [Solução final] – Esc. 1/100

Desenho Nº 032 – Planta do sótão [Solução final] – Esc. 1/100

Desenho Nº 033 – Planta da cobertura [Solução final] – Esc. 1/100

Desenho Nº 034 – Alçado Nascente [Solução final] – Esc. 1/100

Desenho Nº 035 – Alçado Poente [Solução final] – Esc. 1/100

Desenho Nº 036 – Alçado Sul [Solução final] – Esc. 1/100

Desenho Nº 037 – Corte A [Solução final] – Esc. 1/100

Desenho Nº 038 – Corte B [Solução final] – Esc. 1/100

Desenho Nº 039 – Corte C [Solução final] – Esc. 1/100

Desenho Nº 040 – Corte D [Solução final] – Esc. 1/100

Desenho Nº 041 – Planta piso 0 [Planta de Tectos e Iluminação] – Esc. 1/100

Desenho Nº 042 – Planta piso 1 [Planta de Tectos e Iluminação] – Esc. 1/100

Desenho Nº 043 – Planta piso 0 [Plano de Acessibilidades] – Esc. 1/100

Desenho Nº 044 – Planta piso 1 [Plano de Acessibilidades] – Esc. 1/100

Introdução

Justificação do tema

Visto que a elaboração de uma dissertação tende para uma visão do futuro, o tema da reabilitação quer de edifícios singulares quer de conjuntos, é uma possível prática de um futuro próximo não só na arquitectura, como também em todos os meios da qual faz parte.

Portugal tem sido alvo de construções massivas, as quais acabam por ter os seus contras, entre uma delas o grave impacto ambiental, não só pelos seus elevados valores de gastos energéticos, como pela massiva ocupação territorial.

Deste modo, a prática da reabilitação possibilita diminuir esses factores, bem como nos traz inúmeras vantagens, entre as quais económicas, ambientais e sociais. Para além das vantagens facilita a compreensão da nossa identidade cultural.

No entanto, a desvantagem da reabilitação é que a sua prática é mais exigente do que uma construção de raiz, pois é necessária uma maior competência e um maior conhecimento de técnicas de intervenção, não só dos arquitectos como de todos os técnicos, os quais se incorporam na prática da reabilitação.

Apesar de toda a complexidade envolvida na prática da reabilitação, a sociedade actual está cada vez mais consciente para a necessidade da protecção da sua herança cultura, como elemento fundamental para a compreensão da sua origem e evolução. Para tal, existem iniciativas consubstanciadas em leis, políticas, actividades e instituições, que facilitam e orientam para a preservação do património, bem como realçam todo o seu valor.

Assim, com esta dissertação pretendo defender todos estes valores anteriormente referidos, a partir de um edifício seleccionado, o qual se localiza no Centro Histórico da cidade de Setúbal. Trata-se de um edifício brasonado do século XVIII, mais conhecido por palácio Feu Guião. O edifício encontra-se actualmente em muito mau estado de conservação, no entanto envolve várias épocas de construção, assim como várias gerações de famílias.

De grande magnitude possui uma relação muito próxima com o espaço público, localizando-se na Praça Machado dos Santos, uma das poucas e principais praças do bairro da Fonte Nova, não fica alheio por quem ali passa. No entanto, é preciso voltar a dar vida ao edifício de modo a poder-se corresponder aos valores anteriormente referidos.

Objectivos da investigação

O presente trabalho tem como por objectivo a aprendizagem e o estudo de conhecimentos em torno da prática de reabilitação e a aplicação dos mesmos num caso prático como é o caso do edifício em estudo. Deste modo é pretendido a elaboração de uma proposta para um possível projecto de reabilitação.

O edifício em questão apesar de se encontrar bastante degradado, possui as características fundamentais para o pretendido estudo, não só pelas suas características arquitectónicas, bem como pela sua história e localização geográfica.

Visto que a autarquia de Setúbal tem vindo a ter iniciativas de reabilitação no Centro Histórico, o edifício enquadra-se perfeitamente nesse mesmo plano, pretendendo deste modo desenvolver princípios que possam servir como orientadores para as generalidades futuras, de forma a servir como exemplo de reabilitação e evitar abandono de imóveis. Servindo como impulsionador para as mentalidades sobre a questão da reabilitação.

Metodologia

A metodologia adoptada para a elaboração desta dissertação teve por base não só o levantamento do edifício em estudo através de uma recolha de dados técnicos, bem como o estudo e pesquisa sobre toda a sua evolução, quer a nível de carácter arquitectónico quer a nível de carácter sócio-cultural.

Devido à pouca existência de desenhos técnicos, recorreu-se a visitas ao edifício, realizando-se um levantamento fotográfico de modo a conhecer melhor as características do edifício, e das suas patologias existentes.

Assim, de modo a poder elaborar-se um estudo adequado para a criação de uma proposta de reabilitação, a dissertação divide-se em vários capítulos, os quais formam um todo.

No capítulo I, pretende-se conhecer de modo introdutório os fundamentos teóricos no que concerne em relação à prática de reabilitação, desde o seu papel na sociedade actual, passando pelos conceitos que conformam esta prática até aos programas existentes na sua execução, pontos os quais serão debatidos ao longo da dissertação.

No capítulo II, pretende-se caracterizar a área de intervenção, não só no que concerne em relação à sua morfologia urbana, bem como aspectos sócio-económicos e demográficos.

Esta caracterização é feita de uma escala macro a micro, começado pela cidade de Setúbal até ao bairro da Fonte Nova onde está implantado o edifício em questão.

O capítulo III entra já no edifício, descrevendo-se deste modo qual a importância da sua reabilitação, perante os pontos anteriormente referidos, bem como se pretende conhecer a evolução histórica do palácio.

Após a análise elaborada, no capítulo IV, caracteriza-se o edifício em questão, englobando aspectos arquitectónicos, estruturais, e construtivos.

Feita a caracterização do edifício, elabora-se um levantamento do seu estado de conservação no capítulo V, enumerando-se as suas patologias e os pontos os quais têm que se considerar na intervenção a efectuar.

No capítulo VI apresenta-se a proposta onde se apropriam os conhecimentos adquiridos e todas as reflexões feitas ao longo do trabalho de investigação, abordando os aspectos a ter em conta na intervenção de modo a respeitar não só o edifício, bem como toda a área que o envolve.

Após a elaboração da proposta levam-se a cabo as conclusões feitas de todo o trabalho efectuado e os objectivos alcançados.

Por fim, são anexados todos os elementos importantes nesta investigação, desde plantas antigas do edifício, artigos de interesse relacionados com o mesmo e, por fim, os desenhos os quais fazem parte da proposta.

Capítulo 1 - A conservação e reabilitação de edifícios

1.1 - O papel da conservação e reabilitação na sociedade actual

A prática da reabilitação começa a ganhar cada vez mais a atenção quer dos técnicos, arquitectos e engenheiros quer da população em geral, pois os meios urbanos, principalmente os centros históricos encontram-se actualmente na generalidade com um grave grau de degradação, os quais carecem de uma necessidade de recuperação.

Actualmente, subsiste a necessidade dessa recuperação, pois temos de encarar os edifícios degradados como uma oportunidade de revitalização dos Centros Históricos das cidades, combatendo as problemáticas urbanas, sociais e económicas, causadas pelo abandono destes edifícios.

As intervenções de reabilitação de construção envolvem uma maior complexidade do que as construções correntes, pois exigem uma maior dedicação por parte das empresas a nível técnico de planeamento, projecto e execução. Toda esta preocupação é agravada quando estão em causa questões importantes como é o caso do património arquitectónico, que engloba todo o seu valor histórico, arqueológico, científico, social, artístico e/ou técnico.

Desde modo, existe uma grande necessidade de conhecer a história e a importância do edifício para se proporcionar uma fiável reabilitação.

“[...] tais conhecimentos podem ser verificados e consolidados na prática diária de estaleiro, mas devem ser adquiridos a montante do projecto, com o estudo da própria construção, a qual deve ser investigada capilarmente por meio de atento levantamento, material e estrutural, gráfico e fotográfico e, em paralelo, com a documentação em papel recolhida e produzida no decurso da pesquisa histórica.”
(GECORPA, 2000, pp. 72-73)

No entanto, todo este estudo para a obtenção de conhecimentos organizados possui certas carências, existindo uma fraca abordagem científica dos problemas existentes.

A contrariar os dados anteriormente referidos surgem cada vez mais investigações e estudos associados ao desenvolvimento de dissertações, as quais demonstram um crescente interesse na área da reabilitação, notando-se um enorme empenho na mudança quer das mentalidades quer na especialização de estudos científicos e técnicos. É necessário que estes estudos cheguem quer ao público geral, quer aos construtores e técnicos.

Por outro lado, é necessário que quer os investidores e imobiliários, quer os proprietários e construtores invistam juntamente com os municípios nos centros das cidades, pois é nos centros que encontramos as áreas de melhor localização no contexto da cidade. Todavia, é de igual modo necessário que os comerciantes e moradores comprem ou aluguem os edifícios reabilitados, para o bom desenvolvimento sustentável do território. Porém a não existência de procura leva à inexistência de oferta, tornando esta questão num ciclo vicioso.

É estreitamente necessário qualificar os técnicos envolvidos numa reabilitação de edifícios, bem como informar o grande público das vantagens da reabilitação, de modo a mudar as mentalidades.

“ O restauro arquitectónico é uma operação cultural, que tem por objectivo manter a eficácia, facilitar a leitura e transmitir ao futuro os bens arquitectónicos herdados do passado.” (GECORPA, 2000, p. 69)

O restauro é “ [...] exercício filológico acção, que depende em primeiro lugar da história e da crítica e que utiliza os conhecimentos técnicos do presente, de modo a garantir a continuidade histórica entre passado e futuro.” (GECORPA, 2000, p. 69)

Tratando-se de uma dissertação de carácter de reabilitação é importante entender o conceito de reabilitação, bem como definir os conceitos associados à prática da reabilitação e a sua evolução ao longo do tempo, de modo a ter presente a atitude a seguir, no sentido de reabilitar um edifício.

1.1.1 - Conceitos que conformam a prática da reabilitação

Desde há muito tempo que existem certos manifestos de preocupação e de cuidados com a conservação do património arquitectónico, bem como da sua necessidade de salvaguarda para as gerações futuras.

O conceito de restauro, até ao século XVIII, confundia-se frequentemente com o conceito de reutilização, ou seja, existia um reutilizar de construções disponíveis de modo a obter um melhor interesse e desfrute, observando-se deste modo poucas iniciativas de protecção de edificado.

Os primeiros registos de protecção do património surgem na Antiguidade Clássica embora abrangesse apenas alguns territórios¹. Segundo Françoise Choay o papado teve um grande papel no que concerne a importância da memória da nossa entidade, estabelecendo alguns pontos importantes na intervenção do património. Em 1425, é publicada a Bula do Papa Martinho V, em que estabelece a função *Magister viarum*, e durante o seu pontificado foi encarregue de encontrar nos monumentos antigos as pedras necessárias para o restauro do pavimento de São João de Latrão. Em 1454, sob o pontificado de Nicolau V é ordenado ao arquitecto Leon Battista Alberti o levantamento topográfico de Roma, que viria a servir de base para o grande projecto de reestruturação da Cidade. Alberti é de igual modo encarregue da recuperação e conservação de grande parte dos monumentos antigos entre os quais o aqueduto de Acqua Virgineo, a muralha de Aureliano e a ponte de Sant'Ângelo.²

Sob o papado de Pio II (1458-1464) pela primeira vez é mandada construir em Carrara, pedreiras de mármore da qual iriam sair pedras para o Vaticano, São Pedro, Coliseu e Capitólio.³

Já com o papado de Paulo II (1464-1471), este manda restaurar certas obras entre as quais, o arco de Septimo Severo, o Coliseu, o Forum Romano e a Coluna de Trajano.⁴ Posteriormente, Sisto IV (1471-1484) constrói uma ponte com o seu nome utilizando materiais do Coliseu, restaurando também obras como o templo de Vesta e o Arco de Tito.⁵

As acções de restauro diferem-se das reutilizações do património anteriormente referidas, pois estas acções têm como principal objectivo possibilitar estabilidade ao bem cultural em questão, bem como compreender todo o significado e informação.

Os actos de restauro são efectuados quando não é possível executar a conservação do objecto em questão devido ao seu elevado grau de deterioração, procurando deste modo prezar o máximo possível do original, através de referências documentais e históricas sobre o objecto.⁶

¹ Os primeiros documentos que traduzem as primeiras preocupações de preservação do património foram um decreto encontrado na cidade de Herculano em Itália em 44 d.C., e um Edital dos imperadores, Teodósio, Valentiniano e Arcádio. Cf. Lopes, F., & Correia, M. (2004). *Património arquitectónico e arqueológico – Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte. P. 13.

² Cf. Tradução: Castro, T. (2008). *Françoise Choay, A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70. Pp. 55-56

³ Cf. Idem, ibidem. Pp.56

⁴ Cf. Idem, ibidem. Pp.55-57

⁵ Cf. Idem, ibidem.

⁶ Cf. Quintas, J. (2001). *Acções de Salvaguarda e Reabilitação do Património: O Exemplo do Palácio Fronteira*. Dissertação de mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de arquitectura, Lisboa, Portugal. P. 4.

Em 1904, o Sexto Congresso Internacional dos Arquitectos realizado em Madrid, divulgou ideias e conceitos presentes no documento lançado pela Comissão Geral de Viena em 1898, sobre o restauro de monumentos, em que aborda o tema da preservação e restauro de monumentos arquitectónicos. Perante o tema os monumentos arquitectónicos foram divididos em duas categorias: por um lado os “monumentos vivos” em que estes continuam a desempenhar a sua função original e, por outro lado, os “monumentos mortos” em que eram referenciados como monumentos pertencentes a uma civilização antiga, mas que perderam a sua função originalmente concebida. Ambas as definições centraram-se na sua funcionalidade. Deste modo, para os monumentos vivos era defendido o restauro de maneira a que a sua utilidade original fosse continuada enquanto os monumentos mortos deveriam ser preservados de modo a não se transformarem em ruínas, mantendo o seu valor histórico.

Com a Revolução Francesa, muitas igrejas e monumentos históricos, foram vandalizados e incendiados surgindo a necessidade de medidas de salvaguarda dos monumentos, bem como estabelecer um inventário do património histórico, nascendo em 1790 a Comissão dos Monumentos Históricos⁷, na qual Ludovic Vitet seria o primeiro Inspector de Monumentos Históricos, cargo atribuído posteriormente, em 1840, a Prosper Mérimée (1803-1870).⁸

Tal como Mérimée, Viollet-le-Duc (1814-1879), era defensor da ideologia de restauro estilístico, a qual incorporava a reconstrução do objecto mantendo o seu estilo original.

Ainda na mesma época existia outra linha de pensamento totalmente oposta à de Viollet-le-Duc. John Ruskin (1810-1900), acreditava que a recuperação de um monumento passava por um renascimento através de um novo uso.⁹

Camillo Boito (1836-1914), surge como tentativa de conciliação das ideias de Viollet-le-Duc e John Ruskin, propondo que os monumentos são considerados como documentos históricos e artísticos.¹⁰

Ainda nos finais do século XIX Gustavo Giovannoni (1873-1947) defende que uma intervenção mínima e manutenção regular dos monumentos, possibilita a salvaguarda e garantia da autenticidade dos mesmos.

⁷ Cf. Tradução: Castro, T. (2008). *Françoise Choay, A Alegoria do Património*. Lisboa: Edições 70. P. 103;

⁸ Cf. Camargo, H. (2005). *Conceitos de Património: técnica ou ideologia? Continuação*. In <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&ID=25> . Acedido a 28 de Outubro de 2011;

⁹ Cf. Aguiar, J., Cabrita, A., Appleton, J. (2002). *Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais*. Lisboa: LNEC, p. 5

¹⁰ Cf. Idem, ibidem, p. 6

Cesare Brandi (1906-1988) contraria a simples renovação e manutenção do edifício, defendendo que o reconhecimento do valor arquitectónico do edifício passava por um processo científico, sendo deste modo fundamental o estudo e o conhecimento dos elementos que caracterizam a obra, dependendo assim directamente do juízo crítico do valor artístico do monumento.

Com ascendência directa da escola italiana é aprovada em 1931 a Carta de Atenas, em que apresenta certos conceitos importantes no que trata a preservação de edifícios.

“A Conferência recomenda que se mantenha a ocupação dos monumentos, que se assegure a continuidade da sua vida consagrando-os contudo a utilizações que respeitem o seu carácter histórico ou artístico.” (Carta de Atenas, 1931)

“A Conferência recomenda o respeito, na construção dos edifícios, pelo carácter e a fisionomia das cidades, sobretudo na vizinhança de monumentos antigos cuja envolvente deve ser objecto de cuidados particulares. Também alguns conjuntos e certas perspectivas particularmente pitorescas, devem ser preservadas.

Há também necessidade de estudar as plantas e ornamentações vegetais adequadas a certos monumentos ou conjuntos de monumentos para lhes conservar o seu carácter antigo.

Recomenda sobretudo a supressão de toda a publicidade, de toda a presença abusiva de postes ou fios telefónicos, de toda a indústria ruidosa, incluindo as chaminés altas, na vizinhança dos monumentos artísticos ou históricos.” (Carta de Atenas, 1931)

Com a segunda Guerra Mundial muitas cidades ficaram degradadas, existindo a grande necessidade de reconstrução de muitos edifícios que ficaram completamente destruídos. É então que em 1964, através do II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, é aprovada a Carta de Veneza ou Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios.

No início da carta está presente uma mensagem, na qual está indicado um dos principais objectivos para a conservação dos monumentos históricos.

“Portadoras de mensagem espiritual do passado, as obras monumentais de cada povo perduram no presente como o testemunho vivo de suas tradições seculares. A humanidade, cada vez mais consciente da unidade dos valores humanos, as considera um património comum e, perante as gerações futuras, se reconhece

solidariamente responsável por preservá-las, impondo a si mesma o dever de transmiti-las na plenitude de sua autenticidade.” (Carta de Veneza, 1964)

Ao longo de toda a carta destacam-se pontos importantes relativamente aos princípios orientadores da conservação e restauro.

Em 1972, na Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, são apresentadas definições do património cultural e natural.

“Os monumentos. - Obras arquitectónicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos ou estruturas de carácter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os conjuntos. - Grupos de construções isolados ou reunidos que, em virtude da sua arquitectura, unidade ou integração na paisagem, têm valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;

Os locais de interesse. - Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.” (Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972, art. 1)

“Os monumentos naturais constituídos por formações físicas e biológicas ou por grupos de tais formações com valor universal excepcional do ponto de vista estético ou científico;

As formações geológicas e fisiográficas e as zonas estritamente delimitadas que constituem habitat de espécies animais e vegetais ameaçadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação;

Os locais de interesse naturais ou zonas naturais estritamente delimitadas, com valor universal excepcional do ponto de vista da ciência, conservação ou beleza natural” (Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural, 1972, art. 2)

A Carta de Amesterdão de 1975 vem unir a conservação integrada à necessidade de reabilitação dos edifícios monumentais, bem como acentuar os instrumentos legais, os meios financeiros, e os valores sociais.

Desde então, ao longo dos tempos têm-se publicado cartas e convenções que visam a problemática da reabilitação, destacando-se entre as quais: Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa, Granada 1985; 1987 – Carta Internacional para a Salvaguarda das Cidades Históricas; 1995 – Carta de Lisboa sobre a Reabilitação Urbana Integrada – 1º Encontro Luso-Brasileiro de Reabilitação Urbana 2000 – Carta de Cracóvia sobre os Princípios para a Conservação e o Restauro do Património Construído, na qual se afirma a necessidade de intervenção não só nos edifícios históricos, bem como nos núcleos urbanos, bens culturais, rurais e paisagem; 2002 – Declaração de Budapeste sobre o Património Mundial; 2009 - Declaração de Viena; 2009 - Carta de Bruxelas; 2010 - Orientações Técnicas para Aplicação do Património Mundial.¹¹

Deste modo pode-se perceber que a prática da reabilitação tem vindo a adquirir cada vez mais um crescente interesse, visto existir a forte necessidade de preservação e promoção do património arquitectónico construído. Com a reabilitação de edifícios é nos permitido compreender como é que ao longo dos tempos o homem viveu e se organizou.

1.1.2 – Sustentabilidade e vantagens da prática de reabilitação

De um modo global, é notável que a prática da construção é uma das actividades de maior impacto ambiental.

Deste modo, a reabilitação possibilita-nos reduzir este impacto, reduzindo os resíduos de demolições, a utilização de novos materiais, os quais seriam utilizados numa construção nova, tornando-se assim numa prática construtiva sustentável. Para além da redução da utilização de novos materiais, reduz a energia despendida na demolição e construção, pois os valores obtidos na reabilitação não se equiparam aos valores de uma construção de raiz. Tal como a redução dos valores energéticos utilizados é de igual modo importante o processo de escolha dos materiais utilizados, como por exemplo, evitar o uso de argamassas de cimento, tijolo e aço, os quais proporcionam um maior impacto ambiental na sua produção. Sendo assim ideal a utilização de materiais existentes da área local.

Desta forma a prática da reabilitação deve ser uma prática sustentável, se bem que existam casos de excepção em que é necessária a utilização de materiais ou tecnologias mais dispendiosas e mais agressivas para o paradigma ecológico actual.

¹¹ Cf. Cartas e Convenções Internacionais sobre Património. In <http://igespar.pt/pt/patrimonio/legislacaosobrepatrimonio/>. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Para além das vantagens ambientais e económicas anteriormente referidas, pode-se ainda enumerar um vasto grupo de vantagens, destacando-se:

- Evita a tendência actual para a expansão dos meios urbanos, contrariando o despovoamento dos centros históricos;
- Possibilita a competitividade do local enquanto espaço histórico e destino turístico;
- Possibilita a criação de novos postos de trabalho e novos pólos dinamizadores;
- Evita a nível ambiental a ocupação desapropriada de solos virgens;
- Prolonga a vida útil da infra-estrutura;
- Redução dos custos de demolição parcial do edifício;
- Redução dos custos de estaleiro;
- Diminuição da utilização de novos materiais e energias;

Deste modo, a reabilitação de edifícios, mais concretamente dos núcleos urbanos, possui uma grande importância, devendo ser preferencial que as políticas de expansão urbana, pois ganha-se uma consciência de que se deve desenvolver os núcleos urbanos das cidades, melhorando as condições de habitabilidade, reabilitando e valorizando todo o património cultural. Com isto possibilita-se a importante actividade turística, de lazer e toda a actividade comercial gerada no núcleo envolvente, pois os centros históricos por si só possuem uma grande importância, uma vez que estes representam um conjunto que facilita a compreensão da sua história, evolução urbana, bem como as transformações sociais. Esta compreensão possibilita ainda a transmissão destes conhecimentos às gerações futuras.

1.1.3 – Programas de reabilitação

Antes da legislação é necessário mudar a mentalidade social para a prática da reabilitação.

No entanto, já se começa a notar certas preocupações, não só a nível privado como a nível estatal, existindo actualmente programas competentes para a prática da reabilitação. É eminente a necessidade de reabilitar os Centros Históricos dos municípios, pois estes cada vez mais se deparam com a problemática do despovoamento e da rentabilidade.

Estes novos programas procuram incentivar a prática da revitalização e conservação, uns dos quais têm por objectivo a intervenção isolada de edifícios e outros, ao nível de conjuntos urbanos.

Deste modo podem-se destacar:

MODCOM¹² – Programa de Apoio à Modernização do Comércio, criado em 2005 pelo Decreto-Lei n.º 178/2004, de 27 de Julho, tem por objectivo a revitalização da actividade comercial em zonas urbanas ou rurais, e destina-se a micro e pequenas empresas ligadas ao comércio, financiando de 30 a 40% das despesas elegíveis.

POLIS¹³ - Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental das Cidades, criado em 2000 a partir da Resolução do Conselho de Ministros n.º 26/2000, de 15 de Maio, surge de modo a melhorar a qualidade de vida nas cidades envolvidas, através de intervenções nas vertentes ambientais urbanísticas melhorando a atractividade e competitividade de pólos urbanos que têm um papel relevante na estruturação do sistema urbano nacional, este programa é financiado pelo estado e pelas câmaras municipais das autarquias envolvidas.

PRAUD¹⁴ - Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas, substitui o PRU (Programa de Reabilitação Urbana), sendo criado em 1988 pelo Decreto-Lei nº 384/87, de 24 de Dezembro, tendo por objectivo apoiar os municípios em operações de reabilitação ou renovação de áreas de vocação urbana. Este programa é destinado a apoiar projectos de áreas de com vocação urbana e Gabinetes Técnicos Locais sendo gerido financeiramente e coordenado pela DGOTDU (Direcção – Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano).

PROHABITA¹⁵ – Programa de Financiamento para Acesso à Habitação, sendo criado em 2004 pelo Decreto-Lei nº 135/2004, de 3 de Junho, aponta para a resolução de situações de carência habitacional de agregados familiares. O valor global do financiamento é calculado em função do investimento total estimado para a construção.

¹² Cf. MODCOM. In http://www.iapmei.pt/resources/download/modcom_guia_beneficiario.pdf. acedido a 2 de Janeiro de 2012;

¹³ Cf. POLIS. In http://www.parqueexpo.pt/conteudo.aspx?lang=pt&id_class=371&name=O-que-fazemos. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

¹⁴ Cf. PRAUD. In https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman... Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

¹⁵ Cf. PROHABITA. (2004). In <http://cm-viseu.pt/habisolvis/index.php/prohabita>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

RECRIA¹⁶ - Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados, substitui o PRID (Programa para Recuperação de Imóveis Degradados), sendo criado a 1988 pelo Decreto-Lei n.º 46/85, de 20 de Setembro e reformulado pelo Decreto-Lei n.º 197/92, de 22 de Setembro, tendo por objectivo financiar e executar obras de conservação e beneficiação de fogos e imóveis em estado de degradação, mediante a concessão de incentivos pelo estado e municípios. Este programa é destinado aos senhorios que procedam a obras de conservação ou beneficiação nos fogos ou nas partes comuns dos prédios arrendados; Arrendatários; Câmaras Municipais que se substituam ao senhorio na realização das obras.

RECRIPH¹⁷ - Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal, criado em 1996 pelo Decreto-Lei n.º 106/96, de 31 de Julho, visa da necessidade de levar avante alterações ao original programa RECRIA, apoiando financeiramente a execução de obras de conservação nas partes comuns de edifícios, constituídos em regime de propriedade horizontal, tendo como destinatários, os condóminos de edifícios que sejam compostos pelo menos por 4 fracções autónomas, podendo uma delas ser afectada ao exercício de uma actividade de comércio ou pequena indústria hoteleira, financeiramente o valor comparticipado é suportado em 60% pelo IHRU (instituto da habitação e da reabilitação urbana) e em 40% pelo Município.

REHABITA¹⁸ – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas, surge da necessidade de uma extensão do RECRIA (Regime especial de Comparticipação na recuperação de Imóveis Arrendados), criado em 1996 - Decreto-Lei n.º 105/96, de 31 de Julho, visa apoiar os municípios na recuperação de Zonas urbanas antigas, sendo comparticipadas pelo RECRIA acresce uma comparticipação a fundo perdido de 10%, suportada pelo IHRU e pelos municípios envolvidos, nos mesmos moldes do RECRIA.

¹⁶ Cf. RECRIA. In <http://www.cm-borba.pt/pt/conteudos/actividade%20municipal/habitacao/programa%20recria.htm>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

¹⁷ Cf. RECRIPH. In <http://www.cm-loures.pt/doc/MinUrbReab/RECRIPH.pdf>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

¹⁸ Cf. REHABITA. In <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=389&idi=36974>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

SOLARH ¹⁹ - Programa de Apoio Financeiro Especial para a Realização de Habitações, surge da necessidade de apoiar pequenas obras de conservação e reparações de casas habitadas concedendo empréstimos sem juros, pelo IHRU.

No entanto existem outros planos a referir, sendo estes: **PERU** (Programa de Emergência para a Reabilitação Urbana), **PROCOM** (Programa de Apoio à modernização do Comércio), **PROSIURB** (Programa de Consolidação do Sistema Urbano Nacional e de Apoio à execução dos Planos Directores Municipais) e **RECITE/REBUILD** (Regiões e cidades para a Europa/Energias Renováveis aplicadas em Edifícios de Cidades Europeias com Centros Históricos).

Todos os planos anteriormente referidos têm por objectivo incentivar a reabilitação e conservação, quer ao sector público quer ao sector privado.

1.1.4 – Programas de reabilitação do Município de Setúbal e as suas competências

No caso particular da cidade de Setúbal existem programas para a reabilitação do centro histórico, compreendido entre as duas cinturas de Muralhas, as medievais e as seiscentistas. Este conjunto de muralhas alberga monumentos e edifícios civis numa harmonia de estilos do gótico ao barroco, podendo-se ainda ver também alguns vestígios da ocupação romana. A actuação da Câmara de Setúbal no centro Histórico passa pelos programas PIVZRS e RESET.

PIVZRS ²⁰ – Programa Integrado de Valorização da Zona Ribeirinha de Setúbal, surge em 2008, o qual permite a reintegração de áreas degradadas, eliminação de pólos de descontinuidade negativos e o reforço da qualidade e diversidade da oferta de equipamentos e serviços. O PIVZRS engloba cinco operações, comparticipadas em 2 milhões e 500 mil euros, tendo tido estas, um investimento global do plano de acção de cerca de 7 milhões de euros, engloba cinco operações, comparticipadas em 2 milhões e 500 mil euros. Sendo estas: Reconversão Urbana da Frente Ribeirinha Poente; Requalificação e Modernização do Mercado do Livramento; Remodelação do Mobiliário Urbano dos Estabelecimentos de

¹⁹ Cf. SOLARH. In http://www.cm-moncao.pt/portal/page/moncao/portal_municipal/SERVICOS_MUNICIPAIS/accao_social/habitacao_social/Programa%20SOLARH.pdf. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

²⁰ Cf. PIVZRS. In <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/pivzrs/159>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

Restauração e Bebidas; Requalificação de espaços Públicos do Conjunto Largo da Palmeira, Rua Vasco da Gama, Largo da Fonte Nova e praça marquês de pombal; Casa da Baía de Setúbal, centro de Promoção Turística.

RESET²¹ – Programa de Regeneração Urbana do Centro Histórico de Setúbal, foi criado de modo a requalificar e revitalizar o centro da cidade através de uma estratégia que envolve um conjunto de parcerias entre as quais FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) PORLisboa (Programa Operacional Regional de Lisboa) o qual está incluído no QREN (Quadro de Referencia Estratégico Nacional) e IGESPAR (Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico), esta estratégia actua numa área um pouco maior que as muralhas seiscentistas, actuando nos seguintes núcleos; Troino, baixa comercial, Palhais, Fontainhas e S. Domingos, e incorpora projectos de requalificação e revitalização, como é o caso da Ampliação e Modernização do Fórum Municipal Luísa Todi, a Recuperação do Convento de Jesus, Instalação do Ninho de Novas Iniciativas Empresariais situado no Mercado do Livramento, Refuncionalização do Edifício do Circulo Cultural de Setúbal – Casa da Cultura, Requalificação de Espaço Público no Bairro do Troino a Nascente, a Requalificação e valorização do Miradouro das Fontainhas, Recuperação e Valorização da Casa do Corpo Santo, Implantação de Sinalética Turística e Edição do Manual de Boas Práticas de Intervenção no Centro Histórico.

Para além dos programas que actuam no centro histórico da cidade, ainda existe um outro programa, o RUBE que visa a reabilitação não no centro histórico mas sim no Bairro da Bela Vista o qual possui um carácter social.

RUBE²² – Programa de Regeneração Urbana da Bela Vista e Zona Envolvente, trata-se de um projecto o qual foi aprovado pela Comissão directiva do PORLisboa, consiste na revitalização da área Urbana do Bairro da Bela Vista, possuindo um apoio financeiro pelo QREN, FEDER e pela Câmara Municipal, engloba projectos entre os quais: Reconversão dos Espaços Comuns do Bairro da Bela Vista; Construção da Escola de Oficinas de Artes; Reabilitação e Reconversão do Pólo da Bela Vista – Biblioteca Municipal; Reabilitação da Rede de Combate a Incêndios; Construção do Núcleo Museológico Urbano; Reabilitação do

²¹ Cf. RESET. In <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/reset/160>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

²² Cf. RUBE. In <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/rube/161>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

Centro Multicultural; Regeneração do Parque Habitacional, o qual está incorporado no programa PROHABITA; entre outros projectos.

No entanto estes programas ainda são escassos para a situação actual que se vive. Para além destes programas, é necessária uma nova abordagem da reabilitação pela parte da legislação, de modo a criarem-se incentivos fiscais como a isenção de impostos, de maneira a atenuar a dificuldade financeira sobre reabilitações, tornando a reabilitação como um incentivo. Outra abordagem necessária é a criação de empréstimos bonificados, de modo a facilitar os proprietários no financiamento para as obras de reabilitação.

Os programas anteriormente referidos actuam principalmente na malha urbana a nível de espaços públicos e edifícios de excepção. Notando-se a falta de incentivos de reabilitação para os proprietários sendo que, grande parte deles, pertencem a um grupo social com poucos rendimentos e de faixa etária elevada.

De qualquer modo, a existência destes programas nas autarquias já se tornam um ponto de partida para a viragem das mentalidades.

Capítulo 2 - Caracterização da área de intervenção

2.1 - A génese da cidade de Setúbal e a sua sociedade

A cidade de Setúbal até á primeira metade do século XIII, não passava de uma mera povoação entre outras duas povoações a de Palmela e a de Alcácer do Sal. No entanto, a pequena povoação de Setúbal visto encontrar-se bem perto do rio Sado possibilitava uma boa base de desenvolvimento económico através da pesca e da agricultura.

É então que em Março de 1249, a pequena povoação recebe o Foral concedido pelo Mestre da Ordem de Santiago, confirmando a importância do crescimento de Setúbal, que tinha por base do seu desenvolvimento económico a agricultura, a pecuária e a pesca.

Na primeira metade do século XIV, Setúbal sente necessidade de se afirmar perante as povoações vizinhas que sofreram um forte crescimento, a nível habitacional, ganhando uma vasta importância a nível militar, económico e geográfico. Esta necessidade de afirmação teve como consequência a delimitação física do território, sendo então construída uma rede de muralhas em 1343 no reinado de D. Afonso IV. Deste modo a povoação merece a sua identidade de Setúbal como centro urbano e concelho, símbolo de independência, riqueza, bem como de uma estrutura social bastante forte.²³

Setúbal rapidamente desenvolveu-se como centro portuário e piscatório, tendo de se reorganizar perante as novas necessidades. Estes desenvolvimento reflectiu-se positivamente na economia do país, pois com a criação do centro portuário foi possível gerar um comércio externo por via marítima. No entanto, só a partir dos finais do século XV inícios do século XVI é que as frotas estrangeiras começaram a dirigir-se para o estuário do Sado devido ao seu precioso produto, o sal.²⁴

Em 1514 D. Manuel I assinou e entregou a Setúbal um Novo Foral, o qual teve por fundamento o forte poder económico que Setúbal possuía, quer pelo sal quer pela sardinha que o rio Sado possibilitava. A 1525, o sucessor de D. Manuel I, D. João III atribui o título de *notável Villa*. Posteriormente em 1553 Setúbal passa a ser constituída por quatro freguesias sendo S. Julião, Santa Maria da Graça, e as novas, S. Sebastião e Nossa Senhora da Anunciada. Neste período, no século XVI, a vila de Setúbal já ultrapassava, a nascente e

²³ Cf. Faria, C. (1985). *História urbana de Setúbal*. Setúbal: LASA. P. 48

²⁴ Cf. Idem, *ibidem*.

poente, a muralha construída no século XIV, e é também nesta altura que a realeza e nobreza fixam residência sazonal em Setúbal, apesar de não ser em grande escala.²⁵

Setúbal possuía uma estrutura económica distribuída nos três sectores, o primário que englobava a pesca, agricultura, pecuária e lava de pedra; o secundário todas as artes e ofícios referentes aos ramos de transformação de materiais e introdução de tecnologias, tais como, da construção civil e naval, alimentação, vestuário, madeiras e metais e o terciário que abrangia o comércio e transportes, administração e logística, serviços públicos, profissões liberais, servidores, entre outros.

Com isto as categorias sociais existentes, para além das classes do Clero e da Nobreza, na altura seriam, comerciantes, mercadores, pescadores e lavradores/rendeiros, jornaleiros, serviçais, oficiais (juízes, escrivães, entre outros) e profissões liberais.²⁶

Setúbal medieval era definida pela sua muralha que desempenhava um papel de cidade homogénea, no entanto cada rua, cada edifício ou praça possuía uma entidade própria, não apenas pela sua linguagem como também pelo seu significado e valor simbólico.

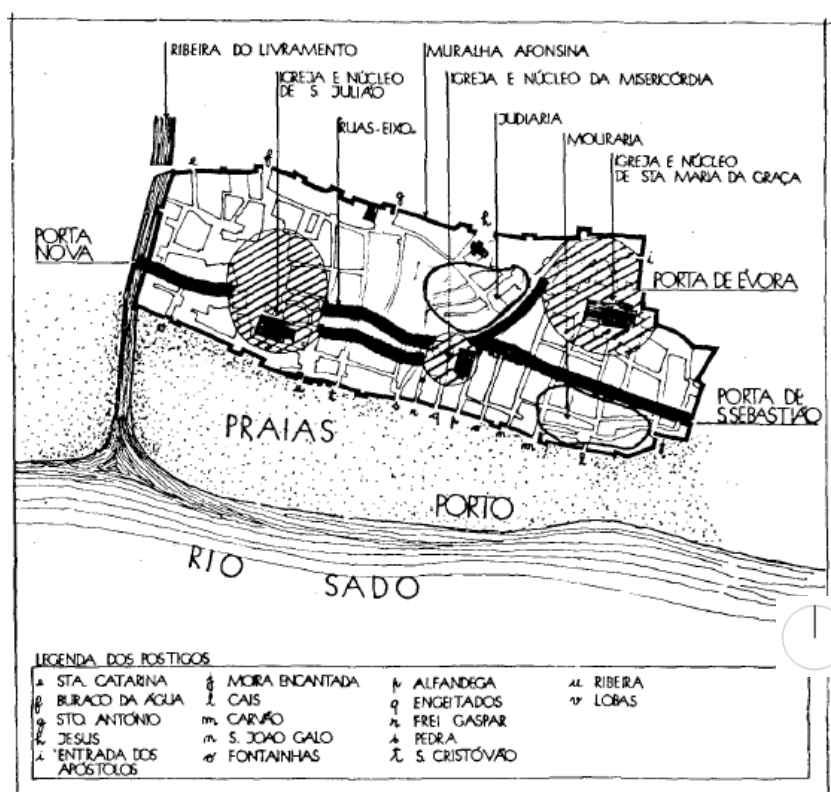


Figura 001 – Ideograma de Setúbal Medieval.
(Fonte: FARIA, 1985, p. 51). Ver Anexo 1

²⁵ Cf. Faria, C. (1985). *História urbana de Setúbal*. Setúbal: LASA. P.54

²⁶ Cf. Idem, Ibidem. P. 49

A planta de forma rectangular da cidade caracteriza-se pelo traçado regular das suas ruas principais no sentido longitudinal Este / Oeste, de modo a abrigar dos ventos e dos frios do Inverno e do calor do Verão. Apesar da boa organização da malha, a cidade pecava com a organização espacial, em que o espaço urbano era contido limitando a ocupação que de habitações como também de espaços públicos, levando à pouca diferenciação entre o individual e o público, no entanto, as relações sociais eram fortes, baseando-se na sua raiz e na vizinhança, as confrarias tornavam-se num espaço comum de entreatajuda e solidariedade.²⁷

Existia uma forte vivência religiosa, servindo a sua população com ombro de apoio a todas as necessidades, tais como apoio à saúde e alimentação, bem como abrigo.

O espaço urbano de Setúbal, numa época mercantil, caracterizou-se por um espaço aberto ao contrário da época medieval, passando a existir uma economia regional e nacional, em vez de local.

O lucro surge como objectivo predominante. Numa época de descobrimentos existiu uma grande emigração da população nas expedições, existindo um forte despovoamento populacional, deixando os campos existentes com falta de mão-de-obra. Isto levou à falta de mantimentos. No entanto os monarcas recorreram à política de isenção do pagamento de dízima aos exportadores de sal com obrigação de trazerem cereais (trigo, por ex.) de retorno.²⁸

Deste modo o sal torna-se moeda de troca, tornando assim o porto de Setúbal num importante ponto das frotas de comércio.

“O papel relevante que o comércio de sal de Setúbal passou a desempenhar na economia portuguesa fez com que os monarcas se decidissem a intervir através de medidas que conduziram à definição de uma verdadeira política coordenadora de produção e exportação do sal da região sadina, evitando conflitos e abusos entre produtores, marnoteiros, correctores e mercadores, sendo criada, para tal fim, a «Rota do Sal» que viria a extinguir-se em 1852.” (FARIA, 1985, p. 54)

A 1 de Dezembro com a Restauração da Independência Portuguesa, a nobreza aclamou a D. João IV (1640-1656) como novo soberano. Neste momento, a estratégia de defesa militar deslocou-se para as fronteiras terrestres, de modo a conter as invasões espanholas que se antecipavam ao território português. Deste modo organizam-se, linhas de defesa nas barras do rio Minho, rio Douro, rio Tejo e rio Sado, e rio Guadiana.

²⁷Cf. Faria, C. (1985). *História urbana de Setúbal*. Setúbal: LASA. P. 50

²⁸ Cf. Idem, Ibidem. P. 53

No âmbito desta nova estratégia defensiva foram projectadas novas muralhas para a vila de Setúbal, nas quais estiveram envolvidos grandes nomes da arquitectura como é o caso de Luís Serrão Pimentel, João Nunes Tinoco e João Tomás Correia, D. João IV chama Nicolau de Langres²⁹, engenheiro militar do rei de França, estando em Setúbal por volta de 1650 para conceber a nova fortificação.³⁰

Os custos da sua construção foram suportados quer pelos negociantes de sal quer pela população da vila, que teve de suportar com novos impostos. Em 1696 concluíram-se os trabalhos da nova muralha constituída por onze baluartes.

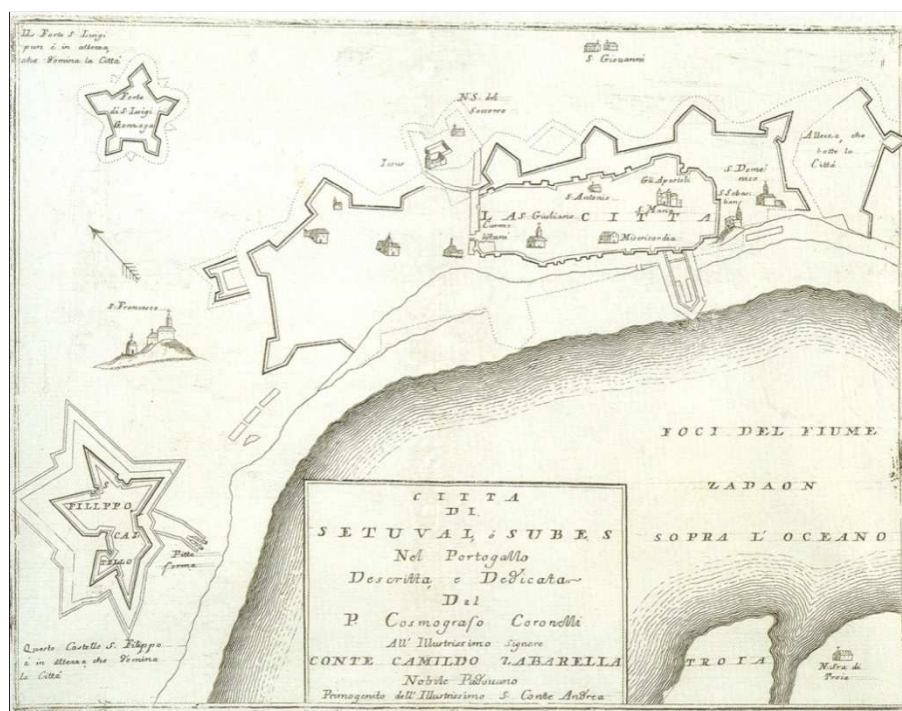


Figura 002 - Planta de Setúbal em 1689 – Descrição da muralha medieval e dos baluartes em construção.
(Fonte: Planta facultada pela CMS). Ver Anexo 2

As novas muralhas possibilitaram uma melhor organização funcional, existindo espaços de cultivo dentro das muralhas, bem como mais espaços comuns, ao contrário das muralhas medievais. No entanto, a burguesia existente na cidade apesar de deter boas possibilidades económicas, não investia muito nas suas moradias. Existindo deste modo uma arquitectura de fraca monumentalidade.

²⁹ Nicolau de Langres - arquitecto e engenheiro militar, especialista em fortalezas, chegou a Portugal em 1644, com um contrato inicial válido por três anos, permanecendo mais tempo. Em França, estava ao serviço de Luís XIII.. Disponível em: Freitas, J.(2009). *Nicolau de Langres, arquitecto e engenheiro militar*. In <http://guerradarestauracao.wordpress.com/2009/02/09/nicolau-de-langres-arquitecto-e-engenheiro-militar/>. Acedido a 10 de Janeiro de 2009;

³⁰ CF. Faria, C. (1985). *História urbana de Setúbal*. Setúbal: LASA. P. 55

A mentalidade existente na época mercantil e pré-industrial, não era muito diferente da época medieval, em que a igreja continuava a manter o seu domínio, existindo conventos e confrarias.

Nos meados do século XVIII, Setúbal apresentava uma boa estrutura económica, uma forte produção de têxteis, bem como os seus dois preciosos produtos: a pesca e o sal.

Vivia-se uma época de forte exportação dos bens produzidos. A ajudar a esta corrente comercial esteve Henrique Torlades, famoso Banqueiro de Hamburgo, que abriu em Setúbal uma agência comercial em 1735.³¹

“A evolução demográfica parece confirmar tal desenvolvimento económico e social. Se, em 1530, Setúbal tinha cerca de 6 000 habitantes, em 1734 a sua população rondava os 13 000. O mesmo não aconteceu, porém, no período posterior, situado entre os meados do século XVI e XIX, em que o crescimento da população foi praticamente nulo. Na explicação deste fenómeno há que relevar o terramoto de 1755 (que arrasou a cidade, causando uma forte redução da sua população), as invasões francesas e as perturbações resultantes da Revolução Liberal.” (FARIA, 1985, p 55)

Em 1755 à semelhança do que sucedeu em Lisboa e outras localidades do país, Setúbal foi também castigada pelo grande terramoto de 1 de Novembro. Todo o decurso das obras de reconstrução deram-se sob o reinado de D. José I, no entanto a reconstrução foi feita quase por iniciativa dos habitantes não existindo nenhum plano de reordenamento e construção, respeitaram apenas o traçado das ruas, e cérceas.³² Ao contrário do que aconteceu com outras povoações tais como Vila Real de Santo António, Manique, Lisboa (Baixa Pombalina) que tiveram orientação urbanística e superintendência económica e financeira, do Marquês de Pombal.

“A transição da «ordem» medieval para o que viria a ser a «ordem» das monarquias barrocas, realizou-se lentamente, mas de maneira contínua. Sob o ponto de vista urbano, a cidade do Renascimento e mercantil continuou sendo a cidade medieval com poucas transformações: reforço da burocracia organizada e centralizada; actividades mercantil e artesanal livres e organizadas.” (FARIA, 1985, pp. 55 - 56)

³¹ Cf. Faria, C. (1985). *História urbana de Setúbal*. Setúbal: LASA. P. 55

³² Cf. Idem, Ibidem. P. 58

A carta da cidade de Setúbal do início do século XIX demonstra a cidade inscrita pelas fortificações da Restauração, apresentando uma forma rectangular com uma ocupação do espaço mais aberta e menos densa do que na cidade medieval. No entanto notam-se muitas áreas de hortas por urbanizar.

Nesta época era notável uma certa carência de uma burguesia endinheirada bem como a falta de monumentalidade arquitectónica e de organização territorial, levando a cidade a permanecer à margem de um urbanismo barroco, sem grandes ostentações que testemunhassem o poder da Aristocracia e Burguesia residentes.³³



Figura003 - Planta da cidade de Setúbal de 1805, levantada por sua alteza real debaixo da inspecção da junta dos três estados, levantamento por Maximiano José da Serra, Engenheiro mor do real corpo de Engenharia. (Fonte: Planta facultada pela CMS). Ver Anexo 3.

No que concerne à mentalidade, não existia grande diferenciação entre a cidade mercantil e pré-industrial e a cidade medieval, pois em todas as três épocas a Igreja e ordens religiosas mantiveram sempre no domínio. No entanto, no século XIX, notava-se um enfraquecimento da religiosidade, existindo uma vocação crescente do liberalismo económico e do individualismo filosófico, provocando a separação entre o domínio privado e domínio público, implantando fortemente as ideias liberais nos finais do século XIX.

³³ Cf. Faria, C. (1985). *História urbana de Setúbal*. Setúbal: LASA. P. 56

Como exemplo dessas mesmas implantações temos o caso da criação do Teatro Bocage fundando por três operários em 1834, em 1835 a criação da Associação de Comerciantes de Setúbal e em 1855 a Associação Setubalense das Classes Laborais.³⁴

Nas décadas entre 1880 e 1950 notou-se alguma evolução na cidade de Setúbal no que toca à construção de algumas obras públicas como é o caso da construção da Avenida Luísa Todi; melhoramento do Porto de Setúbal; ligação ferroviária ao Pinhal Novo; iluminação a gás; construção do mercado do Livramento, do cemitério Velho, entre outros. No entanto, estas obras públicas não impediram o enfraquecimento da estrutura económica existente anteriormente na época mercantil e pré-industrial, antes pelo contrário, com a aproximação da Revolução Industrial a economia de Setúbal foi fortalecida através de “sistemas e formas de produção baseados na mecanização da produção, na divisão do trabalho e em mão-d’obra abundante.” (FARIA, 1985, p 59)

Foi então que, em 1880, a indústria conserveira arranca em forte escala graças ao apoio capital dos franceses oriundos da Bretanha que deixaram muitos termos afrancesados no linguajar das populações locais. Setúbal detinha condições para tal produção, visto que a frente ribeirinha possuía grande abundância de sardinha, bem como abundante mão-de-obra; a existência de um porto e a aproximação da grande capital facilitada pela ligação férrea construída em 1861. Apesar da indústria conserveira ter sido bastante positiva para o desenvolvimento da cidade, teve como consequência o encerramento das salineiras por completo até ao início do século XX, visto o método de conservação do peixe, ter mudado, do sal para o azeite.

No entanto, a indústria conserveira fez com que a cidade de Setúbal desse um enorme salto quer a nível económico quer a nível populacional. Até 1920 Setúbal atingia um número de 130 fábricas de conserva as quais albergavam 10 000 operários sazonais.

Todo o conjunto das actividades geradoras de emprego em Setúbal tivera os seus efeitos demográficos. Entre 1890 e 1930 a população triplicou, possuindo um total de 46 342 habitantes.³⁵ De destacar que é nesta altura que surgiu um grande despovoamento do Alentejo, de populações que migraram para Setúbal.

Setúbal através de todas as actividades comerciais tornou-se uma atracção demográfica sobre outras regiões. A população deste forte êxodo rural estabeleceu-se principalmente nas freguesias da Anunciada e São Sebastião.

³⁴ Cf. Faria, C. (1985). *História urbana de Setúbal*. Setúbal: LASA. P. 56

³⁵ Cf. Idem, *Ibidem*. P. 60;

Esta forte atracção foi de curta duração, a competitividade entre indústrias aumentava, existindo uma necessidade de modernização do sector através de novos mecanismos de produção. Poucas indústrias conseguiram acompanhar esta modernização por falta de capitais, levando ao encerramento de muitas empresas. Em 1948, o número de fábricas ficou reduzido a 42, das quais 21 pertenciam a patronatos não setubalenses. A forte recessão económica, levou a um aumento significativo do desemprego, o qual reduziu significativamente o número populacional. Deste modo a cidade entra em estagnação, passando de pólo de atracção para pólo de repulsão.³⁶

Apesar desta recessão económica à que salientar que nos finais dos anos 20 surgem em Setúbal duas indústrias que ainda hoje se mantêm e fornecem um grande número de emprego a famílias, a indústria cimenteira Secil e a Sapec.

Em 1940, a população de Setúbal ficou reduzida a 45 345 habitantes e em 1950, registava-se 50 455, número este que estagnou praticamente até 1960.

É notório que entre as décadas de 40 e 60 a cidade teve um enorme aumento populacional, aumento que originou uma grande expansão urbana na cidade, a qual se pode verificar na planta da cidade de Setúbal elaborada em 1950 abaixo referida.

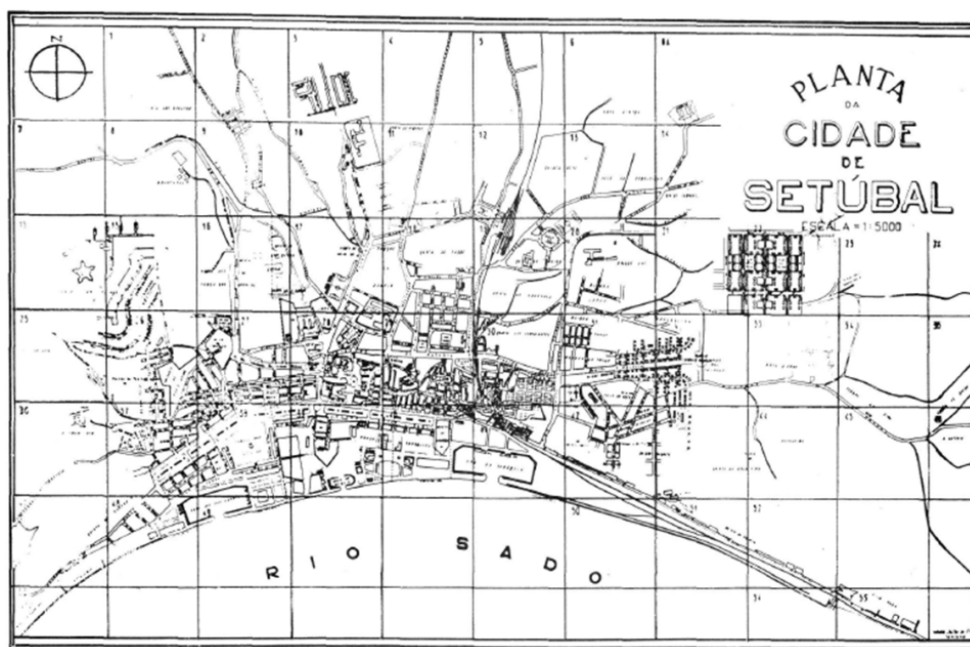


Figura 004 - Planta da Cidade de Setúbal elaborada a 1950.
(Fonte: FARIA, 1985, p. 63). Ver anexo 4.

³⁶ Cf. Faria, C. (1985). *História urbana de Setúbal*. Setúbal: LASA. P. 61

A cidade industrial cresceu organicamente sem um plano estratégico. Teve um crescimento de modo a facilitar a promoção industrial ocasional, tendo em conta o bem-estar e desenvolvimento da população. Esta ideologia revelou-se mais tarde ineficaz. O que podia ter sido uma visão saudável e mobilizadora em termos de mercado e economia, foi uma desgraça a nível urbano, a ajudar a esta situação segundo o Sociólogo Dr. Carlos Faria,

“o facto de a burguesia local não ter investido no espaço urbano, quer financeiramente, quer simbolicamente, tornando-se bem patente a sua mentalidade de «simulação de riqueza», reservando a sua ostentação para o interior da habitação.” (FARIA, 1985, p. 65)

A política de planeamento urbano, implementada pelo Estado nos inícios dos anos 40 revelou-se pouco eficaz. Entre a décadas de 40 e 70 a cidade foi alvo de quatro Planos Gerais de Urbanização, todos eles elaborados pelo arquitecto João Aguiar. No entanto nenhum destes planos passou da fase de proposta de alteração, demonstrando-se assim a sua incapacidade de revelação como instrumento de intervenção. Foi no contexto da segunda vaga de grande desenvolvimento económico-social dos anos 60 que a cidade de Setúbal sofreu profundas alterações, acentuando-se a sua dependência para com a capital. Segundo os mentores da estratégia industrial, a cidade de Setúbal detinha uma posição favorável para a construção de um centro urbano industrial, tendo como blocos chave, a indústria química orgânica, indústria automóvel e a indústria do aço. Esta nova fase de desenvolvimento económico-social marcou o fim da grande economia do mar. Passou-se de uma lógica de lucro a curto prazo para uma lógica a longo prazo, em que são implantadas novas unidades industriais nos arredores da cidade, as quais estabelecem uma relação com a cidade urbana destruindo a vivência rural³⁷.

Outro ponto notável nesta fase foi o forte registo populacional. Se em 1960 a cidade registava 56 344 habitantes, em 1981, registava 98 366.

Deste modo a seguinte carta apresentada demonstra todo desenvolvimento expansivo da cidade de Setúbal até á década de 70.

³⁷ Cf. Faria, C. (1985). *História urbana de Setúbal*. Setúbal: LASA. P. 65

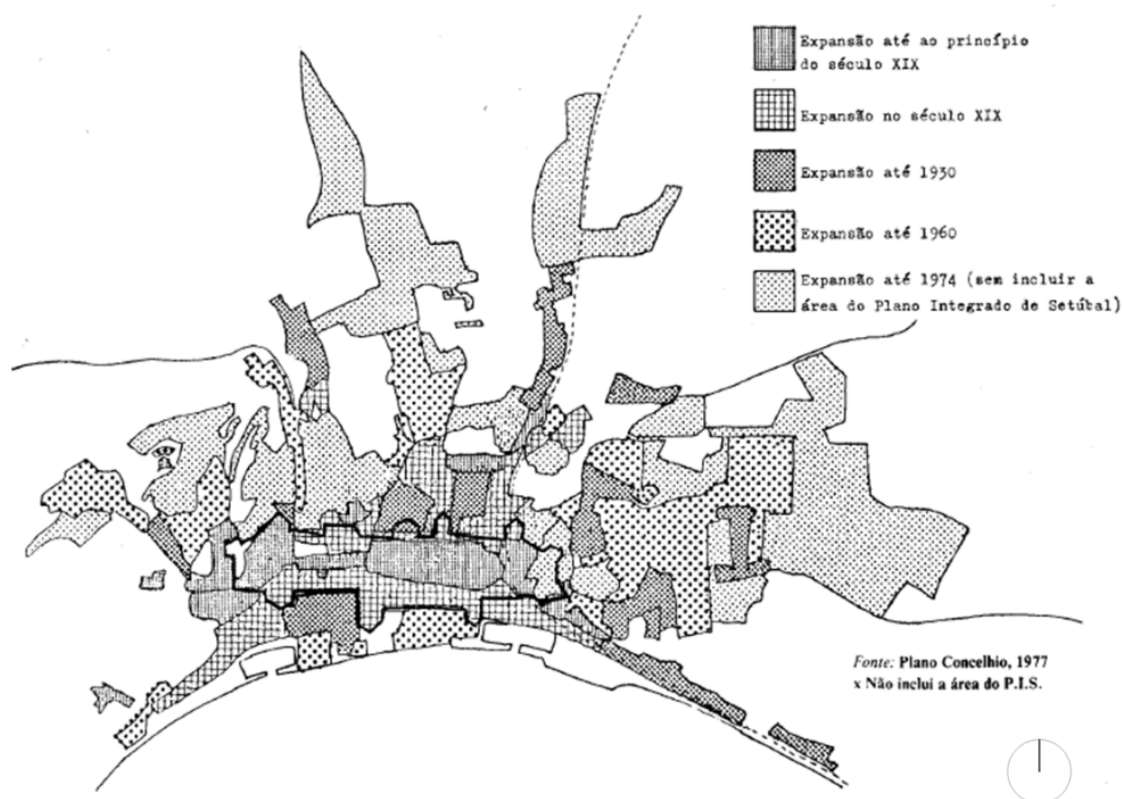


Figura 005 – Aglomeração Urbana da Cidade de Setúbal até 1974.
(Fonte: FARIA, 1985, p. 78). Ver Anexo 5.

Face às grandes transformações económicas, demográficas e sociais, viveu-se e vive-se uma desorganização urbana e social, a qual afectou especialmente a vida colectiva, sendo mais visível na vivência de bairro, relações de vizinhança, entre outros. No entanto, passado este fenómeno de mobilidade, tudo aponta para uma nova fase de aculturação, revitalização cultural e vivência social, existindo actualmente uma preocupação no âmbito da vivência de bairro, dinamização das associações no campo de defesa do património, de maneira a gerar um novo comércio e serviços, o qual possibilita uma nova dinamização social e turística.

Cabe à população e à autarquia esta mudança de mentalidade com a preocupação da nossa cultura.

2.2 - O Bairro da Fonte Nova

Como já referido no capítulo anterior, o Bairro da Fonte Nova antigo Bairro do Troino situa-se na zona poente da cidade de Setúbal. Dividindo-se em duas freguesias, a de São Julião e a da Anunciada, da qual faz parte a zona em estudo.



Figura 006 – Área de estudo no Bairro da Fonte Nova.

(Fonte: Imagem elaborada pelo autor, tendo por base imagens do Google Earth de 23 Junho de 2007, acedido a 5 de Fevereiro de 2012)

O Bairro de Troino, antigo Arrabalde do Troino, tratava-se de uma pequena comunidade de pescadores instalada fora da muralha medieval, esta existência pode ser equivocadamente comprovada pela criação da Confraria da Anunciada em 1368, congregação de pescadores que teve como justificação na sua origem a lenda do milagre de N.^a S.^a Anunciada.³⁸

Com isto o casario foi aumentando progressivamente, até que em 1533, a zona era constituída por 428 fogos.

Visto a população deste bairro exercer uma intensa actividade económica ligada à pesca e à construção naval, é compreensível a justificação para que os primeiros conventos³⁹ da cidade de Setúbal tenham sido instalados nesta área.

Após a construção das novas muralhas de Setúbal depois da restauração, a cidade é alvo de desenvolvimento, criando-se indústrias como a construção e reparação naval (estaleiros).

³⁸ Cf. Homem, E. (1989). *Plano de Actividades da Junta de Freguesia N.^a S.^a Anunciada*. Setúbal: Edições da Junta de Freguesia N.^a S.^a Anunciada. P. 4

³⁹ “ Em 1410 é fundado o convento de S. Francisco, em 1590 o convento de Jesus e em 1598 inicia-se a construção de Convento dos Carmelitas Calçados” Idem, Ibidem.

“No séc. XIX, com a implementação da iluminação pública, é instalada na Avenida Luísa Todi a fábrica de gás. E é neste século, que, com o afluxo da indústria de conservas de peixe a Setúbal, a industrialização da freguesia atinge o seu “boom”. Devido à sua privilegiada situação geográfica, proximidade da matéria-prima, mão-de-obra disponível e boas condições de escoamento. Um grande número de fábricas de conserva de peixe e indústrias subsidiárias são instaladas na zona ribeirinha.” (HOMEM, 1989, p 5)

Esta forte crescente industrial trás consigo alterações, surgindo deste modo três grupos sociais, o industrial, o soldador e a operária conserveira. Por outro lado, os industriais construíam a suas moradias, bem como os burgueses nobilitados como é o caso do edifício em questão, o Palácio Feu Guião no largo da Fonte Nova e o Palácio Botelho Moniz no Outeiro da Saúde, constituem as mais ricas habitações da Freguesia.⁴⁰

No entanto, o aumento da população proveniente do desenvolvimento industrial, provoca a falta de habitação, principalmente para a população proveniente do Algarve.

Ainda no século XIX dão-se profundas alterações políticas e religiosas, grande parte dos conventos são extintos dando lugar a quartéis militares. Bem como o combate entre as forças liberais e absolutistas, ocorrido no Alto do Viso.

Em 1920 surge a decadência das indústrias devida à necessidade de evolução de maquinaria para a evolução das indústrias, das quais muitas não conseguiram acompanhar a evolução, devido à falta de fundos. Isto, juntamente com o aparecimento da indústria cimenteira SECIL fez com que a freguesia entra-se em estagnação.

Actualmente, o número populacional tem vindo a diminuir com o abandono do casario, principalmente causado pela falta de condições habitacionais.

2.2.1 - Análise sociológica

Como anteriormente referido no capítulo 2.1, o espaço urbano surge da estrutura social de uma sociedade, que por sua vez emerge da combinação das forças económicas, ideológicas e políticas.

Deste modo o espaço urbano é o resultado de uma força colectiva, surgindo dos seus componentes habitacionais e equipamentos sociais colectivos. Porém, o espaço urbano é

⁴⁰ Cf. Homem, E. (1989). *Plano de Actividades da Junta de Freguesia N.ª S.ª Anunciada*. Setúbal: Edições da Junta de Freguesia N.ª S.ª Anunciada. P. 5

vivido e desenvolvido pelo conjunto populacional residente que desenvolve uma apropriação particular do espaço em função do nível etário; categoria económica; sócio profissional; condição de classe; modo de vida; corpo cultural; local de origem. Assim sendo é necessário ter em conta dois factores, a genealogia histórica da área urbana e a reprodução da condição social, quer na apropriação do solo, quer nas formas materiais produzidas.⁴¹

No caso do Bairro de Troino, o seu núcleo populacional apresenta-se como o mais antigo da cidade, concentrando deste modo a faixa etária mais envelhecida. Tal relação decorre do facto da capacidade de mobilidade geo-económica dos residentes ser bastante limitada. Assim sendo, esta configuração demográfica associada à própria traça arquitectónica traduz consequências importantes no desenvolvimento de todo o tecido social.⁴²

Criando-se deste modo uma vivência social intensa, em que a solidariedade e as relações de vizinhança se traduzem numa referência comum, sustentada quer pelas suas características territoriais (ruas estreitas e existência de largos e praças), quer pela sua habitabilidade (habitação predominantemente térrea ou com piso superior) e existência de lojas vocacionados para o comércio de bairro (drogarias, mercearias, etc.).

Deste modo é notório, uma vivência do espaço público nos largos existentes. Daí a existência de equipamentos de restauração que permitem uma maior facilidade de comunicação e troca de impressões. De realçar que esta vivência nasce igualmente da condição sócio-profissional dominante, pois o bairro caracteriza-se pela concentração elevada de pescadores, operários e comerciantes.

Contudo, o que está em causa na detenção sociológica do bairro de Troino é a captação do seu carácter cultural e económico, de modo a traduzir a sua afirmação identitária, pois em causa está o seu despovoamento. A população, sobretudo a mais jovem procura novas formas de vida e de habitação, pois as casas mais velhas não satisfazem as necessidades actuais para a sua vivência, por isso são grande parte abandonadas, mantendo-se apenas a sua ocupação por parte da população mais envelhecida. Deste modo à que tomar medidas urgentes no sentido da sua preservação e recuperação para que se possa possibilitar um renascer do tão famoso bairro.

Tal despovoamento é notável no gráfico abaixo apresentado.

⁴¹ Cf. Homem, E. (1989). *Plano de Actividades da Junta de Freguesia N.ª S.ª Anunciada*. Setúbal: Edições da Junta de Freguesia N.ª S.ª Anunciada. P. 11;

⁴² Cf. Idem, *Ibidem*, P. 12;

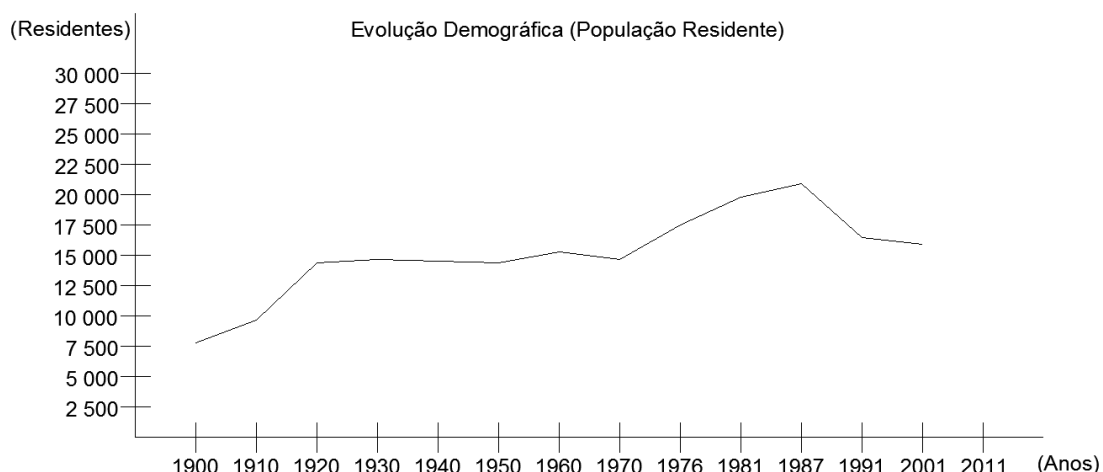


Gráfico 001 – Evolução Demográfica da População Residente na Junta de Freguesia da Anunciada
(Fonte: Gráfico elaborado pelo autor, tendo por base os dados obtidos na Junta de Freguesia da Anunciada)

2.2.2 - Análise Urbana

Quase todo o bairro do Troino está modificado actualmente devido ao cataclismo ocorrido em 1755.

“O bairro do Troino ocupa toda a zona baixa entre a Ribeira do Livramento e a encosta que sobe para o Viso. Embora o seu núcleo se tenha situado em torno do antigo Hospital e a Igreja da Anunciada, é o Largo da Fonte Nova que lhe molda o perfil urbanístico. Com efeito, entre as muralhas medievais, cuja Porta Nova estabelecia a comunicação com o inicialmente arrabalde do Troino, e a referida Fonte Nova, o traçado das ruas é perfeitamente ortogonal, ostentando talvez a marca mais impressiva da reconstrução pós-terramoto. Ao invés, o Largo da Fonte Nova polariza um traçado radial de vias que para ele confluem.” (SILVA, 2002)

O eixo urbano principal e de características geradoras da fonte Nova é definido pela Rua João Eloy do Amaral com continuidade na Rua Paulino de Oliveira. Associados a este eixo estão os dois Largos da Fonte Nova, os quais polarizam o restante traçado do Bairro, gerando ruas a partir do traçado primário e associadas à articulação do sistema do edificado residencial corrente acabando por gerar quarteirões estreitos e longos.



Figura 007 – Eixos geradores do Bairro da Fonte Nova

(Fonte: Imagem elaborada pelo autor, tendo por base imagens do Google Earth de 23 Junho de 2007, acedido a 5 de Fevereiro de 2012)

O bairro de Troino possui uma estrutura de propriedade bastante pequena, sendo que o espaço construído é de grande densidade. Deste modo, o espaço público é definido pelas ruas e pelos pequenos largos existentes⁴³ apesar das diferenças na sua orientação e forma o bairro mantém uma grande homogeneidade e coerência no encontro do espaço físico da rua com os largos, carácter unitário patente em todo o seu traçado.⁴⁴

O sistema de espaços privados está intimamente ligado ao edificado. No interior do quarteirão, quando a largura assim permite, é vazado, dando origem a uma variedade de estilos ocupacionais. Ou seja, o logradouro «miolo interno» dos quarteirões pode ser usado de várias formas. Caso se trate de um quarteirão fechado, é geralmente dividido em pequenas parcelas correspondentes a todos os habitantes ou só aos do piso térreo, quando é aberto, é enriquecido de um espaço ou caminho de carácter semi-público, que serve as traseiras dos edifícios ou os seus quintais.⁴⁵

⁴³ Cf. Homem, E. (1989). *Plano de Actividades da Junta de Freguesia N.ª S.ª Anunciada*. Setúbal: Edições da Junta de Freguesia N.ª S.ª Anunciada. P. 17

⁴⁴ Cf. Silva, A. (2002). *Caracterização Urbana do Bairro da Fonte Nova – Setúbal*. Setúbal: documento fornecido pelo próprio autor.

⁴⁵ Cf. Idem, Ibidem.

A nível urbano á que destacar o edificado de excepção existente no bairro, de enorme carga cultural o qual é a peça chave no entendimento da cidade como sistema integrador de três subsistemas, ambiental, cultural e sócio-económico. Deste modo, o edificado de excepção é composto não só pelas igrejas integradas na malha urbana e pelo complexo religioso instalado no Baluarte da Saúde⁴⁶, bem como outros exemplos monumentais e culturais, tais como a antiga casa da cantora Luísa Todi⁴⁷, a fonte da Praça Machado dos Santos, o edifício da antiga família Feu Guião (edifício em questão), e a casa do séc. XVIII⁴⁸(actual casa da Baía , posto de turismo).



Figura 008 – Edifícios classificados ou em vias de classificação
(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver Apêndice II)

⁴⁶ “Este complexo religioso embora parte dele seja de acesso restrito ou privado, sendo usado apenas pelo pessoal ligado ao complexo (freiras, etc.) têm carácter de excepção patente na diferenciação formal dos edifícios que o compõem e na disposição destes no território.” Silva, A. (2002). *Caracterização Urbana do Bairro da Fonte Nova – Setúbal*. Setúbal: documento fornecido pelo próprio autor.

⁴⁷ Luísa Rosa de Aguiar Todi, (1753.1833), cantora lírica portuguesa de grande valor para a cidade de Setúbal.

⁴⁸ “O edifício antigamente designado por Recolhimento de Nossa Senhora da Soledade foi residência para religiosas a partir de 1745. Já no século XIX, em 1834, foi decretada a extinção das ordens religiosas ativas em Portugal, facto que ditou outras utilizações para aquele edifício. A década de 20 do século passado foi, também em Setúbal, um período dramático, de grande miséria social. Sintoma das penosas condições de vida dos setubalenses foi a proliferação de instituições de acolhimento de crianças, como o Asilo da Infância Desvalida, das Florinhas da Rua, o Orfanato Municipal, a Beneficência Escolar, a Creche ou o Hospício Municipal.” Casa da Baía. In <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/casa-da-baia/170>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

2.2.3 - Análise tipológica de edificado

A tipologia do edificado do bairro está estritamente relacionada com a pequena volumetria predominante existente compreendida entre dois e três pisos, como pode ser visível na figura 009.

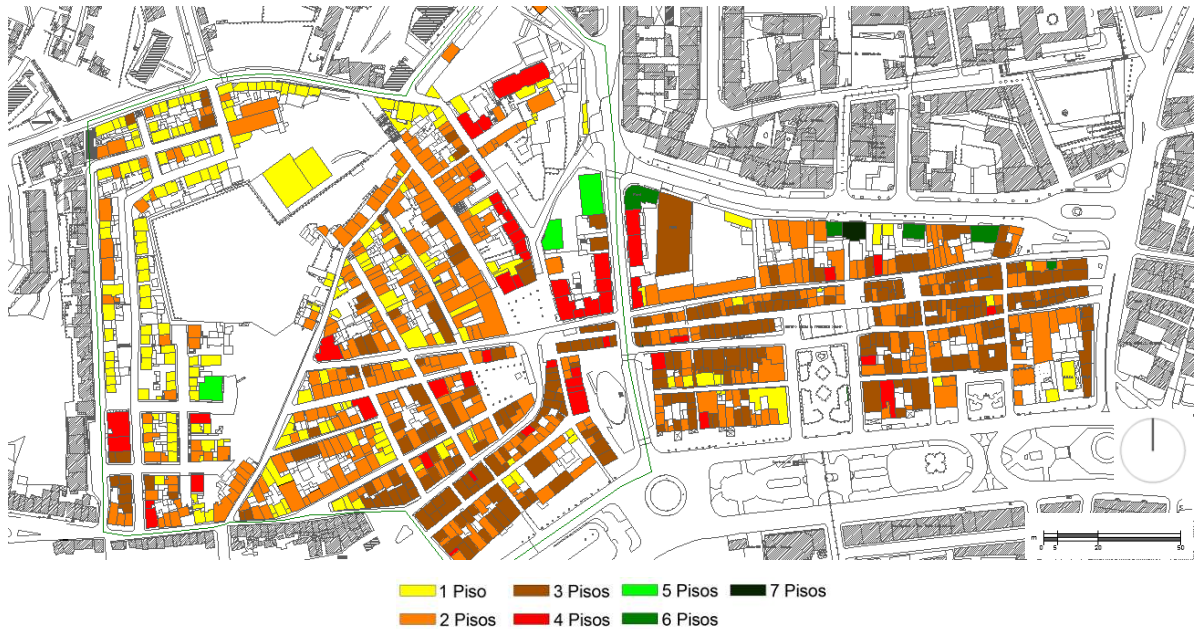


Figura 009 – Levantamento do número de pisos do Bairro da Fonte Nova.
(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver Apêndice III)

No que trata em relação à linha de fachadas, é contínua, funcionando como barreiras verticais as quais canalizam o espaço de rua, como pode ser visível na figura 010.



Figura 010 – Fotografia da Rua Vasco da Gama
(Fonte: Foto tirada pelo autor a 8 de Fevereiro de 2011)

Toda a área da Fonte Nova possui um padrão de ocupação misto, entre um traçado planeado e um crescimento orgânico, ou seja é notório que o planeamento do seu traçado viário foi pensado na sua criação⁴⁹. No entanto com o crescimento populacional e com as necessidades da população, esse traçado sofreu pequenas alterações, como pode ser visível na figura 011.

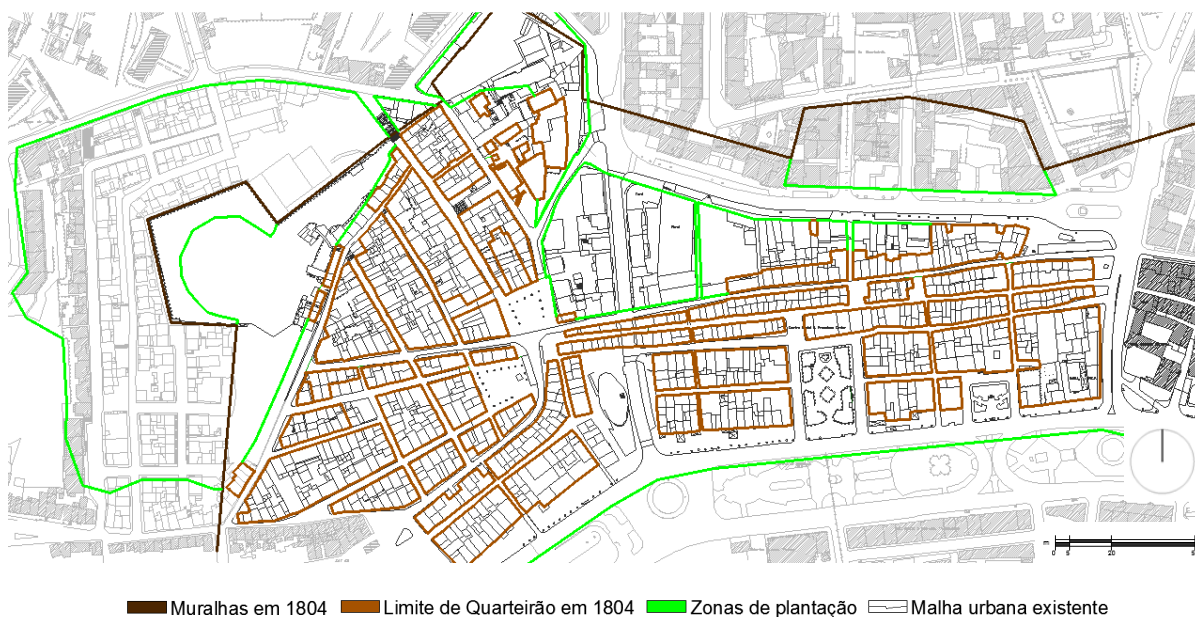


Figura 011 – sobreposição da cartográfica de 1805 com a actual malha urbana.
(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver Apêndice I)

Do ponto de vista morfológico do bairro da Fonte Nova existe um vasto tipo de edifícios não só pelas suas dimensões de suporte físico, bem como pelo seu tipo de fachada e usos.

Pela análise feita à dimensão das parcelas e à sua forma física, conclui-se que os edifícios de maiores dimensões estão associados a uma maior riqueza arquitectónica quer pelos seus materiais quer pelos pormenores de fachada. Enquanto as parcelas mais pequenas estão relacionadas a edifícios de menor valor. Podendo-se associar o edifício ao tipo de estatuto social do anterior ocupante.

No entanto, de uma forma geral os edifícios existentes mantêm a sua forma original, sendo estes,

⁴⁹ Cf. Homem, E. (1989). *Plano de Actividades da Junta de Freguesia N.ª S.ª Anunciada*. Setúbal: Edições da Junta de Freguesia N.ª S.ª Anunciada. P. 21

“Paralelepípedos implantados em lotes de forma alongada (rectangulares) salvo os lotes de gaveto, geralmente resultantes da união de duas perpendiculares às ruas que o compõem. Em termos formais e volumétricos os edifícios de gaveto assumem uma importância maior.” (SILVA, 2002)

Tratando-se de um bairro antigo de características predominantemente habitacionais, mantém ainda hoje esse seu aspecto, quer a nível do seu traçado primitivo, do seu adensamento e da sua estrutura da vida social sendo esta intensa e vivida a nível da rua.

Apesar de ser predominantemente um bairro habitacional, possui também outros usos os quais caracterizam predominantemente o bairro, entre os quais: garagens; serviços industria; comércio. Deste modo, analisando a figura 012, podem-se averiguar os seguintes usos.



Figura 012 – Planta de actividades e usos do Bairro da Fonte Nova.
(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver Apêndice IV)

Apesar de existirem intervenções efectuadas neste século a nível do edificado, nomeadamente a substituição de edifícios, as características construtivas mantêm-se respeitando as linhas arquitectónicas existentes, salvo algumas excepções.

“De um modo geral as pessoas respeitaram o dimensionamento do vão (difícil de alterar), mas alteraram radicalmente o desenho e material das caixilharias, substituindo as antigas de madeira por novas de alumínio. Sintoma

emergente dos tempos modernos são os novos vãos abertos pelos moradores, pela dimensão e pela forma podemos aferir que se trata de ventilação de casas de banho ou de outras reestruturações efectuadas no interior dos edifícios. Outros pormenores de alteração frequente são as guardas de ferro forjado que protegem as pequenas varandas de pedra calcária em balanço, motivada certamente pela falta de mão-de-obra especializada para as executar.” (SILVA, 2002)



Figura 013 – Novo edifício, no gaveto da Rua das oliveiras, com a Rua Jacob Queimado.
(Fonte: SILVA, 2002.)

“A tradição é a cadeia ininterrupta das inovações assimiladas por um grupo ou comunidade. Se considerarmos as alterações como inovações, estamos a assistir à introdução de materiais e técnicas não tradicionais num bairro de características tradicionais. O caso mais gritante é o uso massivo de caixilharias de alumínio, para substituir as de madeira. Mas se olharmos para trás, será que este tipo de intervenção (do habitante), já aconteceu ou estamos a assistir a um fenómeno novo, provocado por uma sociedade contemporânea em permanente mudança?” (SILVA, 2002)

No que se refere ao tipo de cobertura, é notável no bairro uma característica bastante relevante, em que a junção das coberturas forma um (coroamento homogéneo) em todo o bairro. No entanto, existem dois tipos de remate entre cobertura/parede, existindo em beiral simples, “às vezes com uma fiada dupla de telha, ou com um pequeno prolongamento sobre

uma janela ou varanda, e em beiral recolhido em platibanda decorada com frisos e eventualmente com um pequeno brasão." (SILVA, 2002). Como pode ser visível na figura 014.



Figura 014 – Exemplo de cobertura existente
(Fonte: SILVA, 2002.)

Capítulo 3 - O antigo palacete da Família Feu Guião

3.1 – A importância da reabilitação do edifício

A Freguesia da Nossa Senhora da Anunciada não se desenvolveu apenas com gente do povo, que com muito esforço ganhava a vida na construção naval, na faina do mar, no cultivo da terra dos campos ou pequenas indústrias artesanais. Existia também uma burguesia, que estava ligada primeiramente ao comércio do sal quer interno quer externo e, posteriormente, ligada à grande indústria conserveira. No meio da burguesia existia uma nobreza nobilitada, que ocupava altos cargos na sociedade. Exemplo dessa nobreza que ainda persiste é o palácio da família Feu Guião embora em elevado estado de degradação. Trata-se de uma construção do séc. XVIII, o qual se rege pelas regras de funcionalidade urbana e austeridade arquitectónica próprias do estilo pombalino.

O palácio está localizado no centro de Setúbal, e quem visita Bairro de Troino pela Praça Machado dos Santos, antigo largo da Fonte Nova, não fica alheio ao edifício da família Feu Guião.

A população de Setúbal, mais propriamente a população do bairro, habituou-se a ver naquele importante espaço a casa brasonada dos finais do séc. XVIII, ostentada a pedra d'armas da família Feyo Sanches.

Desde que existe o Bairro da Fonte Nova a Praça Machado dos Santos sempre foi a sua porta de entrada principal, tendo ganho ainda mais valor aquando a incorporação da Fonte Pública que ainda hoje existe. Sendo um ponto central do bairro no qual existia e existe toda uma vivência social, é necessário perceber os “ [...] símbolos do tempo que existem num lugar particular a fim de aclarar o sentido que tem para os seus residentes este tempo-lugar específico”. (LINCH, 1975, p. 42)



Figura 015 – Praça machado dos Santos e a Rua Paulino de Oliveira, rua central do bairro que atravessa a Praça
 (Fonte: Imagem elaborada pelo autor tendo por base uma imagem retirada do Google Earth, datada de 23 de Junho de 2007)



Figura 016 – Fotografia da parte nascente da Praça Machado dos Santos nos anos 40 contrastando com os dias de hoje (Fonte: imagem retirada do grupo: Setúbal Quase Esquecida, in <http://www.facebook.com/groups/206258199422396/>, acedido a 25 de Dezembro de 2011)



Figura 017 – Fotografia da «Fonte Nova» na parte nascente da Praça Machado dos Santos nos anos 40
(Fonte: imagem retirada do grupo: Setúbal Quase Esquecida, in
<http://www.facebook.com/photo.php?fbid=271219502893705&set=oa.214518078596408&type=1&theater>,
acedido a 25 de Dezembro de 2011)

Deste modo nunca se pode parar no tempo, bem como não é possível recriar as vivências passadas, mas no entanto, podem ser respeitadas e entendidas por nós, de modo a ficar a memória em testemunho daquela que é a origem dos nossos valores de hoje, dando significado à vida da nossa sociedade e que constituirá as referências para o futuro. É desta forma que devemos interpretar o nosso património, sendo a razão principal que nos leva a perceber a importância do palácio Feu Guião, na consciência colectiva e/ou imaginário colectivo da população, podendo constituir uma importante simbologia cultural.

Pode-se dizer que a urbanização da cidade de Setúbal surge como “consequência mecânica da industrialização” (Faria, 1980, p. 103) pois o grande crescimento da cidade surge com a expansão industrial.

Segundo o Sociólogo Carlos Faria

“ A cidade de Setúbal apresentava uma estrutura urbana muito influenciada pela linha da costa e pela sua relação com o mar, apresentando-se as ruas de maior significado orientadas no sentido leste-oeste e as ruas transversais curtas e de menor importância”. (FARIA, 1980, p. 103)

Deste modo partindo da localização do edifício em questão pode-se entender parte da importância do palácio Feu Guião. Localizando-se numa das ruas principais do bairro, e num dos largos centrais de grande importância.

“[...]habitar não consiste apenas em dispor de uma casa, morada ou domicílio, mas compreende também um certo número de equipamentos colectivos que, postos ao serviço dos trabalhadores/habitantes lhes proporcionam a satisfação das suas exigências de carácter social.

Quando falamos em equipamentos colectivos referimo-nos, não a todos os equipamentos que intervêm na reprodução da força de trabalho, mas apenas aos equipamentos que apresentam um carácter de serviço público e não estão sujeitos, por conseguinte, à óptica do lucro.” (FARIA, 1980, p 122)

O bairro da Fonte Nova insere-se numa área em que a qualidade de vida determina directamente o modo de vida da população residente, ou seja, a vitalidade da área em termos sociais é efeito de um conjunto de circunstâncias históricas, sociais, económicas, políticas e geográficas.

O bairro tem vindo a degradar-se gradualmente principalmente a partir dos anos sessenta, não só o edificado que foi entregue ao abandono como também alguns espaços públicos que acabaram por estar ao abandono da autarquia.

Apesar de o bairro não possuir grande arborização a nível de rua, justificada pela largura das ruas, possui três largos os quais possibilitam um espaço de encontro e lazer agradável, no entanto encontram-se carentes de algum mobiliário urbano de modo a proporcionar um ambiente atractivo.⁵⁰

⁵⁰ Cf. Homem, E. (1989). *Plano de Actividades da Junta de Freguesia N.ª S.ª Anunciada*. Setúbal: Edições da Junta de Freguesia N.ª S.ª Anunciada. P. 25

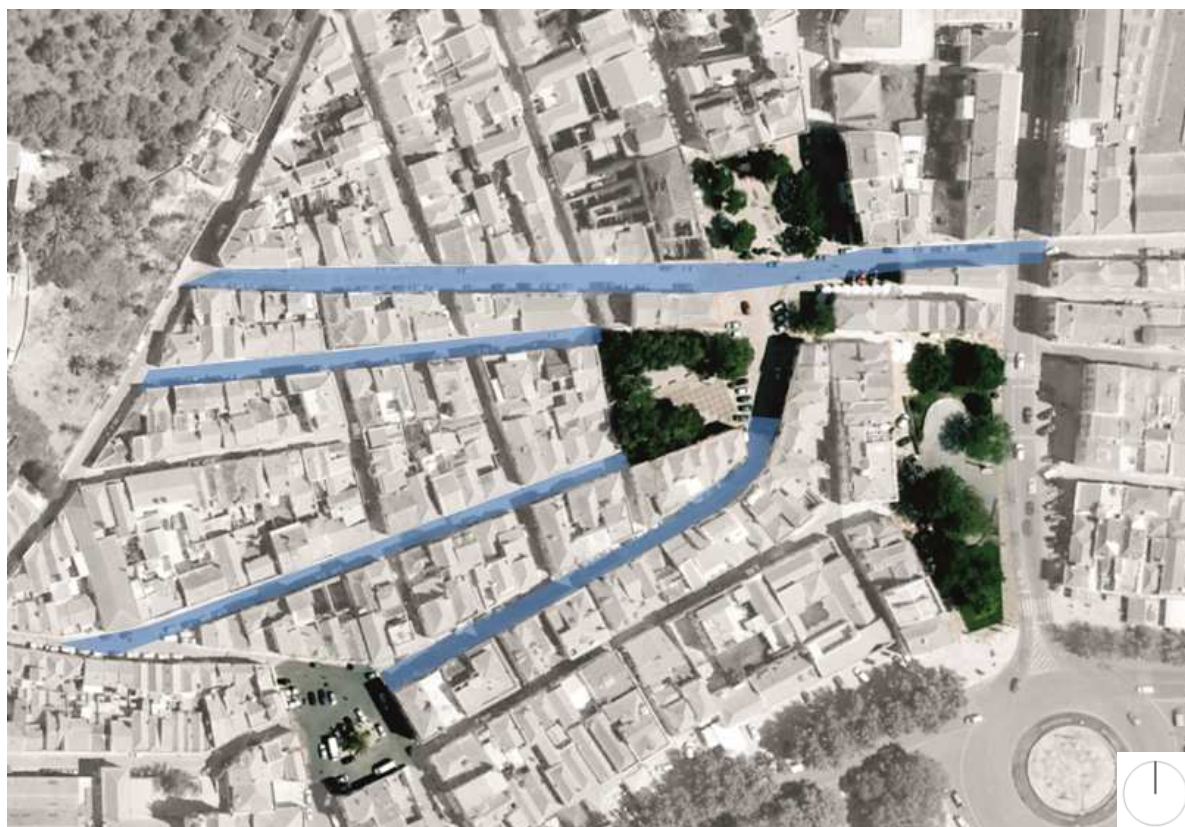


Figura 018 – Largos/ Praças existentes no bairro da Fonte Nova e ruas principais.

(Fonte: Imagem elaborada pelo autor tendo por base uma imagem retirada do Google Earth, datada de 23 de Junho de 2007)

Tratando-se notoriamente de um bairro com uma taxa populacional envelhecida, existem certos apoios e necessidades que se devem proporcionar de modo a criar um nível de vida melhor, deste modo existe a necessidade de criação de infra-estruturas de apoio à população, nomeadamente; centro de saúde, pois os existentes das redondezas são insuficientes para a elevada população envelhecida, a qual necessita de um melhor acompanhamento médico; apoio educacional, pois para a população de menor faixa etária carece de apoio a nível educacional.⁵¹

A juntar a estes factores está o despovoamento, provocado pela população mais jovem. Deste modo é necessário incentivar esta faixa etária para a recuperação da nossa cultura.

Para além destas carências é necessário promover todo o bairro pela sua história, quer socio-cultural quer económica, de modo a fazer renascer uma vivência anteriormente vivida.

Para tal podem-se ter como directrizes iniciais os seguintes pontos:

- Requalificar as áreas da zona mais degradada;

⁵¹ Cf. Homem, E. (1989). *Plano de Actividades da Junta de Freguesia N.ª S.ª Anunciada*. Setúbal: Edições da Junta de Freguesia N.ª S.ª Anunciada. P. 26

- Potenciar a zona como área de expansão do comércio;
- Criar uma dinâmica local de desenvolvimento;
- Quebrar o isolamento e a exclusão social.

3.2 - Evolução histórica do edifício

O edifício da Família Feu Guião é um edifício que engloba várias épocas de construção bem como várias gerações e famílias.

Supõe-se que no séc. XVI, D. Pedro de Mascarenhas se tenha instalado nesta área de edificado. No entanto, o edifício não teria as mesmas dimensões que actualmente tem.

D. Pedro de Mascarenhas, foi um notável diplomata e grande militar português, pagem da rainha D. Leonor e homem benquisto dos reis D. Manuel e D. João III. Tendo sido este embaixador em Roma, foi um dos principais promotores da vinda a Portugal dos primeiros jesuítas, como é o caso de Francisco Xavier.⁵²

Deste modo é de presumir que Francisco Xavier se tenha instalado nesta mesma casa quando à sua vinda a Portugal.

“ A Três léguas, a ocidente de Alcácer do sal, abria-se uma ampla enseada de cinco léguas de comprimento, rodeada de salinas. Onde o rio Sado desagua no mar, ficava a Vila de Setúbal, onde D. Pedro possuía também uma casa com jardim, junto à Fonte Nova, a caminho de Azeitão.

Francisco Xavier foi recebido em Palma, com o maior carinho, por D. Pedro e D. Helena. Esta D. Helena era filha de outro Pedro Mascarenhas que tinha servido na Índia, de 1511 a 1527, que tinha sido capitão de Malaca e, ao regressar, Capitão de Azamor.

Desapareceu ao voltar de Tunes, em 1535. Quando o P. Araoz visitou Palma, em 1544, ainda encontrou D. Helena que só veio a falecer em 1586.

Francisco volta a Lisboa em meados de Outubro. É muito provável que os senhores de Palma tivessem vindo com Francisco até Alcácer, para lhe mostrar a sua igreja, com as preciosas relíquias e depois tivesse embarcado com eles no Sado, para que estes o aposentassem no seu palácio ajardinado de Setúbal.” (LOPES, 2003, p. 151)

⁵² (1945). *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa: Editorial enciclopédia, vol XVI.

D. Pedro era um homem não muito letrado, mas no entanto era um hábil diplomata, astuto, inteligente e grande impulsionador das rotas comerciais portuguesas para o estrangeiro. Deste modo, o edifício de D. Pedro seria mais um ponto de paragem temporária das suas rotas. Visto a cidade de Setúbal na época ser uma cidade portuária de grande importância comercial, “ [...] as conservas eram um produto indispensável no abastecimento das embarcações empenhadas na expansão [...]” (MOURO, 1996, p. 7)

“ Setúbal conquista neste período uma posição de destaque como produtor e exportador de sal ao nível de todo o país e as excelentes condições naturais da região favoreciam, ainda uma intensa actividade piscatória que aliada à produção do sal, só por si impõe o recurso à conservação” (MOURO, 1996, p. 10)

A 23 de Junho de 1555 falece o Conde de Palma, D. Pedro de Mascarenhas, sem deixar descendência directa. O palácio terá sido mantido na família até quase ao fim do século XVIII, estando referido no traslado do livro do lançamento da Décima dos Prédios Urbanos de Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, datado de 1762.

“ Praça da Fonte Nova pelo lado esquerdo, nº 6 – propriedade de Casa de Conde de Óbidos, contigua á sua Horta chamada de Fonte Nova, Que costa de lojas de um só andar e gestão por sua conta, vale de renda 20.000 reis, deduzindo os concertos para 1800 reis.” (Lançamento da Décima, 1762, p. 54v, art. 6)

Deste modo, fazendo um seguimento cronológico desde a morte de D. Pedro de Mascarenhas até ao referido Conde de Óbidos, pode-se entender a descendência deste seguinte modo. Após a morte de D. Pedro o património passa para seu irmão D. João Mascarenhas, 2º senhor de Lavre e Estepa, posteriormente para seu filho D. Vasco Mascarenhas, o qual passa para D. João Mascarenhas, seguidamente para seu descendente D. Fernão Martins Mascarenhas, senhor de Lavre, pai de D. Vasco Mascarenhas, 1º Conde de Óbidos, seguindo então a descendência, D. Fernando Martins Mascarenhas, 2º conde de Óbidos e por fim D. Manuel Assis de Mascarenhas, 3º conde de Óbidos.

No entanto, já nesta altura o mesmo manuscrito refere uma casa térrea com sótão, adjacente à casa do Conde de Óbidos, pertencente a Luís Feyeo Guerreiro.

“Praça da Fonte Nova pelo lado esquerdo, nº 5 – propriedade de Casa terrea com sotto de Luís Feyo Guerreiro, onde recolhe algumas vasilhas de vinho, vale de renda 4.000 reis, deduzindo os concertos para 360 reis.” (Lançamento da Décima, 1762, p 54v, art. 5)

Entretanto a propriedade deve ter passado para a posse de Luís Feyo Guerreiro Maldonato, que se casou com Teresa Joana Perpétua Sanches de Gusmão descendente de Afonso Henriques a 1765.

O casal teve duas filhas, Joana Perpétua Feu Sanches de Gusmão e Catarina Benedita Feu Sanches de Gusmão. Sendo Joana baptizada a 3 de Abril de 1780, segundo o assento de baptismo, o mesmo teve lugar no “horatório das cazas de morada de Luis Feyo Guerreiro Maldonato, citas na Rua das Amoreiras” (A.D.S, Setúbal/ Anunciada, Baptismos 18, p. 145v - 146). Esta casa acima referida podia ainda não pertencer directamente a Luís mas sim ao seu pai, André Feyo Guerreiro, o qual ainda possuía três casas na mesma zona, segundo Traslado do livro do lançamento da Décima dos Prédios Urbanos de Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada, datado de 1762.⁵³

A 30 de Abril de 1781 a segunda filha, Catarina Benedita Feu Sanches de Gusmão é baptizada, já no palácio. “Horatório das cazas próprias de Luís Feyo Guerreiro Maldonado citas na Fonte Nova” (A.D.S, Setúbal/ Anunciada, Baptismos 18, p. 145v - 146)

Deste modo é provável que esta mudança de propriedade tenha ocorrido entre 1780 e 1781.

Até 1755 o pequeno edifício existente na ala a sul pertenceu ao descendente de D. Pedro de Mascarenhas, último Conde de Palma. Após a sua morte todos os bens passaram automaticamente para o Conde de Óbidos.

Apesar de muitos documentos dizerem que a origem do edifício é atribuída ao desembargador Romão José da Rosa d’Abreu Guião, chefe de família de desembargadores e letrados e apesar de nas sisas de 1762 fazerem já referência à existência da Rua do Adeantado.

O palacete após pertencer ao Conde de Óbidos pertenceu à família Feyo Sanches, pois o brasão existente no edifício pertence à família Sanches da parte de D. Teresa Joana Feyo Guerreiro Sanches Maldonado descendente de D. Afonso Henriques, filha de Francisco Sanches Pereira de Gusmão e de Catarina Vitória Violante Pimentel Maldonado; e Feyo da parte de Luis Feyo Guerreiro Maldonado filho de André Feyo Guerreiro Maldonado e Genoveva Rita Lobato.

⁵³ Cf. (1762). *Traslado do livro do lançamento da Décima dos Prédios Urbanos de Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada*. Pp. 59, 68 e 70

Em 1780 nasce a sua filha D. Joana Perpétua (ou Teresa) Feyo Sanches de Gusmão a qual casa a 30 de Janeiro de 1794, com um então Guião, Francisco José de Faria da Costa e Abreu Guião, filho do desembargador Romão José Rosa Guião e Abreu e de Isabel Esménia de Faria Barbosa Fagundes.

Dada a origem do edifício pertencer à família Feyo, assim se manteve a pedra de armas até hoje.

Contudo, pode-se especular que Francisco Guião tenha feito obras de extensão do edifício, pois na carta de 1804⁵⁴ ainda é notada uma antiga rua existente na ala norte do edifício como pode ser visível na figura 019. Desde então o edifício poucas alterações sofreu.



Área de implantação do edifício Antiga Rua existente

Figura 019 – Antiga Rua existente contígua ao Edifício.

(Fonte: Imagem elaborada pelo autor, tendo por base a cartografia de 1805, ver apêndice V)

Deste modo pode-se supor que o edifício tenha tido uma primeira fase construtiva feita por D. Pedro de Mascarenhas em que na mesma altura existiria então uma parcela pertencente a André Feyo. Posteriormente, as duas parcelas existentes provavelmente passaram ambas para a Família Feyo, o qual possa ter feito pequenas alterações. E por fim, já com a família Guião a pequena extensão da ala norte, já no século XIX.

No entanto, o palácio esteve por pouco tempo nas mãos da Família Guião, pois a 7 de Outubro de 1868⁵⁵ António José Feio Guião é instituído morgado da família, sendo este de irmãs solteiras, as quais não tinham sustento, os bens começaram a descambar-se e as dívidas

⁵⁴ Ver Anexo 3

⁵⁵ Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro C6. p. 53 nº 162;

começaram a surgir. Foi então na década de 70 que a família Feu Guião se encontrava numa visível decadência financeira, sofrendo severas penhoras, primeiro o palácio dos Guiões em Lisboa em 1877⁵⁶ e a 8 de Outubro de 1878, António Feu Guião sofre uma hipoteca a cargo do Dr. Francisco Joaquim Ayres do Soveral, sobre o palácio em Setúbal.⁵⁷

Um ano mais tarde o primeiro andar bem como as cavalariças e todo o seu recheio é alugado ao Dr. Francisco por um período de seis anos.

Em 1880 António Guião é alvo de outra hipoteca, a qual não foi paga,⁵⁸ levando António Guião a ser alvo de uma penhora. Em consequência da penhora foram os bens leiloados, sendo o edifício arrematado por Manuel Maria Valente, pela quantia de 3.500\$00 (três contos e quinhentos mil Reis), a 29 de Novembro de 1881.⁵⁹

Posteriormente após a morte de Manuel Maria Valente (29/11/1900)⁶⁰, a 11 de Abril de 1901 o edifício passa para sua irmã Bárbara Joaquina Valente da Cunha, casada com Alfredo Martiniano Carreira da Cunha. No mesmo dia existem várias escrituras em que o casal divide o bem herdado em 5 partes, 1/5 para o casal e 1/5 para cada um dos seus filhos, Anna da Conceição Valente da Cunha, António Januário Carreira da Cunha e Sebastião José Carreira da Cunha e José Júlio Carreira da Cunha.⁶¹

Em 1909 Alfredo Martiniano Carreira da Cunha efectua alterações na fachada a poente do edifício, como se pode supor a partir de um registo de contabilidade, escrito pelo próprio.⁶²

Em 1920 a família é alvo de hipoteca, no entanto esta é financiada por Manuel Ramos Reynaud, sendo esta dívida paga em 1928.⁶³ No mesmo ano os outros 4/5 passam todos para José Júlio Carreira da Cunha. Segundo um projecto de alterações de 1928, José Cunha efectua algumas obras na ala a poente do edifício, fechando parte do quintal existente para a criação da Associação da Brasileira.⁶⁴

Em 1966, o edifício é herdado por sua mulher, Balbina Rosa Pires Pereira da Cunha e seus filhos Maria Pereira Carreira da Cunha Bento, Alfredo Martiniano Carreira da Cunha,

⁵⁶ Cf. Bobone, M. (1968). *Algumas notas sobre o Palácio dos Guiões na Rua de São Filipe Nery*. Lisboa: separata do boletim da Associação Lisbonense de Proprietários nº 173;

⁵⁷ Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro F3. P. 25, nº 1421;

⁵⁸ Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro F3. P. 164, nº 1838;

⁵⁹ Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro G4. P. 22, nº 23;

⁶⁰ Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro G11. P. 176, nº 8809, 8810, 8811, 8812;

⁶¹ Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro G11. P. 176, nº 8809, 8810, 8811, 8812, 8812;

⁶² Ver Anexo 6

⁶³ Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro F13. P. 79, nº 7257;

⁶⁴ Ver Anexo 7

Maria Isabel Pires Pereira Carreira da Cunha Sequeira, Maria Filomena P. Pereira da Cunha Santana e António José Carreira da Cunha.⁶⁵

Sob o legado da família Cunha o edifício permaneceu durante muitos anos como residência, até que passou por diversas utilizações como a de Escola Primária.

Pode-se especular que entre 1918 e 1928, tenha sido feito um contrato de arrendamento com a Câmara de Setúbal para parte das instalações (a ala a sul do edifício do 1º andar) para o funcionamento da escola primária da Anunciada.

Posteriormente, segundo uma antiga docente da escola primária, a Prof.^a Maria Odete Tavares, em 1958 o bairro adjacente ao bairro da Fonte Nova, o Bairro do Viso sofria de certas carências a nível habitacional bem como de higiene. Deste modo, a propagação de doenças acontecia com muita frequência, entre as quais o Tracoma. Existia um vasto número de crianças portadoras desta doença infecto-contagiosa, e para estas pudessem frequentar o ensino primário tinha de se arranjar solução de modo a não estarem em contacto com outras crianças não portadoras da doença. Tendo sido utilizado para este efeito a então escola primária que já existia.

As crianças que estudavam naquela escola tinham a assistência de um médico e de um enfermeiro de dois em dois dias para o tratamento da doença. É então, que em 1962 a doença se deu como tratada não havendo a necessidade de rejeição de alunos não portadores da doença. Assim a escola primária funcionava na sua normalidade de ensino.

Na mesma altura em que o palácio possuía as utilizações de escola e habitação, continha também outras utilizações no rés-do-chão, como mercearia na ala norte do edifício, e latoaria na ala Sul, existindo uma cantina escolar adjacente à oficina de latoaria e duas pequenas habitações.

⁶⁵ Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro G 61. P.117, nº 45121;



Figura 020 – Fotografia do edifício em 1966.

(Fonte: Imagem fornecida por um descendente da família Cunha, Sr. António Cunha Bento)

Em 1969, ocorreu um sismo o qual também afectou toda a cidade de Setúbal. Em consequência do qual o edifício sofreu alguns danos, entre os quais a queda da platibanda, e parte da cobertura. No entanto com o passar dos anos, através das acções climatéricas, o edifício foi alvo das fortes infiltrações das chuvas, as quais levaram a um rápido processo de degradação, levando ao ponto em que se encontra actualmente.



Figura 021 – Fotografia do edifício em 1979.

(Fonte: Arquivo Municipal do Fotografo Américo Ribeiro, AR15393, Américo Ribeiro, Palácio Feu Gião, 1979)

Em 27 de Junho de 1974 todo o edificado é comprado um particular no valor de 528.000\$00 escudos.

Sendo posteriormente vendido para o actual proprietário SPN – Sociedade de Construções Lda. a 25 de Outubro de 2006.



Figura 022 – Fotografia do edifício em 1988.

(Fonte: Imagem fornecida por um descendente da família Cunha, Sr. António Cunha Bento)

Após o terramoto o palácio apenas possui uma utilização, uma associação, a Associação da Brasileira, que se instalou na ala oeste do edifício, na década de 70.⁶⁶

Actualmente, devido à sua magnitude, bem como devido à sua longa história, quer de vivências, quer de arquitectura, este edifício demarca-se de tudo o que o circunda evidenciando o inacreditável estado de degradação que o atingiu.

⁶⁶ Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro 12, descrição nº 1370



Figura 023 – Fotografia do edifício em 2011.
(Fonte: Imagem fornecida por um descendente da família Cunha, Sr. António Cunha Bento)

Capítulo 4 - Caracterização Arquitectónica e construtiva do antigo Palacete da Família Feu Guião

4.1 - A imagem do edifício

O edifício do antigo palácio da Família Feu Guião é um edifício marcante e grandioso, não só pela sua localização, mas também pela arquitectura da época que o caracteriza.

O antigo palácio da família Feu Guião trata-se de uma arquitectura civil privada unifamiliar, com características exteriores da época Pombalina e possui certas características apalaçadas. Apesar de se tratar de uma construção de grande simplicidade na traça, não se pode identificar como uma arquitectura pombalina.

A edificação apesar de se encontrar actualmente num estado de pré-ruína foi resistindo às várias utilizações e alterações de que foi alvo ao longo do tempo. Encontrando-se no entanto uma grande qualidade da tipologia construtiva e dos materiais empregues, constatando-se ainda muitos elementos originais, quer estruturais quer construtivos e decorativos.

No entanto, dada a inexistência de projectos e de pouca documentação referente a este edifício, tornou-se difícil saber com rigor quais os elementos originais e quais os que foram introduzidos posteriormente como manutenção ou reabilitação particular.

O edifício situa-se no Bairro de Troino na cidade de Setúbal, Freguesia da Nossa Senhora da Anunciada, mais propriamente na Praça Machados dos Santos, nº 27/28/29/30/31 e 32 – Rua Paulino de oliveira, nº 2 – Rua Jacob Queimado nºs 6,8 e 10.

A sua implantação ocupa uma área de 732,60 m², com três frentes, a fachada principal virada a nascente, dá para a Praça Machados dos Santos, sendo contornada a sul pela rua Paulino de oliveira e a poente pela Rua Jacob Queimado.



Figura 024 – Localização do palácio Feu Guião.

(Fonte: Imagem elaborada pelo autor, tendo por base imagens do Google Earth de 23 Junho de 2007, acedido a 5 de Fevereiro de 2012)⁶⁷

A nível planimétrico encontra-se estruturado em planta composta onde se articulam duas irregulares formas trapezoidais justapostas.

O edifício é constituído por uma planta composta de dois pisos que foram concebidos segundo um princípio racionalista, a uniformidade e repetição de vãos, organização linear, horizontal e vertical.

Em relação aos alçados, estes são muito distintos, pois é bastante visível a importância dada à fachada principal relativamente aos restantes alçados.

O alçado nascente do edifício, voltado para a Praça Machados dos Santos, nº 27/28/29/30/31 e 32, adopta o papel de fachada principal do edifício, não só pelo seu maravilhoso pórtico brasonado como também pelas características de toda a fachada.

⁶⁷ Ver Desenho nº 006;

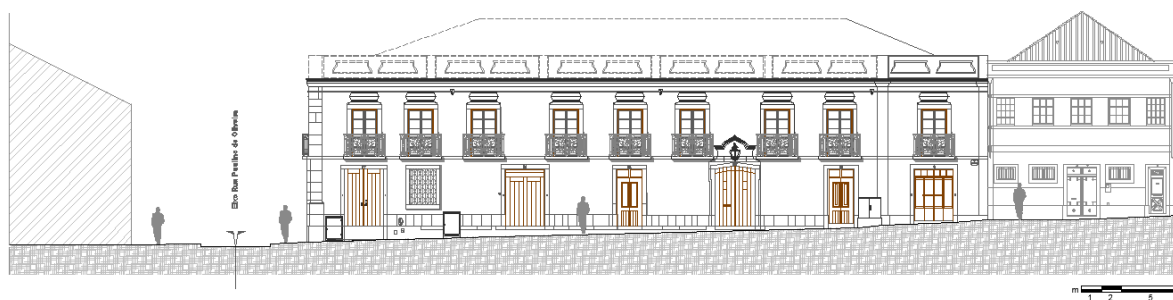


Figura 025 – Alçado Nascente – Praça Machado dos Santos.
(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver Apêndice VI, desenho nº 010)



Figura 026 – Vista pelo lado Nascente – Praça Machado dos Santos.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

É constituído por um pano e dois pisos. O rés-do-chão é constituído por cinco vãos (mais largos que no piso superior) estruturalmente emoldurados em cantaria rectangular de pedra calcária e uma janela de peitoril.

O segundo piso é constituído por oito janelas de sacada com resguardo de ferro ligadas por um estreito friso de pedra, e encimadas por um frontão recto saliente como se tratasse de um capitel, como demonstra a figura 027. Destacam-se ainda neste alçado três gárgulas trabalhadas em pedra, podendo ser visível na figura 028.



Figura 027 – Janela de sacada e resguardo de ferro da fachada principal.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)



Figura 028 – Gárgula central da fachada principal.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

Na segunda porta, a contar do lado esquerdo da fachada, existe uma marca onde poderá ter existido um fresco ou um frontão, de modo a destacar a segunda porta principal da fachada, bem como pode ter estado o brasão existente na porta do lado direito, devido às sucessivas alterações que o edifício sofreu, sendo visível na figura 029.



Figura 029 – Marca de um possível fresco ou de deslocação do Brasão.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 1 de Janeiro de 2012)

A rematar os cantos no edifício encontram-se dois cunhais e uma pilastra, ambos constituídos por base, fuste e capitel, em cantaria de pedra da brecha da Arrábida, como pode ser visível na figura 030.



Figura 030 – Fotografia da Fachada Principal.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)



Figura 031 – Fotografia do Pórtico Brasonado da Fachada Principal.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

O alçado Sul do edifício, voltado para a Rua Paulino de Oliveira, (nº 2), é constituído por dois pisos.



Figura 032 – Alçado Sul – Rua Paulino Oliveira.
(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver Apêndice VI, desenho nº 012)

O rés-do-chão é constituído por uma porta emoldurada a meio em cantaria rectangular, de pedra sendo esta, ladeada por duas pequenas janelas, gradeadas em ferro. O segundo piso é constituído por três janelas de sacada com resguardo de ferro ligadas por um estreito friso de pedra, e encimadas por um frontão recto saliente. O remate deste pano é feito com uma cornija com friso continuado de coroamento e platibanda, a qual já não existe deste lado.



Figura 033 – Fotografia da Fachada a Sul.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)



Figura 034 – Fotografia da porta de entrada a Sul.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)



Figura 035 – Fotografia da Fachada a Sul vista da Rua Paulino de Oliveira.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

Em relação ao alçado poente, este é composto por «duas fachadas», ou seja do lado direito, supõe-se que tenha pertencido ao edifício originalmente construído no século XVIII, no entanto no lado esquerdo a fachada que se encontra foi construída posteriormente, pois possui características típicas de construção do início do século XX.

Deste modo, caracterizando o lado direito, o rés-do-chão é composto por uma porta de entrada e um vão, enquanto o piso superior é composto por dois vãos emoldurados, rematados por um estreito friso.

Do lado esquerdo, sendo uma fachada de um só piso é composto por duas entradas, uma de maior dimensão emoldurada com cantaria de pedra e outra mais pequena emoldurada do mesmo modo.

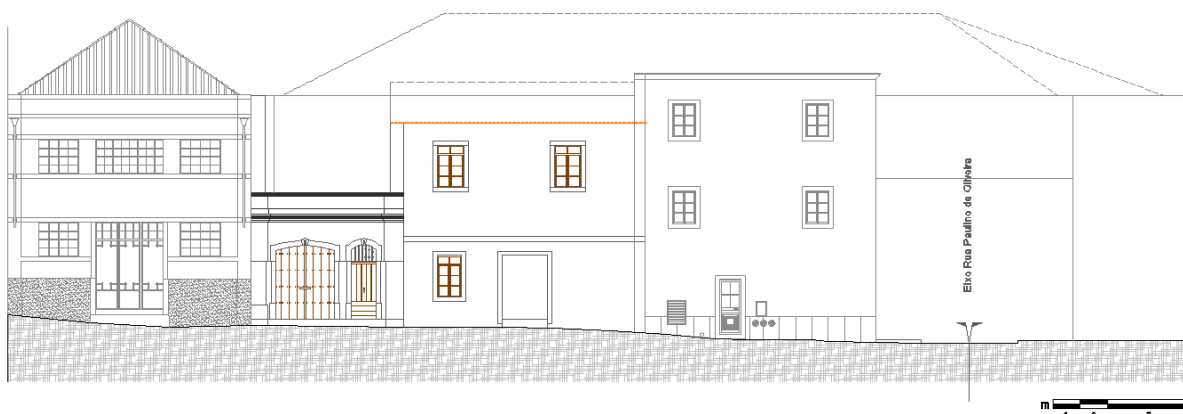


Figura 036 – Alçado Poente – Rua Jacob Queimado.
(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver Apêndice VI, desenho nº 011)



Figura 037 – Alçado Poente – Rua Jacob Queimado.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

4.2 - A tipologia do edifício

“ [...] O termo tipo possui numa linguagem não especializada o significado que equivale de forma geral o conjunto de propriedades que são comuns a um certo número de indivíduos ou objectos. Neste sentido tipo é sinónimo de classe, família, género [...]” (Arís, 1993)

O estudo tipológico em arquitectura caracteriza-se pela sua linguagem e estudo composicional. Assim, o edifício em estudo apresenta uma arquitectura de carácter civil, unifamiliar, de características racionais pombalinas. Tratando-se de uma construção pós terramoto 1755, possui uma grande simplicidade e clareza, típica do classicismo da época. A construção obedeceu aos princípios da uniformidade, composição e harmonia do equilíbrio e repetição da tipologia dos vãos.

Inicialmente o edifício possuía uma organização, a qual não é possível dizer em concreto, devido à falta de elementos e ao estado em que o mesmo se encontra. Contudo é possível fazer uma reflexão sobre como o edifício foi evoluindo ao longo dos tempos.

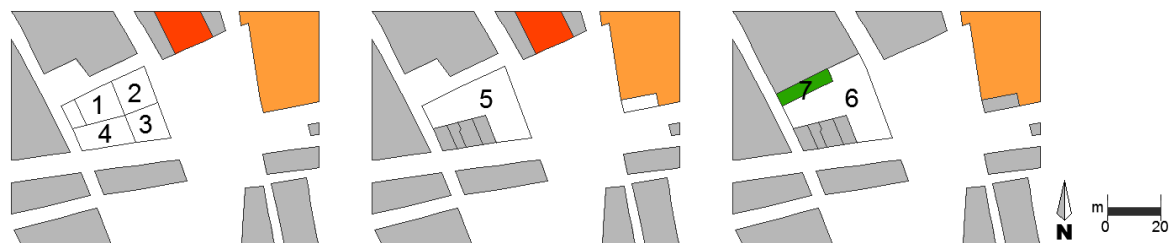
Como anteriormente referido no capítulo 3.2, o edifício inicialmente pertenceu a D. Pedro de Mascarenhas e posteriormente ao descendente 3º Conde de Óbidos. E nesta altura fala-se de duas parcelas adjacentes à parcela do Conde de Óbidos, pertencente a Luis Feyo Guerreiro, uma referente à Rua do Adiantado, actual Rua Paulino de Oliveira pelo lado esquerdo, e outra referente à Praça da Fonte Nova, actual Praça Machado dos Santos.

“Nº 4 Propriedade de Luís Feyo Guerreiro que consta de uma loja primeiro e segundo andar vive nellas e vale de renda doze mil reis como consta do livro de arruamento n 39V de cuja quantia deduzidos os concertos vem a decimas mil oitenta reis.” (Lançamento da décima, 1762, p. 37v, art. 4)

“Nº 5 Propriedade de uma casa (cara) térrea de Luís Feyo Guerreiro com ses Sotto em que recolhe algumas vasilhas de vinho e val de renda quatro mil reis como consta do livro de arruamento n 58 v de cuja quantia deduzidos os concertos vem adicima trezentos e sessenta reis” (Lançamento da décima, 1762, p. 54v, art. 5)

“Nº 6 Propriedade de Casa (cara) do Conde de Óbidos que fica contigua á sua horta chamadas de Fonte Nova que consta de loges de só andar estás por sua conta e vale de renda vinte mil reis como consta do livro de arruamento n 59 de

cuja quantia deduzidos os concertos vem a decima mil e oitocentos reis”
(Lançamento da décima, 1762, p. 54v, art. 6)



1 e 2- Parcelas de Luis Feyeo Guerreiro em 1762 ; 3- Edifício pertencente ao Conde de Óbidos em 1762 ; 4- jardim do edifício do Conde de Óbidos , 5- Junção das parcelas entre 1780 e 1781, 6 - Extensão feita por António Guião, possivelmente pós terramoto de 1858; 7 - quintal resultante dessa extensão.

Figura 038 – Evolução do Edifício.
(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver Apêndice V)

Visto a existência do Brasão da Família Feyeo Sanches, pode-se especular que Luís Feyeo posteriormente tenha comprado a parcela do Conde de Óbidos para a construção da então casa de sua família.

Através do auxílio de desenhos existentes de um projecto de alterações feito pelo sexto proprietário do edifício, José Júlio Carreira da Cunha em 1928, bem como de outras plantas fornecidas por António Cunha Bento, pode-se reflectir de como seria a sua tipologia antiga, bem como a sua organização espacial.

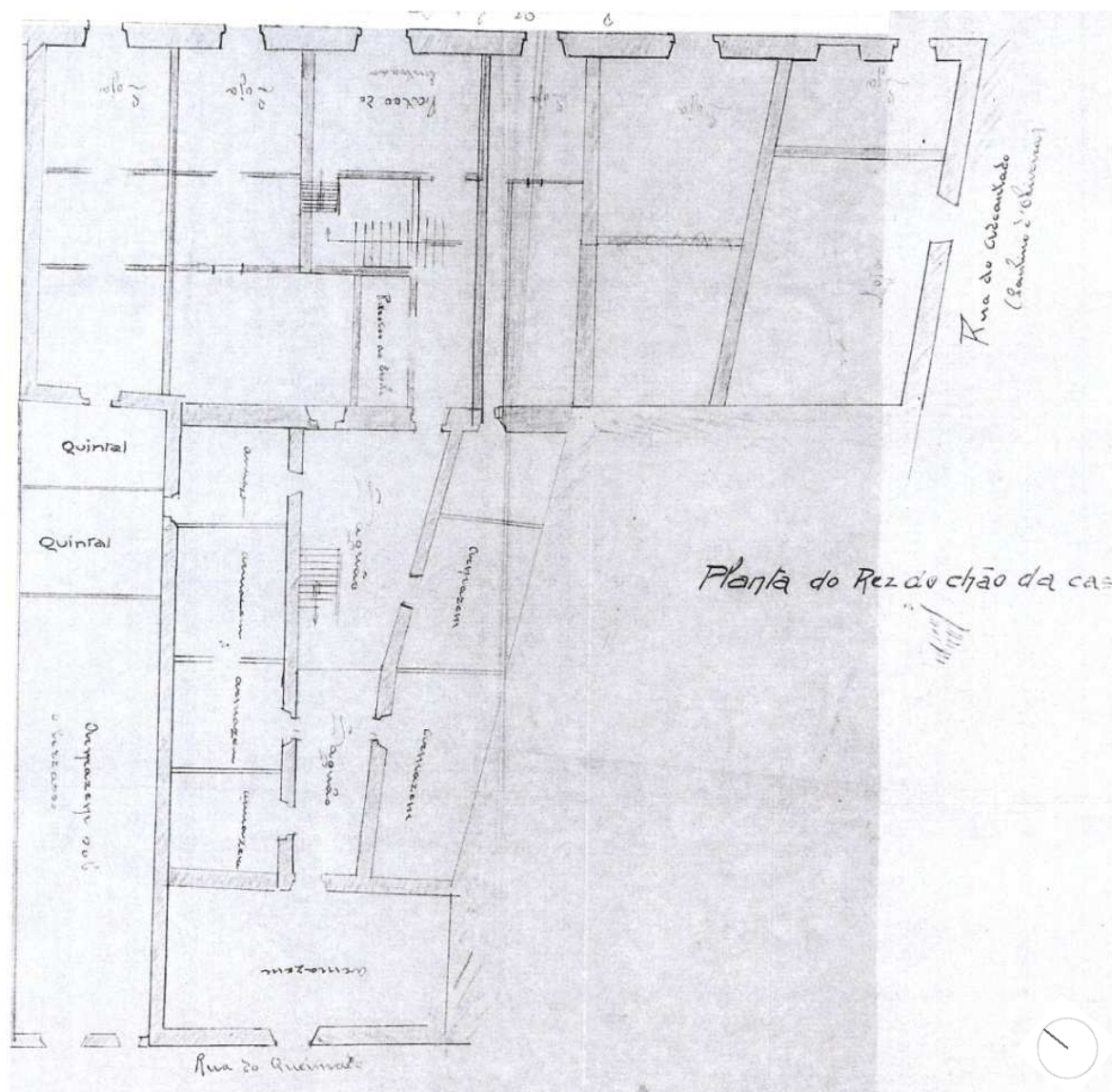


Figura 039 – Planta do Piso 0, elaborada por José Júlio Carreira da Cunha
(Fonte: Planta fornecida por um descendente da família Cunha, Sr. António Cunha Bento, ver Anexo 9)

No caso do Piso 0, seria composto por uma grande área de armazéns na ala a poente, e na ala a nascente composto por lojas, espaços de serventia e habitação. Deste modo e analisando a figura 039 a qual serviu de base para a elaboração do desenho nº 007 representado na figura 040 pode-se entender que a distribuição espacial seria feita do seguinte modo. (Ver Figura 040)

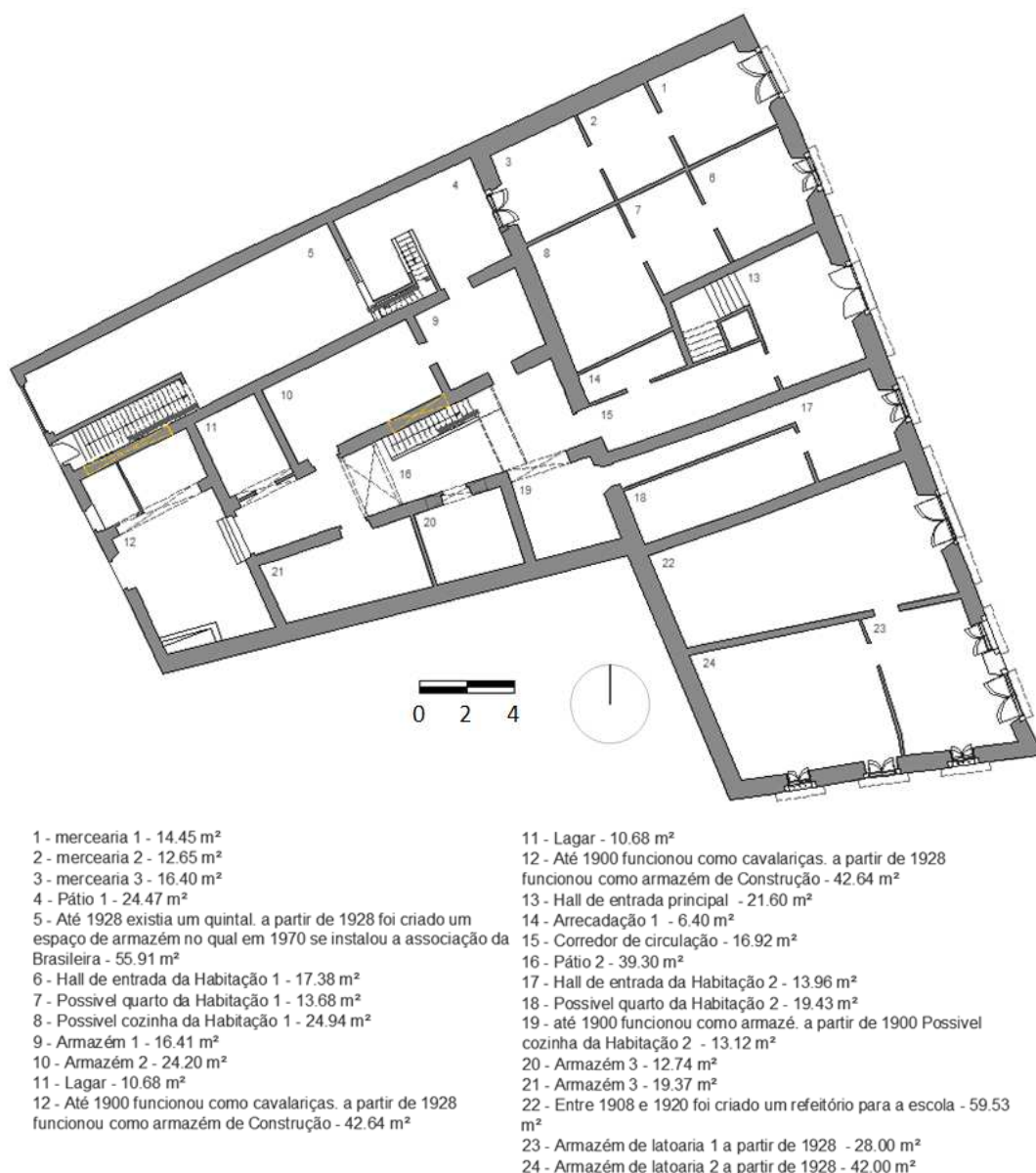


Figura 040 – Planta do existente e pré existências do Piso 0
 (Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver Apêndice VI, desenho nº 007)

De todos os espaços anteriormente referidos na figura 040 podem-se analisar alguns através de elementos fotográficos, entre os quais:

4 – Pátio 1- Este pequeno pátio pertencia ao quintal existente até 1928, que posteriormente foi cortado para as actuais dimensões. Neste está inserida uma pequena escadaria que dá acesso exterior para o piso de cima. Uma escadaria de grande simplicidade construída em pedra e betão, como pode ser visível na Figura 041.



Figura 041 – Fotografia do pátio existente na ala norte do edifício.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

5- Armazém – Este pequeno espaço antes de ser armazém pertencia ao quintal existente o qual servia de cocheira. Foi então que em 1928 foi transformado em pequeno armazém, tendo sido ocupado como armazém de latoaria, funcionando posteriormente na década de 70 como Associação (Associação da Brasileira), de construção típica do início do século XX possui uma cobertura de abobadinha de tijolo com vigamento em ferro.



Figura 042 e 043 – Fotografias do armazém, antiga Associação da Brasileira.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

10 - Armazém – área de armazém e de possível área de serviço para a serventia da casa.



Figura 044 – Fotografia do armazém.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

11 - Lagar – Segundo o Sr. António Cunha esta pequena área, desde que conhece o edifício, sempre foi um lagar.



Figura 045 – Fotografia do antigo lagar.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

12 – Antigas cavaleriças – Segundo António Bento a função inicial desta área seria cavaleriças, a qual poderia ter um acesso directo à zona de cocheiras, no entanto, já na altura do seu avô tinha a função de armazém o qual sofreu pequenas alterações em 1928 ao nível de fachada.



Figura 046 – Fotografia das antigas cavalariças.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

13 – Hall de Entrada – é a partir deste hall de entrada que se fazia o acesso a todos os espaços existentes nos dois pisos. A escada de acesso ao 1º andar é de pedra com corrimão do mesmo material, cujas guardas são forradas de azulejo da época (segunda metade do séc. XVIII). O pavimento do átrio é construído por empedrado enxaquetado de pedras brancas e pretas alternadas com orientação a partir da parede da fachada principal.



Figura 047 e 048 – Fotografias do hall de entrada principal.
(Fonte: Fotografias fornecidas pelo actual proprietário, Eng.º Pedro Novais.)

16 – Pátio 2 – Este Pátio funcionava como corredor de acesso aos pequenos armazéns que o envolvem, de pequenas dimensões possui uma escadaria de alvenaria ordinária de acesso ao piso de cima construída em 1928.



Figura 049 – Fotografia do Pátio Principal.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)



Figura 050 – Fotografia da escadaria do pátio principal.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

A meio deste pequeno pátio existe uma pequena passagem em arco a qual cria um ambiente bastante harmonioso, arco este que suporta uma passagem existente no primeiro piso.



Figura 051 – Fotografia do arco existente no pátio Principal.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

19;20;21 – Armazéns 1; 2; 3 – Sem se saber o que armazenavam pode-se especular que seriam espaços de armazenamento de vinho, cereais e lenha.



Figura 052 e 053 – Fotografias do armazém 1 e 2.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)



Figura 054 – Fotografia do armazém 3.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)

24 – Antiga loja de latoaria – Este pequeno espaço segundo Sr. António Cunha Bento, descendente da família Cunha, na ala a sul poderia ter existido uma capela de família, sobre a qual se pode especular segundo um transcrito do livro de baptismo da Igreja da Anunciada. “Horatório das cazas próprias de Luis Feyo Guerreiro Maldonado citas na Fonte Nova teve lugar o baptismo de Catarina Benedita Feyo Sanches de Gusmão sua filha.” (A.D.S, Setúbal/Anunciada, Baptismos 18, p. 145v - 146)

Para além de se especular a partir deste transcrito, pode-se de igual modo supor devido às janelas existentes na fachada, pois estas eram elevadas e bastante pequenas, garantindo a entrada de pouca iluminação, característica particular de um local de meditação.

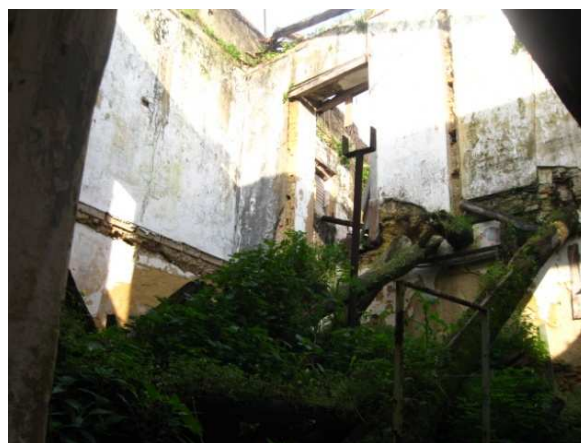


Figura 055 e 56 – Fotografias do espaço da antiga loja de latoaria.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)

No caso do Piso 1, como dito anteriormente é difícil de se poder explicar como seria o funcionamento do edifício no século XVI, na época de D. Pedro, no entanto, através dos documentos facultados pelo Sr. António Bento é possível perceber como seria o funcionamento do edifício a partir de 1900. Seria composto, principalmente por duas funções, a de escola primária na ala a sul do edifício e a de habitação no resto do edifício.

Assim, analisando as figuras 057, 058 e 059 as quais serviram de base para a elaboração do desenho nº 008 representado na figura 060, pode-se entender que a distribuição espacial seria feita do seguinte modo:

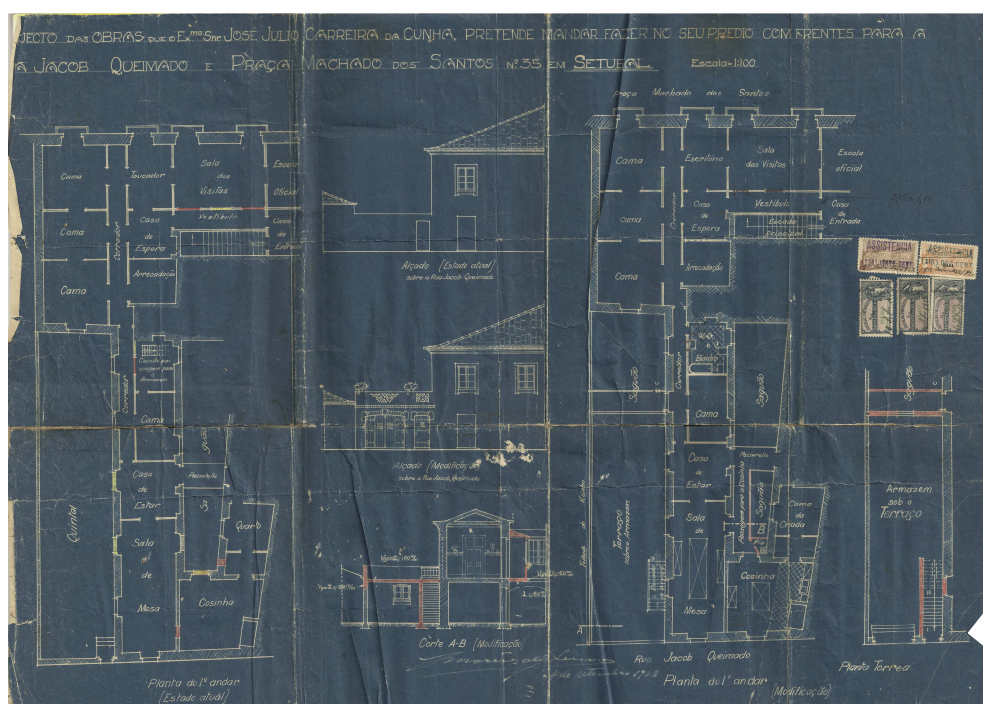


Figura 057 – Projecto de alterações elaborado em 1928, em nome de José Júlio Carreira da Cunha.
(Fonte: Planta fornecida por um descendente da família Cunha, António Cunha Bento, esta mesma planta encontra-se no Arquivo Distrital de Setúbal, possuindo a Cota: 81/28. Ver Anexo 7)

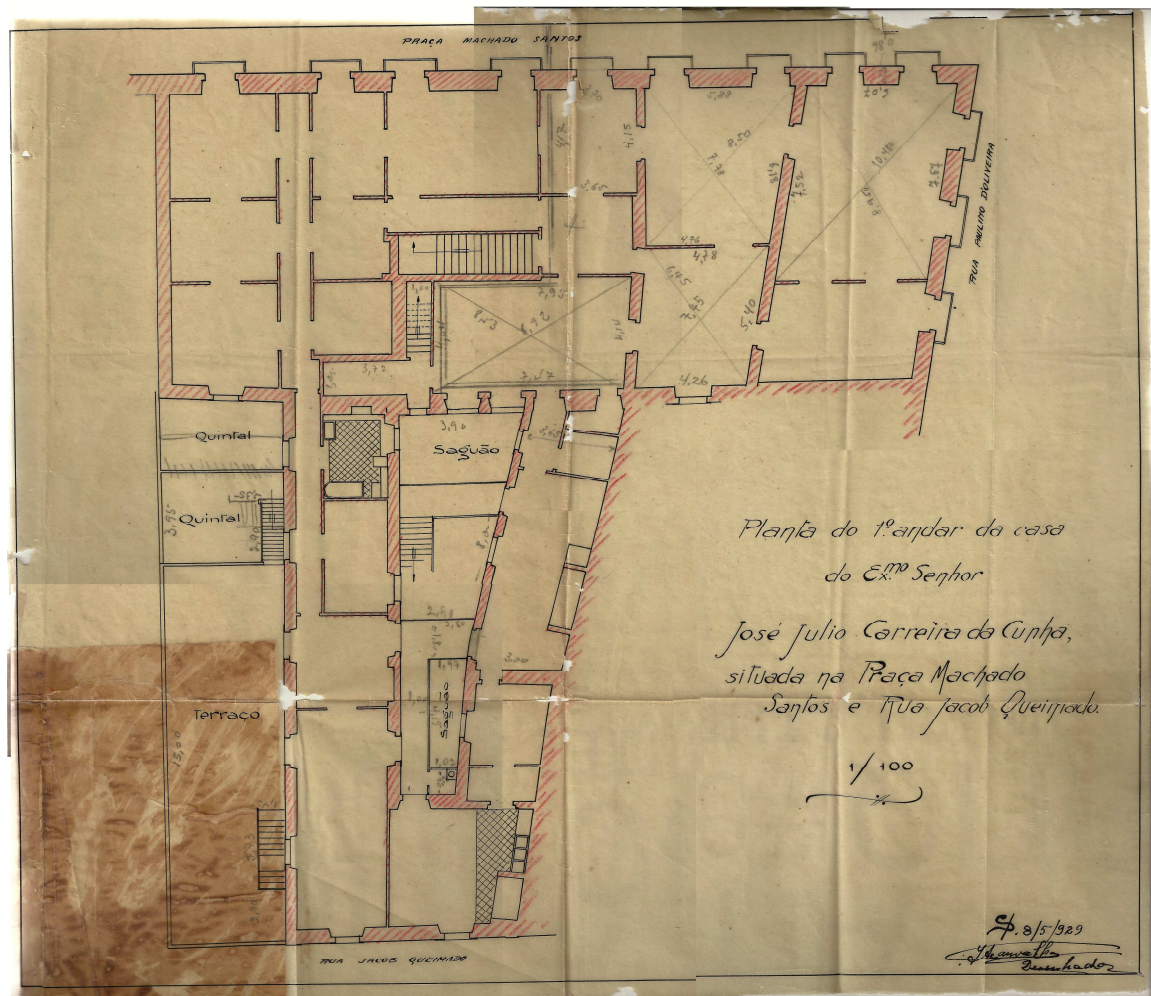


Figura 058 – Planta do Piso 1, elaborada em 1929, em nome de José Júlio Carreira da Cunha.
(Fonte: Planta fornecida por um descendente da família Cunha, Sr. António Cunha Bento. Ver Anexo 8)



Figura 059 – Planta do Piso 1, sem dada de elaborada, em nome de José Júlio Carreira da Cunha.
(Fonte: Planta fornecida por um descendente da família Cunha, Sr. António Cunha Bento. Ver Anexo 10)

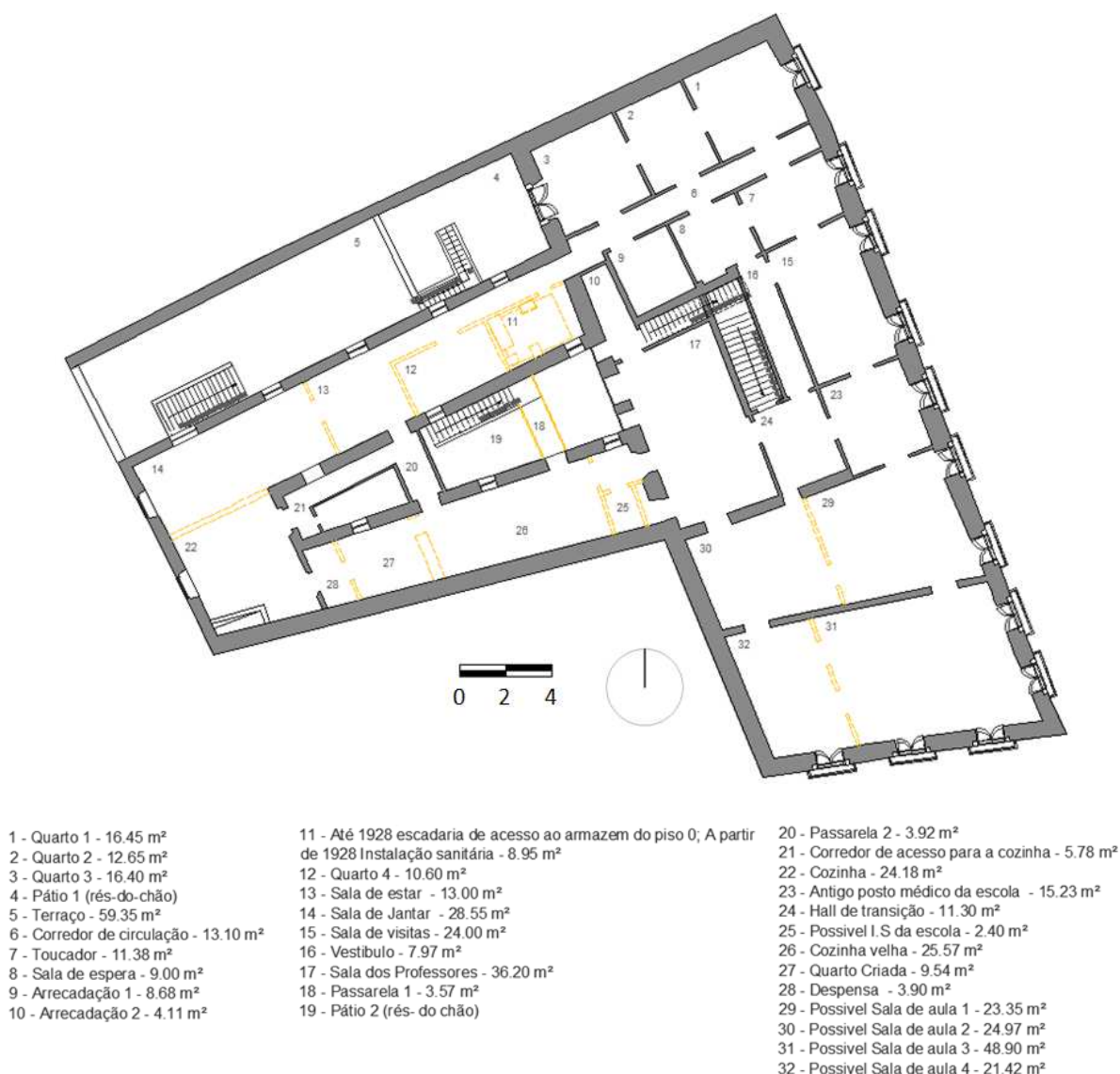


Figura 060 – Planta do existente e pré existências do Piso 1.
(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver Apêndice VI, desenho nº 007)

De todos os espaços anteriormente referidos na figura 060 podem-se analisar alguns, com elementos fotográficos, entre os quais:

11 – Instalação sanitária – Neste espaço como referido na figura 060 até 1928 existia uma escadaria de acesso para os armazéns do piso 0, sendo então transformado a 1928, a partir do projecto de alterações dessa data, em instalação sanitária da habitação, como pode ser demonstrado na figura 061. A partir da mesma figura é possível imaginar-se o espaço do quarto nº4 (sendo representado como nº12, na figura 060) e a zona de sala de estar (sendo representado como nº13, na figura 060). Como pode ser visível na figura 062.



Figura 061 e 062 – Fotografias da ruína do corredor do piso 1 na ala norte.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)

14 – Sala de refeições – Neste espaço funcionava a sala de refeições a qual encontrava-se junto da cozinha, possivelmente seria um espaço bastante bem decorado com frescos, de modo a tornar-se num espaço harmonioso e de convívio.



Figura 063 – Fotografia da ruína do espaço de Sala de Refeições.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)

15 – Sala de Visitas – Apesar de não ser possível uma fotografia do seu interior devido ao elevado estado de degradação do edifício, percebe-se que pela sua localização possuía uma grande importância, pois esta sala estava localizada por cima do brasão de família, e encontrava-se logo ao início do hall de distribuição do primeiro piso.

A partir de uma fotografia do seu interior tirada a partir do exterior do edifício é possível perceber-se que esta pequena sala era fortemente decorada com frescos.



Figura 064 – Fotografia da sala de Visitas.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)

17 – Sala dos professores – A última função, que se tem conhecimento, deste espaço era a utilização como sala de professores. No entanto, pode-se especular que na época da família Feyo Sanches possa ter sido o Salão Nobre do edifício, devido á sua localização e sua dimensão. Apesar de não se ter qualquer acesso a este espaço devido ao elevado grau de degradação do edifício é possível visualizar ainda uma pequena representação de um fresco, na figura 056.

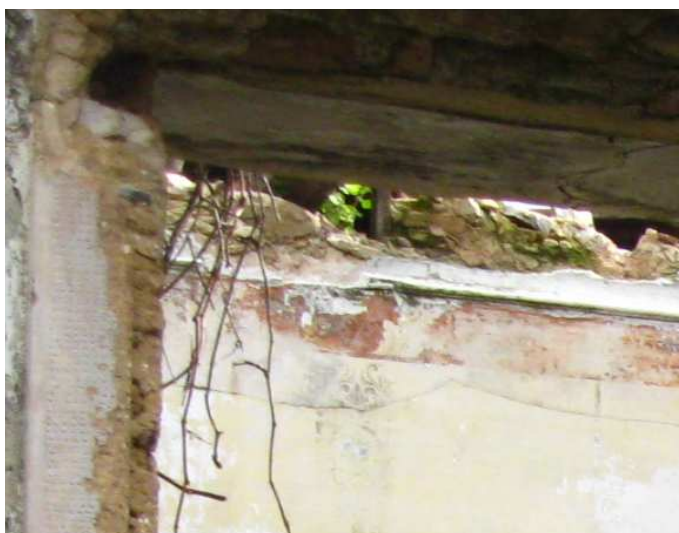


Figura 065 – Fotografia do fresco existente na antiga sala dos Professores.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)

18 e 20 -passarelas - Apesar da passarela (18) se encontrar em ruínas, percebe-se que fazia a ligação entre a escadaria do piso 0 e o piso 1. De igual modo percebe-se que as guardas desta passarela são de grande simplicidade, como pode ser visível na figura 066.

No que concerne à passarela (20), esta fazia a ligação das duas alas, ligando a ala a sul à ala norte, como demonstra a figura 067.



Figura 066 – Fotografia da passarela 1.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)



Figura 067 – Fotografia da passarela 2.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

21 – Corredor de acesso à cozinha – Este corredor estava ligado à passarela e à cozinha. Corredor este pode ter sido construído de modo a separar a circulação dos empregados da circulação dos senhores.



Figura 068 – Fotografia da área de corredor para a cozinha.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)

22 – Cozinha – Este espaço da cozinha seria principalmente utilizado pela serventia da família, pois junto a este espaço existia o quarto da criada. Segundo António Bento, este espaço estava fortemente decorado com painéis de azulejos, possivelmente pela facilidade de

limpeza, facilitando a higiene. Apesar de estar em muito mau estado de conservação é possível imaginar como seria este espaço através da figura 069.



Figura 069 – Fotografia da área de cozinha.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)

4.3 - Caracterização construtiva do edifício

4.3.1 - Elementos primários

Podem-se considerar elementos primários do edifício todos os elementos que possuem, uma função estrutural ou que contribuem de algum modo para a definição de compartimentação.

Deste modo podem-se sistematizar da seguinte forma: fundações; pavimentos (de pedra e madeira); paredes; coberturas; escadas; varandas (consolas de pedra).

4.3.1.1 – Fundações

As fundações das paredes existentes são constituídas por sapatas, cuja constituição não se difere muito das paredes de alvenaria ordinária. No entanto, esta sapata possui uma largura maior que a parede, de modo a suportar melhor as forças de compressão.



Figura 070 – Fotografia das fundações visíveis.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)

4.3.1.2 – Pavimentos

A nível do rés-do-chão, pode-se supor que o pavimento fosse em pedra, no entanto, actualmente não é possível visualizar devido ao entulho existente.

No caso dos pavimentos de madeira apesar de já não serem visíveis existiam na separação do rés-do-chão para com o 1º piso. Possuíam uma estrutura de madeira, composta por vigas de madeira de pinho. Estas vigas eram perpendiculares às fachadas, com lados oscilantes entre 14 e 18cm e espaçamentos entre elas sensivelmente com o dobro da largura. De salientar ainda que as vigas não estavam totalmente aparelhadas.

4.3.1.3 - Paredes

Grande parte da construção é feita de paredes de alvenaria ordinária, esta alvenaria era constituída por pedras de diversas dimensões agregadas com argamassas à base de cal e areia.

As paredes de alvenaria ordinária podem classificar-se quanto à sua função e localização como: paredes de fachada, de empena ou posteriores e paredes interiores.

No caso das paredes exteriores têm como principal função a protecção do interior do edifício das várias acções dos agentes atmosféricos, dos quais à que salientar o vento e a água da chuva. Para além da função referida, tem ainda como função o isolamento acústico e térmico do interior. No entanto, as construções até ao início do séc. XX, as paredes de alvenaria de pedra possuíam uma função adicional, a de mobilização da resistência mecânica, de modo a estabilizar todo o conjunto do edificado. Para tal, o processo construtivo baseava-se na construção de paredes resistentes, tendo uma espessura aproximada de 60 cm. Deste modo resistiam bastante bem a esforços de compressão.

As paredes-mestras de um modo geral contribuíam de forma decisiva na estabilidade do edifício, quer nas acções das forças verticais (natureza gravítica) quer nas acções horizontais (natureza aleatória como é o caso dos ventos e sismos), possuindo uma elevada resistência a esforços de compressão, e uma baixa resistência a flexão e tracção, bem como ao corte.⁶⁸

No entanto existem algumas excepções de paredes as quais podem distinguir-se as paredes de Frontal e paredes de Tabique.

Na ala poente é visível uma parede de Frontal, a qual é constituída por uma estrutura de madeira (prumos verticais e travessanhos horizontais, travados no seu plano por cruces de Santo André), construída com elementos de madeira com secções quadradas, que variam entre os 14 e 18 cm de lado, entre os quais existia alvenaria ordinária de pedra miúda e tijolo a preencher os vazios dessas secções. Como pode ser visível na figura 071.



Figura 071 – Fotografia da parede existente no armazém
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 26 de Janeiro de 2011)

Na ala Sul na antiga área da loja de latoaria, é visível uma parede muito idêntica à anterior, no entanto é possível ser anterior pois ainda não possuía o travamento por cruces de Santo André, sendo apenas travada por prumos e travessanhos. Como pode ser visível na figura 072.

⁶⁸ Cf. Ferreira, L. (2003). *Causas e Classificações de Patologias em Paredes de Alvenaria de Pedra*. Oeiras: Edições Construlink Press. Pp. 6 - 7



Figura 072 – Fotografia da parede na área de loja de latoaria.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

No caso das paredes de tabique não pode ser visível nenhuma devido ao difícil acesso ao interior do edifício. no entanto sabe-se da sua existência através de uma memória descritiva existente no processo de alterações de 1928 existente no arquivo distrital.

“ – Demolição e reconstrução de um tabique entre o vestíbulo e a sala de visitas.

Este tabique que será aliviado, reconstruir-se-á em costaneiras de pinho, fasquiado nas duas faces, para chapar e rebocar, ficando ao centro com uma porta, que permitirá a comunicação do vestíbulo para a sala de visitas.

- A actual casa de passagem para o armazém será transformada em w.c. e casa de banho, fechando-se com tabique a porta que dá para o quarto de cama contíguo e a que dá para o corredor será mudada mais para o canto da casa.”(José Júlio Carreira da Cunha, 1928, Cota.1062, requerimento)

Deste modo pode-se supor que grande parte das paredes divisórias do interior sejam de tabique

Excepto nestes dois últimos tipo de paredes referidas anteriormente, nas paredes de alvenaria ordinária de pedra nas quais se encontram vãos, são visíveis arcos de descarga, os quais asseguravam a transmissão do peso da parede para a lateral dos vãos. Para serem mais simples e económicos de executar são, normalmente de tijolo.

4.3.1.4 - Coberturas

No que concerne em relação à Cobertura, a estrutura do telhado era construída por madres de madeira aparelhada com secções variáveis, paralelas à fachada. Estas madres descarregavam sobre os prumos e escoras. Perpendiculares a estas madres existiam as varas de madeira com secção circular toros de madeira de pinho e, eventualmente, de outras espécies. Sobre estas madres existia um forro de tábuas guarda-pó que em conjunto com o ripado servia para suportar a telha.



Figura 073 – Fotografia de uma asna da cobertura principal do edifício.
(Fonte: Fotografia fornecida pelo actual proprietário, Eng.º Pedro Novais.)

4.3.1.5 - Escadas

No edifício existem quatro escadas sendo apenas uma totalmente constituída por degraus de peças maciças e inteiras de pedra calcária, as quais se encastram nas paredes laterais da escadaria. Se na face superior os degraus tinham sido esculpidos e aparelhados para formar um «focinho», por baixo foram deixados em tosco. No caso da escadaria da entrada principal existe um patim intermédio.



Figura 074 – Fotografia da escadaria principal do edifício.
(Fonte: Fotografia fornecida pelo actual proprietário, Eng.º Pedro Novais.)

No caso das restantes escadarias, duas são construídas em alvenaria de tijolo e posteriormente colocado um espelho e um cobertor em pedra sobre estes degraus de alvenaria.

E uma totalmente construída em alvenaria de tijolo e revestida a argamassa de cimento. Como pode ser visível nas figuras 075, 076 e 077.



Figura 075, 076 e 077 – Fotografias das restantes escadas do edifício.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

4.3.1.6 - Varandas

As varandas existentes no edifício são varandas de janela de sacada, compostas por uma laje de pedra calcária em consola, encastrada na parede de fachada, esta solução é permitida devido ao grande peso e espessura da fachada. O acabamento das faces inferiores é esponteirado. A ligar as diversas varandas, e a marcar o nível do pavimento, existe uma faixa de pedra com altura correspondente à espessura das pedras da varanda.



Figura 078 – Fotografia de uma varanda da fachada principal.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

4.3.2- Elementos secundários

Podem-se considerar elementos secundários todos os elementos que não possuem uma função estrutural nem de compartimentação. Deste modo, podem-se sistematizar da seguinte forma: vãos de carpintaria (caixilharias, portas, e portadas); guardas de serralharia; elementos de cantaria; ferragens de ferro.

4.3.2.1 – Vãos de carpintaria

A caixilharia que se encontra no edifício é muito antiga, e através das camadas de tinta pode-se especular que seja a original do edifício. A caixilharia geralmente era feita de madeira de pinho, no caso das caixilharias existentes nos vãos de sacada, sendo estas compostas por janelas de duas folhas.



Figura 079 – Fotografia de uma janela de duas folhas da fachada Principal.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

Em relação às portas e portadas, algumas existentes não são as originais, no entanto a porta principal é de presumir que seja original, também construída em pinho, possuía uma robustez surpreendente pois era composta por tábuas ao alto sobrepostas, criando relevo.



Figura 080 – Fotografia da porta principal.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

No caso das portadas de carpintaria, possuíam as mesmas características que a porta principal, sendo construídas do mesmo modo e tendo a mesma robustez. Pode-se especular

que não sejam as originais do edifício, pois grande arte das ferragens existentes nas portas não pertencem á época de construção do século XVIII.



Figura 081; 082; 083; 084; 085; 086; 087 e 088 – Restantes portas exteriores do edifício.
(Fonte: Fotos do autor tiradas no dia 2 de Fevereiro de 2011)

4.3.2.2 - Guardas de serralharia

As guardas de ferro dos vãos de sacada podem ser ainda as originais do edifício, possuindo um desenho curvilíneo realçavam toda a varanda bem como as fachadas nascente e Sul do edifício. Neste caso, as guardas eram chumbadas nas laterais da cantaria do vão, bem como nas lajes de pedra das varandas.



Figura 089 – Fotografia de uma Guarda existente na Fachada Principal.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

4.3.2.3 – Elementos de cantaria

No que concerne aos elementos de cantaria, podem-se considerar os vãos de cantaria, a pedra de armas da Família Feyo Sanches e as gárgulas da fachada principal.

Neste edifício, grande parte dos elementos de cantaria tratam-se dos vãos exteriores, compostos por peças maciças de cantaria com 15cm de largura, feitos de pedra calcária e de desenho simples de forma rectangular e de pura funcionalidade, como pode ser visível na figura 090.



Figura 090 – Fotografia de uma janela de sacada da fachada principal.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

Na fachada principal destacam-se as gárgulas existentes, as quais possuem a função de escoamento das águas furtadas. Retratam elementos mitológicos de forma bastante simples e decorativa embelezando todo o cimo da fachada principal.



Figura 091 – Fotografia de uma das gárgulas existentes na fachada principal.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

Por fim, destaca-se, a pedra de armas da família Feyo Sanches, peça de grande importância e de destaque, em toda a composição da fachada principal. Este brasão é um raro exemplar da heráldica portuguesa na Freguesia da Nossa Senhora da Anunciada.

Deste modo procedendo a uma pesquisa mais aprofundada sobre o brasão da família Feyo Sanches, pode-se caracterizar do seguinte modo:



Figura 092 – Fotografia do Brasão da Família Feyo Sanches.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

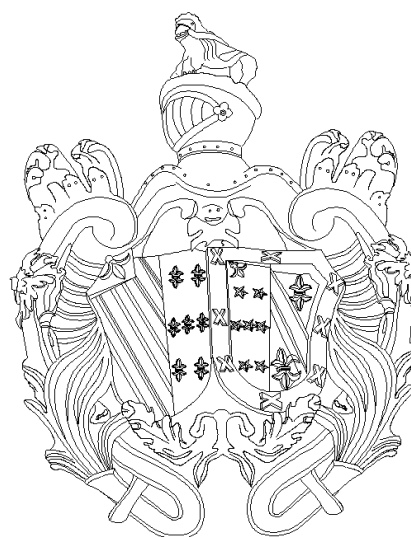


Figura 093 – Reprodução do Brasão da Família Feyo Sanches.
(Fonte: Imagem elaborada pelo autor, tendo por base a figura 092)

O elmo existente, como se encontra virado para a direita e com a viseira fechada, representa a nobreza existente até três gerações.⁶⁹

O virol é um termo usado em heráldica, o qual designa uma peça de tecido feita de duas cordas entrelaçadas, aplicada sobre o elmo⁷⁰

O timbre fica colocado em cima do virol, em que na sua origem o timbre constitui um elemento o qual servia para distinguir o grau de nobreza de um cavaleiro. Foi nos torneios medievais que se divulgou a utilização de figuras sobre os elmos, como forma de facilitar o reconhecimento do cavaleiro. No entanto, muitos brasões possuem timbres os quais seriam fisicamente impossíveis de colocar sobre um elmo de um cavaleiro.⁷¹ Neste caso o timbre trata-se de um leão de prata armado.

⁶⁹ Cf. Sérgio.(Sd). *Heráldica*. In <http://www.heraldica.genealogias.org>. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

⁷⁰ Cf. Fonseca, C. (2008), *Heráldica Portuguesa*. In <http://www.heraldica.carlos-fonseca.com/>. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

⁷¹Cf. Fonseca, L. (Sd). *Introdução ao Estudo sobre heráldica – Timbre*. In http://www.heraldica.net.br/3_4_1_timbre.htm. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Neste caso em particular, a pedra de armas possui dois escudos, o escudo da família Feyo, o qual se trata de um escudo partido, de azul no lado esquerdo, com três bandas de vermelho perfiladas de ouro. O traçado existente no escudo simboliza os esmaltes que por sua vez cada um tem o seu significado, quer pela cor, quer pelo seu traçado. No caso do brasão em questão pode-se notar o traçado diagonal para a direita, correspondendo à cor verde. Deste modo significa esperança, fé, amizade, bons serviços prestados, amor, juventude e liberdade.⁷²

Do lado direito temos o escudo da família Sanches tratando-se de um escudo partido com duas repartições, do lado direito, parte partido, parte em banda, envolvido por uma bordadura, a qual representava protecção, favor e recompensa, concedida aos que já tinham participado em combates, no caso do lado esquerdo possivelmente partido,⁷³ estando neste representado o elemento da flor-de-lis a qual representa em geral uma concessão dos reis de França, representando um parentesco ou aliança com a casa real francesa.⁷⁴

O escudo é envolvido por paquife, composto por figuras de mantos, capas ou apenas correias desenhadas acima e ao redor do elmo. Tendo a sua origem dos mantos que antigamente eram usados para proteger o elmo do calor do sol⁷⁵. No caso deste brasão o paquife é composto por figuras naturais (plantas).

4.3.2.4 – Elementos de ferro

Existem no edifício alguns elementos de ferro visíveis, uns originais e outros possivelmente posteriores. De todos os encontrados podem-se agrupar entre fechos, trancas dobradiças, puxadores e tocheiras.



Figura 094, 095 e 096 – Puxadores de ferro existentes nas portas exteriores.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

⁷² Cf. Sérgio.(Sd). *Heráldica*. In <http://www.heraldica.genealogias.org>. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

⁷³ Idem, Ibidem.

⁷⁴ Cf. Heráldica Pelotense, Ltda. (Sd). *Heráldica Pelotense*. In http://www.heraldica.com.br/saiba_mais/saiba_mais.php. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

⁷⁵ Cf. Fonseca, L. (Sd). *Introdução ao Estudo sobre heráldica – Adornos*. In http://www.heraldica.net.br/3_4_1_timbre.htm. Acedido a 28 de Outubro de 2011;



Figura 097 e 098 – Tocheiras existentes.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)



Figura 099 – Postigo da porta principal.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

4.3.3 – Revestimentos e acabamentos

São considerados revestimentos e acabamentos os revestimentos em pavimentos (de madeira, de pedra, de mosaico hidráulico); revestimentos em paredes (rebocos, estuques, estuques pintados, azulejos, pedra, madeira); revestimentos de tectos (rebocos, estuques, estafes, madeira); revestimentos de cobertura.

4.3.3.1 – Revestimentos de pavimentos

O revestimento dos pavimentos, de um modo geral seria em madeira no primeiro piso, excepto no rés-do-chão que seria possivelmente de lajetas de pedra ou então, seriam revestidos em tijoleira ou ladrilhos cerâmicos. Contudo, não é possível visualizar qualquer um dos pavimentos devido ao facto de não ser possível o acesso interior à área principal do edifício.

No caso dos revestimentos em madeira seriam constituídos por tabuado de soalho de pinho, com espessuras compreendidas entre os 20 e 30 mm colocadas lado a lado, ou com sobreposições de meia madeira ou em encaixe, macho-fêmea.

4.3.3.2 – Revestimentos de paredes

No caso dos revestimentos em paredes, o do exterior é de reboco, tratando-se de um reboco fraco com utilização de ligantes à base de cal.



Figura 100 – Exemplo de revestimento em mau estado.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

Ainda no exterior, existem oito janelas de sacada a nascente e três a Sul que possuem uma moldura superior em estuque ao gosto rococó, dos finais do século XVIII, inícios do XIX.



Figura 101 – Moldura superior em estuque sobre a janela de sacada na fachada a nascente.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

No interior do edifício os revestimentos eram principalmente de estuques, e nos compartimentos mais nobres eram decorados com frescos.



Figura 102 – Fresco existente na antiga sala dos Professores.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)



Figura 103 – Fresco existente na Antiga Sala de Visitas.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

Ainda no interior, no hall de entrada existe a presença de um revestimento de azulejos a ladear as escadas. Azulejos característicos do séc. XVIII com dimensões de 14 x 14 cm, com cores onde predominam o azul o amarelo e o vermelho.

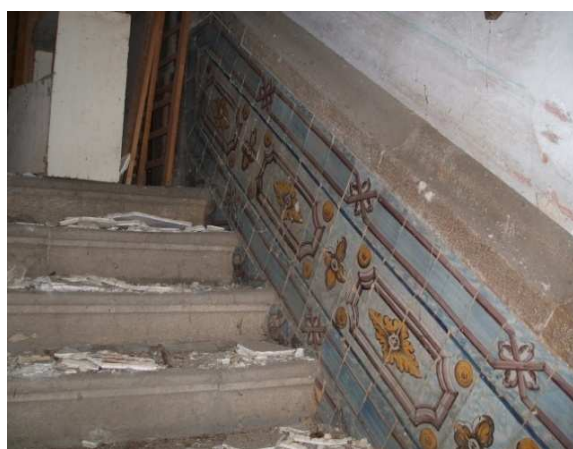


Figura 104 e 105 – Lambrim de azulejos existente nas escadas do hall de entrada principal.
(Fonte: Fotografias fornecidas pelo actual proprietário, Eng.º Pedro Novais.)

4.3.3.3 – Revestimentos de tectos

No que diz respeito aos revestimentos de tectos existem dois tipos: os arcos do piso térreo eram revestidos com reboco, à base de ligantes de cal. No caso dos restantes compartimentos, uns eram revestidos de estuque sobre ripado, em que os acabamentos eram mais ou menos ricos consoante a importância do compartimento. Outros compartimentos eram simplesmente revestidos de madeira.



Figura 106 – Revestimento de estuque sobre reboco.

(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)



Figura 107 – Revestimento de estuque sobre ripado de madeira.

(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

4.3.3.4 – Revestimentos de cobertura

O revestimento da cobertura, apesar de já ser pouco visível, era constituído por um telhado mouriscado com telhas de canudo.



Figura 108 – Fotografia do revestimento de cobertura.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

4.3.4 – Instalação de rede eléctrica

Tratando-se de um edifício dos finais do século XVIII, a instalação eléctrica veio muito posteriormente, como demonstra o projecto de instalação eléctrica elaborado em 1932.

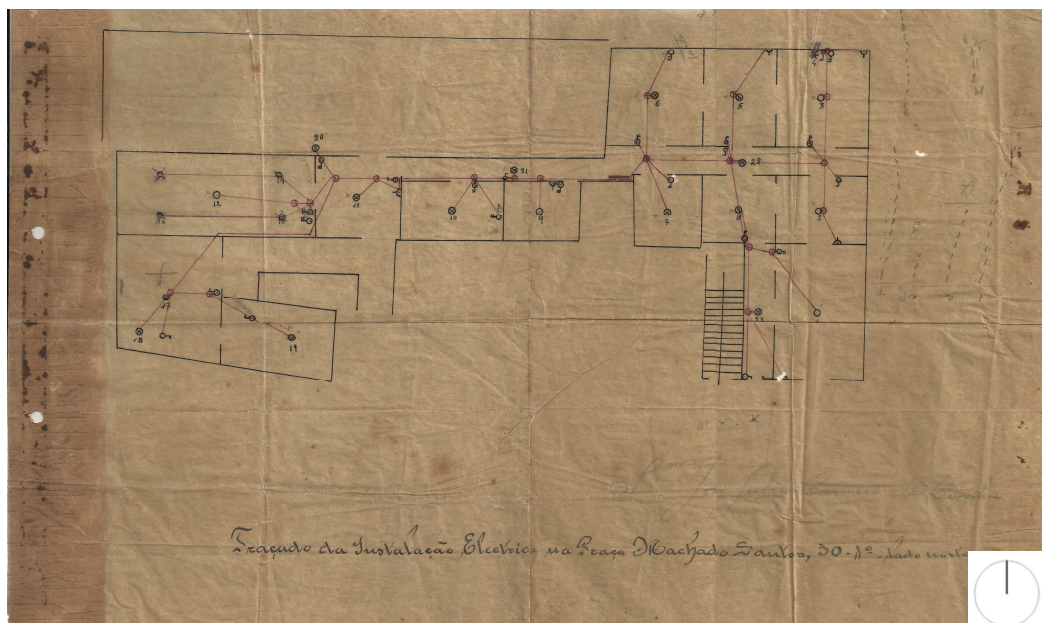


Figura 109 – Planta da do projecto de instalação eléctrica elaborado em 1932
(Fonte: Planta fornecida por um descendente da família Cunha, Sr. António Cunha Bento. Ver Anexo 11)

Capítulo 5 - Estado de conservação do antigo palacete da Família Feu Guião

5.1 – Estudo e levantamento do estado de conservação do edifício

O edifício do antigo palacete da família Feu guião, não passou incólume às diversas alterações e utilizações a que foi sujeito ao longo dos tempos. São várias as marcas existentes que mostram o passar dos anos, as épocas, as tecnologias e as anomalias.

O estudo do estado de conservação do edifício teve por base a observação directa de todos os elementos, materiais e tecnológicos, quer a nível exterior quer a nível interior. No entanto, existiram certos aspectos e áreas os quais não possibilitaram uma pormenorização aprofundada do estado de conservação, como por exemplo muitos compartimentos da ala nascente do edifício não tinham qualquer acesso devido ao abatimento da cobertura e pisos. Outros aspectos que ficaram aquém do estudo do estado de conservação foram a monitorização da abertura de fissuras e fendas de modo a perceber-se os movimentos estruturais e a sondagem a pavimentos e coberturas.

O grave estado de conservação do edifício foi consequência, em parte pelo sismo ocorrido na cidade de Setúbal em 1969, bem como das acções dos agentes atmosféricos ao longo do tempo.

Desde modo, neste capítulo serão descritas as anomalias encontradas no edifício de forma a entender-se minimamente o seu actual estado de conservação, para tal irá recorrer-se a imagens e desenhos, apresentados em apêndice, que complementam toda a informação escrita apresentada.

5.2 – Patologias do edifício

Como já foi anteriormente referido no capítulo 5.1, o estado de conservação do edifício é mau, para além dos factores naturais acontecidos, é também notável a não existência de manutenção adequada e continuada do edifício. As maiores causas para a degradação geral do edifício foram, o sismo ocorrido e as águas da chuva que precederam e precedem ano após ano.

Após uma observação atenta ao exterior e interior do edifício foram detectadas várias anomalias, quer em elementos primários quer em elementos secundários.

5.2.1 - Elementos primários

Conforme referido no capítulo 4.3.1, podem-se considerar elementos primários do edifício todos os elementos que possuem uma função estrutural ou que contribuem de algum modo para a definição de compartimentação.

Deste modo, podem-se sistematizar da seguinte forma: fundações; pavimentos (de pedra e madeira); paredes; coberturas; escadas e varandas. Perante uma análise atenta efectuada ao edifício, pretende-se enumerar quais as patologias existentes

5.2.1.1 – Fundações

Uma anomalia encontrada foi o facto de parte das fundações se encontrar visível, pois a cota do pavimento exterior foi alterada ou pelas águas, ou por algum plano urbano elaborado pela Câmara Municipal de Setúbal. Esta anomalia leva à fraca resistência estrutural das paredes mestras, pois estas ficam mais vulneráveis às acções sísmicas e de infiltrações de águas, podendo levar ao desabamento das paredes.



Figura 110 e 111 – Fundações parcialmente visíveis.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

5.2.1.2 – Pavimentos

Os pavimentos deste edifício são na grande generalidade em madeira, quer a nível estrutural quer a nível de revestimento.

As anomalias existentes nos pavimentos normalmente estão ligadas à própria natureza do material, entre os quais podem-se enumerar o envelhecimento do material em que com o

passar do tempo vai perdendo certas características mecânicas, levando a deformação do material, sendo principalmente detectada em vigas de madeira. À medida que esta anomalia se vai agravando aparecem também fissuras devido aos empenamentos.

No entanto, uma das principais anomalias existentes nos pavimentos em madeira é a presença de água. Ou seja, inicialmente as águas da chuva infiltram-se pelas caixilharias exteriores bem como pelas próprias paredes de cobertura, afectando principalmente as entregas das vigas de madeira nas paredes estruturais, provocando o aparecimento de fungos e de podridão. E com as alterações de temperatura provoca também o ataque de xilófagos.

Todas estas anomalias juntamente com as acções climatéricas e com o sismo ocorrido fizeram com que a cobertura e pavimentos desabassem, sendo visível na figura 112.



Figura 112 – Estrutura de pavimentos existente no primeiro piso na ala a poente.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 1 de Fevereiro de 2011)

Outro factor que pode levar ao abatimento da estrutura de madeira dos pavimentos é o esmagamento, a desagregação e a deslocação das paredes de alvenaria de pedra irregular, arcos ou abóbadas de tijolo. Como se pode visualizar na figura 113.



Figura 113 – Estrutura de pavimentos existente no primeiro piso na ala a ponte.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 1 de Fevereiro de 2011)

Quanto aos pavimentos com elementos de ferro existem algumas anomalias a enumerar como é o caso da corrosão dos elementos de ferro, geralmente provocada pela humidade existente levando à oxidação do material e posteriormente à sua corrosão. Como se pode averiguar na figura 114.



Figura 114 – Estrutura do pavimento com elementos de ferro existente na ala ponte do edifício.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 1 de Fevereiro de 2011)

5.2.1.3 - Paredes

Conforme anteriormente referido no capítulo 4.3.1.3, o edifício é constituído por paredes de alvenaria ordinária, paredes de frontal, e tabique, se bem que não foi possível

visualizar nenhuma no seu interior devido não ter sido possível o acesso à área principal do edifício.

Desta forma, após a análise de anomalias existentes nas paredes de fachada do edifício, ou seja paredes de alvenaria ordinária, existem indícios de anomalias causadas pelas acções da natureza atmosférica.

Das anomalias existentes destacam-se a fendilhação, a desagregação (anomalia generalizada) e o esmagamento (anomalia de carácter local), anomalias causadas quer pela acção dos agentes climatéricos bem como pela sua natureza estrutural.

A fendilhação nas paredes-mestras geralmente é causada devido aos movimentos de assentamento das fundações, falta de resistência adequada dos lintéis superiores ou abatimento de arcos de descarga que conduzem a esforços excessivos de flexão e acção dos sismos. A anomalia de fendilhação localiza-se nas zonas correntes da zona de localização de abertura de vãos, bem como existem nas ligações horizontais com a parede. Outra acção que pode acontecer e que dá origem à fendilhação é o esmagamento, que pode ser causado pela força excessiva causada pelos edifícios adjacentes.



Figura 115 – Exemplo de fendilhação e desagregação existente na fachada a sul do edifício.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 28 de Abril de 2011)

A desagregação é causada pela alteração da temperatura do ar levando a expansões e contracções sucessivas, bem como pode ser causada pela acção das águas da chuva, dando origem a humidades.



Figura 116 – Exemplo de desagregação existente na fachada poente do edifício.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 28 de Abril de 2011)

Ambas as patologias anteriormente referidas podem também ter sido causadas devido à existência de madeira nestas paredes. O apodrecimento da madeira é causado pela infiltração das águas da chuva, levando à presença de humidade em que consequentemente surge o aparecimento de podridão e de fungos, ataque de insectos, caruncho e térmitas. Este apodrecimento pode levar à desagregação de algum material das paredes, deixando-as expostas às acções térmicas.

De uma maneira geral o edifício encontra-se com as paredes em muito mau estado existindo uma grande presença de humidades e de desagregação dos materiais os quais constituem as paredes de alvenaria ordinária.

5.2.1.4 – Coberturas

A cobertura é um elemento do edificado que está continuamente exposto às acções climáticas, ou seja, variações de temperatura, vento, acção da chuva, etc.

De todas as acções referidas, a acção das chuvas é a mais penosa para a cobertura, as infiltrações na cobertura na sua generalidade, quer as infiltrações que estão associadas ao disfuncionamento da rede de drenagem das águas pluviais, tornam já por si um grande agravamento das anomalias.

Grande parte das coberturas antigas possui estruturas em madeira, o que leva também a enumerar algumas patologias. Entre elas, uma de carácter natural, as estruturas de madeira deformam-se naturalmente levando consecutivamente à alteração geométrica da cobertura, bem como à abertura de juntas nas telhas de cobertura, facilitando deste modo a passagem da

água. Outra acção que levou ao desaparecimento quase completo da cobertura do edifício foi o sismo de 1969.



Figura 117 e 118 – Fotografias da cobertura existente no edifício.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 28 de Abril de 2011)

5.2.1.5 - Escadas

Das escadas existentes apenas a do hall de entrada se encontra em bom estado de conservação na sua generalidade, pois esta ainda se encontra coberta pelo tecto ainda existente. No entanto, as escadas posteriores existentes na ala a poente do edifício já não se encontram em muito bom estado. As escadas existentes em ambos os pátios estão totalmente cobertas por vegetação, a qual foi causada devido o revestimento em argamassa de cimento ter estalado ficando com fendas expostas às intempéries, possibilitando a entrada de pólenes os quais facilitaram o aparecimento da vegetação juntamente com as águas da chuva, sendo visível nas figuras 119 e 120.



Figuras 119 e 120 – Escadas dos pátios na ala poente do edifício.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

Na escada de acesso ao terraço pela fachada poente encontram-se alguns degraus partidos, no entanto com o passar do tempo é provável que o que actualmente não passa de um fenda, posteriormente se torne numa anomalia bastante mais penosa para a estrutura das escadas.



Figura 121 e 122 – Escada de acesso ao primeiro piso pela entrada a poente.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

5.2.1.6 – Varandas

Apesar das pedras de cantaria serem um dos elementos de maior durabilidade em relação a outros materiais do edifício, encontram-se de igual modo com anomalias, sendo de destacar o desgaste da pedra provocado pelas águas da chuva e agravado com o efeito químico, o qual está relacionado com a poluição atmosférica.



Figura 123 – Fotografia de uma varanda existente na fachada a sul.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2011)

5.2.2 – Elementos secundários

Como foi anteriormente referido no capítulo 4.3.2, podem-se considerar elementos secundários todos os elementos que não possuem uma função estrutural nem de compartimentação. Deste modo, podem-se sistematizar da seguinte forma: vãos de carpintaria (caixilharias, portas, e portadas); guardas de serralharia; elementos de cantaria e elementos de ferro. Assim irá analisar-se as patologias encontradas no edifício seguindo os grupos anteriormente referidos.

5.2.2.1 – Vãos de carpintaria

A caixilharia nos edifícios antigos é geralmente de madeira. A madeira é um material em que a sua principal causa de anomalias é a humidade, provocando o envelhecimento e apodrecimento do material, bem como o aparecimento de fungos e insectos. A contribuir para esta causa existe a falta de manutenção dos seus acabamentos e revestimentos. A localização da caixilharia geralmente está exposta constantemente à acção das chuvas e radiações solares, agravando ainda mais a sua degradação.

Outros elementos presentes nas caixilhariarias e que podem levar à decomposição e empeno das mesmas são, a perda de elasticidade da massa de vidro, a decomposição das ferragens e fechos e a fractura de vidros. Tudo isto influencia a passagem de águas para o interior da madeira. Como demonstram as figuras 124 e 125.



Figura 124 e 125 - Fotografia de uma janela existente na fachada principal e Porta principal.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 28 de Abril de 2011)

As portas e portadas de carpintaria do edifício possuem as mesmas anomalias anteriormente referidas, no entanto é notório que as portas portadas não envidraçadas possuem uma maior durabilidade do que as janelas ou portas envidraçadas.

5.2.2.2 – Guardas de serralharia

Os elementos de ferro nas construções antigas podem possuir um vasto conjunto de anomalias, sendo a mais comum a corrosão, ou seja a oxidação do material. Para acontecer o fenómeno de oxidação é necessária a presença de elementos como a água e o oxigénio. Quando ocorre a oxidação o elemento metálico em questão aumenta de volume, provocando destruição em materiais como a pedra (fenómenos referidos em parágrafos anteriores). O aumento do volume do material faz com que a sua capacidade de resistência seja reduzida, podendo-se mesmo corromper com o avanço da corrosão. Como é o caso da varanda representada na figura 126.



Figura 126 – Guarda de ferro de uma varanda existente na fachada sul.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 2 de Fevereiro de 2012)

Quando os elementos estão visíveis é fácil de detectar a corrosão do material como é o caso das varandas, podendo-se atempadamente proceder à aplicação de medidas adequadas para a sua correcção. Porém, quando os elementos estão ocultos, como é o caso dos chumbadouros, torna-se difícil detectar a corrosão, e quando esta se detecta já se encontra num estado bastante difícil de se recuperar.

5.2.2.3 – Elementos de cantaria

A pedra de cantaria sempre foi e é, um elemento nobre nas construções de edifícios antigos. A sua aplicação costuma ser corrente em zonas específicas como é o caso dos vãos, salientando a sua importância em funções resistentes, bem como a sua estética indispensável.

A cantaria de pedra possui uma importante característica, a sua durabilidade e resistência às acções dos agentes climáticos. Prova disso geralmente visível nos edifícios antigos em que a cantaria apresenta um estado de conservação superior em relação aos outros elementos de outros materiais, como é o caso das caixilharias de madeira e rebocos de argamassa à base de areia e cal.

No entanto, como todos os outros materiais a cantaria de pedra é alvo de anomalias variando conforme a sua intensidade, tipologia, resistência química e mecânica. Deste modo as anomalias visíveis no edifício em questão são as seguintes: desgaste da pedra, em que é provocado principalmente pelas águas da chuva, provocando a decomposição desta, anomalia frequente nas pedras calcárias do sul do país. Outra acção que pode agravar ainda mais o desgaste da pedra é o efeito químico relacionado com a poluição atmosférica, tal anomalia visível na figura 127.



Figura 127 – Porta existente na fachada principal.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 28 de Abril de 2011)

A fendilhação tem como principais causas o movimento de fundações bem como as paredes nas quais estão inseridas os elementos de cantaria de pedra, o movimento é principalmente causado pela acção de sismos. Outro elemento que pode ajudar a fendilhação

através da acção dos sismos é a presença de elementos em ferro nas cantarias, como é o caso dos tirantes de ferro e chumbadouros.

Quando as cantarias desempenham funções estruturais para além das suas funções de guarnecimento de vãos, a fendilhação pode ocorrer quando a capacidade de resistência da cantaria é ultrapassada como está demonstrado na figura 128.



Figura 128 – Cantaria existente numa entrada da fachada a poente.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 28 de Abril de 2011)

5.2.2.4 – Ferragens de ferro

Apesar de grande parte das ferragens não serem as originais, encontram-se de um modo geral em bom estado apesar de já estarem bastante oxidadas.

5.2.3 - Revestimentos, acabamentos

Como foi anteriormente referido no capítulo 4.3.3, são considerados revestimentos e acabamentos os revestimentos em pavimentos; revestimentos em paredes; revestimentos de tectos e revestimentos de cobertura.

5.2.3.1 – Revestimentos de pavimentos

Não foi possível a análise do revestimento de pavimentos em madeira, pois os que ainda existem devem estar na sua totalidade quase destruídos, uma vez que com o abatimento

da cobertura grande parte do piso entrou em colapso, e o pouco que ficou, permanece desde então exposto às acções climáticas.

5.2.3.2 – Revestimentos de paredes

As anomalias encontradas nos revestimentos e acabamentos das paredes não diferem muito das anomalias das paredes em si, no entanto à que salientar alguns aspectos. No caso de fendilhação, existem casos em que o reboco está fendilhado devido à fendilhação da parede, existindo deste modo a causa provável. Quando apenas o reboco está fendilhado significa que a sua causa provavelmente seja devido a retracção das argamassas. Como pode ser visível na figura 129.



Figura 129 – Fendilhação existente num vão da fachada principal.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 28 de Abril de 2011)

Na desagregação, o principal factor é a humidade existente no interior da parede, bem como quando os rebocos são fracos, em que possuem uma baixa resistência mecânica como é o caso das argamassas de cal, como se pode averiguar na figura 130.



Figura 130 – Exemplo de desagregação das argamassas, na fachada principal.
(Fonte: Foto do autor tirada no dia 28 de Abril de 2011)

No caso do revestimento de azulejos existente nas guardas da escada principal de um modo geral, e segundo as fotografias fornecidas pelo actual proprietário do edifício, encontravam-se em bom estado, no entanto, é possível observar lacunas consequentes do roubo de algumas peças deixando os painéis de azulejos incompletos. Como se pode visualizar na figura 131.



Figura 131 – Lambrim de azulejo existente no hall de entrada principal.
(Fonte: Fotografia fornecida pelo actual proprietário, Eng.º Pedro Novais.)

5.2.3.3 – Revestimentos de Tectos

Apesar de não ter sido possível qualquer acesso à área principal do edifício devido ao elevado estado de degradação, pode-se especular a partir de algumas fotografias fornecidas pelo actual proprietário, que grande parte dos tectos ruíram e os que ainda existem estão em muito mau estado. Como pode ser visível nas figuras 132 e 133, existem zonas de colapso e de apodrecimento, causado pela infiltração de águas. É muito provável, de igual modo, que os poucos revestimentos de tectos em madeira se encontrem em igual estado de conservação.



Figura 132 e 133 – Exemplo de desagregação das argamassas em tectos.

(Fonte: Fotografias fornecidas pelo actual proprietário, Eng.º Pedro Novais.)

5.2.3.4 – Revestimentos de Coberturas

No caso da cobertura, como pode ser visível na figura 134 é notável que quase toda ela desapareceu devido ao terramoto ocorrido em 1969 e pelo desleixo de manutenção nos anos seguintes até à actualidade. O terramoto levou a que grande parte da estrutura de cobertura caísse e, deste modo, o pouco que ainda ficou, deformou-se bem como todo o revestimento.



Figura 134 – Revestimento de cobertura existente.

(Fonte: Foto tirada pelo autor a 2 de Fevereiro de 2011)

Capítulo 6 – Proposta de intervenção

6.1 - Objectivos a atingir

Como foi averiguado anteriormente no capítulo 2.2, o Bairro da Fonte Nova tem determinadas carências, e visto a urgente necessidade de reabilitação do edifício, como já foi averiguado ao longo do capítulo 5, pode-se deste modo criar uma proposta de reabilitação a qual promova e aumente o desempenho de ambas as partes.

Por um lado reabilitar o edifício torna-se um incentivo à reabilitação dos edifícios antigos, bem como a valorização do nosso património arquitectónico e cultural, pontos estes referidos anteriormente ao longo do capítulo 1. Por outro lado, ao reabilitar o edifício e ao incorporar serviços que combatam as carências do bairro estamos não só a ajudar a sociedade como também a mudar uma mentalidade. Juntando estes dois factores à promoção do espaço e dos nossos bens regionais, possibilitamos um interesse turístico à região.

É então pretendida a criação de um espaço o qual possua um grupo de vantagens as quais trazem uma mais-valia à comunidade, sendo estas: Educacionais; Culturais; Sociais; Económicas e Turísticas.

Deste modo, a nível espacial é pretendida a criação dos seguintes espaços:

- Pólo de biblioteca;
- Salas de formação, as quais podem funcionar como salas de apoio educacional extra;
- Mediateca;
- Espaço expositivo;
- Café;
- Gabinete de apoio social;
- Loja de carácter turístico e promocional;
- Gabinetes administrativos;
- Auditório.

Dado o valor patrimonial do edifício e da zona em que se insere dever manter as fachadas, a métrica dos vãos, as cantarias, as varandas e respectivas guardas e repor a linguagem das respectivas caixilharias e portas, quando possível.

No que toca à estrutura do edifício, esta deverá ser mantida e consolidada tendo em atenção a nova solução espacial para o cumprimento das tipologias propostas neste programa. No entanto, deverá ter-se em conta a organização espacial original do edifício e, sempre que possível, conciliar as duas tipologias, entre a nova e a antiga, pois só assim será possível a criação de uma proposta de reabilitação coesa.

6.2 – Estratégia de projecto

O plano estratégico estabelecido tentou conciliar os objectivos pretendidos com a legislação existente aliada a uma vontade de proceder a uma reabilitação consciente que preserve não só o edifício de forma a rentabilizá-lo como também actualize o seu desempenho. Assim, foi estabelecida uma lógica de intervenção de modo a recuperar sempre que possível os elementos existentes e originais do edifício, valorizando-os, sem contudo abdicar de actualizações e desempenho para uma funcionalidade mais actual. Estas actualizações teriam em conta a criteriosa selecção de materiais de modo a não adulterar a imagem estética do edifício.

Paralelamente este tipo de intervenção deveria ser executado de forma sustentável quer ambiental quer financeiramente. Em termos ambientais deveria recorrer-se a materiais locais idênticos aos originais, como por exemplo a pedra brecha da Arrábida e procurar beneficiar dos materiais existentes de forma a reduzir os resíduos e detritos, no caso de existirem detritos obtidos a partir da demolição feita, estes mesmos serão aproveitados para o nivelamento da nova cota de soleira. Com estas estratégias ambientais estar-se-ia a beneficiar a nível financeiro, reduzindo o custo de obra.

Deste modo, a estratégia de reabilitação passa inicialmente por vários pontos. Em primeiro lugar é necessário conhecer bem o edifício existente, tanto a nível histórico como arquitectónico, em segundo fazer um levantamento cuidadoso dos elementos secundários existentes, como é o caso de carpintaria exterior e interior, ferragens e elementos de cantaria se possível. Feito o levantamento é necessário fazer um reconhecimento do estado do edifício e de qual a sua capacidade para as soluções a serem apresentadas. Após a análise geral do edifício, passar-se-á para um reconhecimento de forma hierárquica de quais os espaços e elementos a valorizar. E por fim, o ponto mais importante que consiste em fazer o balanço entre os objectivos a concretizar e o edifício existente, de modo a chegar a um equilíbrio entre a intervenção nova e o edifício antigo. É este equilíbrio que se torna o ponto de maior desafio.

Pois neste tipo de intervenção ambas as partes são alvo de sacrifícios. No entanto, é na conciliação entre estes dois factores que resulta o projecto de reabilitação, uma vez que não faz sentido reabilitar sem actualizar o seu desempenho.

Deste modo é necessário enumerar directrizes de intervenção as quais tenham em conta a valorização do edifício:

a) As paredes de alvenaria ordinária de todo o edifício apesar do seu estado de degradação são recuperáveis, bem como as paredes de frontal e de Tabique encontradas.

Em relação às paredes de tabique existentes no seu interior possivelmente grande parte não serão recuperáveis devido ao seu grave estado de degradação.

b) No que toca a pavimentos, o do hall de entrada encontra-se em razoável estado, podendo ser este recuperado, no entanto não se trata de um pavimento de grande valor arquitectónico, pelo que será substituído por um pavimento que se enquadre melhor com a proposta. Em relação ao resto dos pavimentos do rés-do-chão, desconhece-se o seu estado devido à grande quantidade de entulho existente e ao desabamento do piso superior e cobertura. No caso dos pavimentos do primeiro piso, terão de ser todos eles construídos de raiz, pois como foi referido anteriormente, grande parte do piso superior ruiu devido ao terramoto.

c) Em relação aos elementos secundários:

1) As carpintarias encontram-se em muito mau estado não podendo ser estas recuperáveis. No caso do piso superior serão substituídos todos os caixilhos existentes por caixilharia de alumínio, lacada a branco. Enquanto no piso 0, a carpintaria existente será substituída por portas e vãos em vidro, isto porque grande parte dos vãos existentes são portas fechadas sem iluminação e com a criação dos novos espaços é necessária a entrada de luz, não só para possibilitar uma boa iluminação como também criar um ambiente *aberto* e não um ambiente fechado e pesado. Ao inserir vãos envidraçados, percebe-se que se tratam de elementos de uma nova intervenção e não de uma reconstrução da linguagem anteriormente existente nos vãos.

2) No caso das serralharias apesar de se encontrarem bastante oxidadas e com alguns pontos de podridão, é possível a sua recuperação, pois estas são elementos de valorização de toda a fachada Nascente e Sul.

3) No que toca aos revestimentos, no caso dos painéis de azulejo existentes são recuperáveis procedendo-se à elaboração de réplicas.

Nos restantes revestimentos de parede terão de ser todos refeitos pois com elevado grau de degradação grande parte dos revestimentos soltaram-se, deixando a alvenaria à vista. Os rebocos a serem realizados, seriam constituídos por argamassas bastardas, com ajustado traço de cal. Assim a pintura indicada seria ou com tintas de água ou leite de cal.

No caso da cobertura, todo o seu revestimento e estrutura será nova pois a que existia ruiu como anteriormente referido.

A ala a Nascente, será constituída por uma cobertura de 4 águas revestida a telha lusa. No caso das alas a Poente, terão uma cobertura plana, visto tratarem-se de alas bastante estreitas e de pouca visibilidade a partir do exterior, optou-se pela não recreação da cobertura anteriormente existente. Assim quem vê do exterior destas alas, fica com a visão de uma ruína conservada, e não como uma recreação do passado.

A união das duas alas existentes a Poente é feita por uma cobertura envidraçada ventilada, a qual permite a criação do pátio interior. (Ver apêndice VIII, desenhos nº 033; 039; 040)

d) Em relação ao sistema de entrada e de circulação do edifício estava bastante bem concebido, apesar de serem necessárias pequenas alterações é de valorizar todo este sistema, existente.

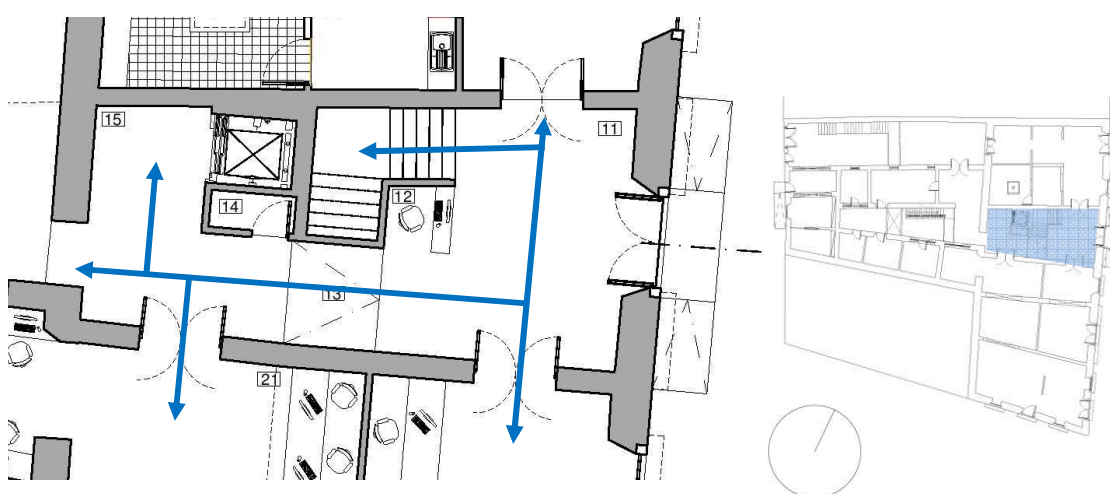
Os novos materiais a serem usados devem respeitar não só o edifício existente, bem como o contexto urbano que o envolve. De modo a que o edifício não perca o seu valor patrimonial e arquitectónico.

6.3 - Proposta espacial do projecto

Tendo em conta todas as directrizes anteriormente referidas, é possível enquadrá-las com os espaços a criar do seguinte modo;

No piso 0 estão inseridos os espaços os quais envolvem uma maior actividade, sendo estes: Loja de carácter turístico; Café; Biblioteca e Mediateca. Para além dos espaços anteriormente referidos existem ainda os espaços os quais possuem a função de apoio aos serviços criados; Recepção; Arrumos; Gabinetes Administrativos; Instalações Sanitárias e dois Pátios, um exterior e outro interior. (Ver apêndice VIII, desenho nº 030)

A entrada principal do edifício é feita a Nascente pela porta brasonada, a qual dá acesso ao hall de entrada, pelo qual se faz a distribuição e o acesso aos vários espaços do edifício quer do rés-do-chão do primeiro piso. A intervenção neste espaço passou principalmente pela abertura de vãos de acesso ao Café, Loja e Biblioteca, e pela criação de um pequeno hall de transição de acesso ao elevador.



Legenda: 11 - Hall de entrada - 24.63 m² 12 - Recepção - 2.00 m² 13 - Corredor de circulação - 14.10 m² 14 - Arrecadação - 1.50 m² 15 - Área de circulação - 6.64 m² → Distribuição

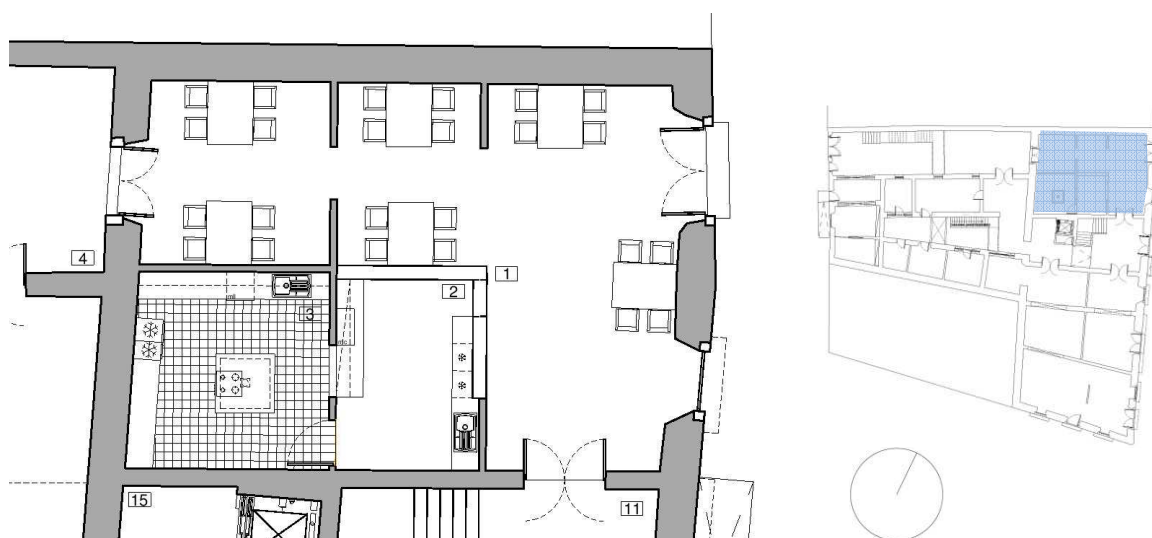
Figura 135 – Recepção
(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver apêndice XVIII, desenho nº030)

O espaço de Bar situa-se no espaço anteriormente ocupado pela mercearia e pela pequena habitação existente na ala a Norte. (Ver apêndice VI, desenho nº 007 e apêndice VIII desenho nº 030).

Como foi referido anteriormente no Capítulo 6.2, tem de existir um equilíbrio dos espaços e funções anteriores, com os novos espaços. Deste modo, a intervenção feita nesta área teve em conta as anteriores funções, mantendo em parte esse mesmo funcionalismo e carácter. A zona de copa do bar situa-se no anterior espaço de cozinha da habitação, e a sala do bar situa-se na área da mercearia.

Tendo por objectivo, sempre que possível manter os elementos arquitectónicos a valorizar, neste espaço, as paredes existentes de tabique serão mantidas e consolidadas, pois estas possibilitam criar um ambiente mais acolhedor e de maior privacidade, ao espaço a ser criado, mantendo assim a organização espacial já existente.

A área de Bar acaba por dinamizar não só o edifício como também parte da Praça Machado dos Santos. O espaço de bar poderia ser explorado por um privado, possibilitando a criação de novos postos de trabalho, ou até mesmo servir como nova sede para a Associação de Reformados, existente na no Bairro da Fonte Nova, visto que o actual espaço onde se encontra é reduzido.



Legenda: 1 - Sala do bar - 64.41 m² 2 - Balcão de atendimento do bar - 12.82 m² 3 - Copa do bar - 18.71 m²

Figura 136 – Bar

(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver apêndice VIII, desenho nº 030)

O espaço da biblioteca e da mediateca situa-se nos espaços anteriormente ocupados pelo armazém de latoaria; armazém e habitação (Ver apêndice VI, desenho nº 007 e apêndice VIII desenho nº 030),

Ao entrarmos no pólo da biblioteca encontramos uma recepção de apoio a partir da qual se faz a distribuição para a mediateca e para a biblioteca.

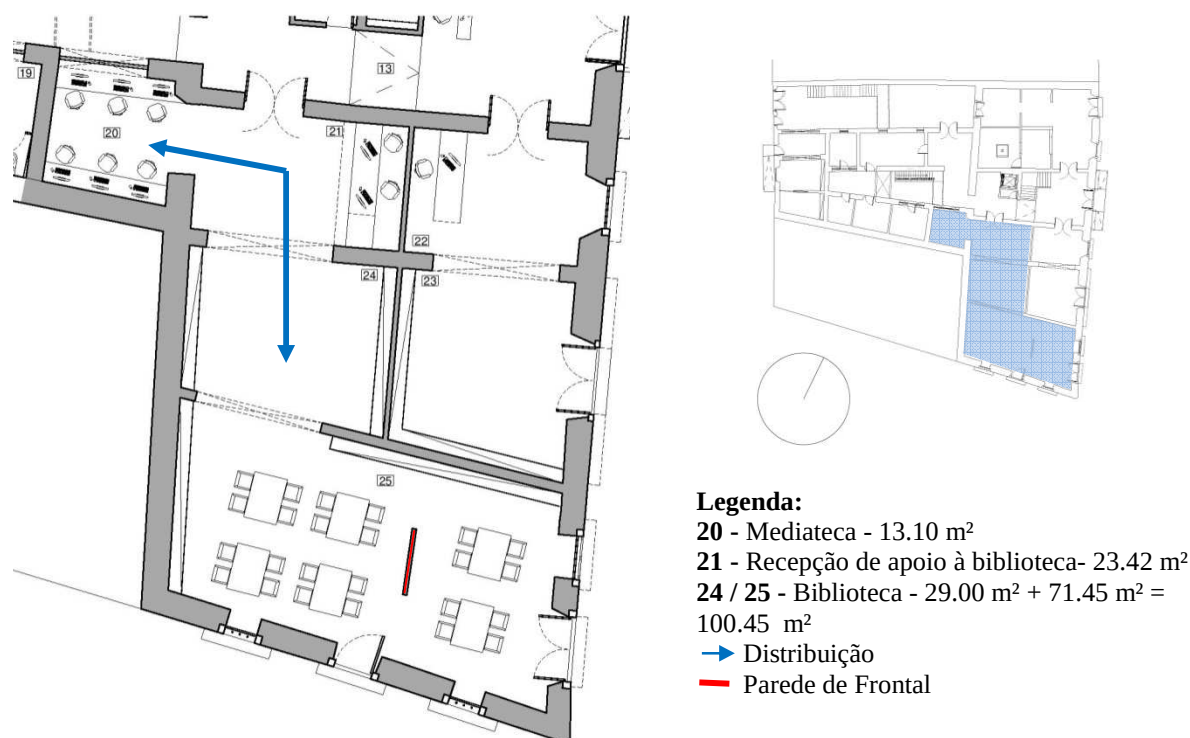
A biblioteca / mediateca é um espaço que visa proporcionar à comunidade o acesso a informações que de certo modo sejam úteis para o desenvolvimento da sua sociedade. Permitindo o acesso a estudantes, pesquisadores ou interessados de modo a desenvolver o seu conhecimento.

Neste caso em concreto é pretendida a criação de um pólo de modo a valorizar o bairro. Ou seja é pretendido que este pólo tenha como principal documentação, tudo o que é de interesse e esteja relacionado com o próprio bairro, «obrigando» aos interessados deslocarem-se ao espaço em questão para a pesquisa de informação.

A biblioteca surge como um espaço de cidadania, o qual está aberto a todos, independente do estatuto social e do grupo etário. Quanto mais próximo se encontrar da comunidade que serve, maiores são as probabilidades de cativar um maior número de membros. Assim propicia a socialização no que toca às práticas culturais.

A intervenção neste espaço teve em conta a arquitectura e a organização espacial já existente, tentando ao máximo a preservação da organização espacial e de elementos arquitectónicos existentes. Na área da Mediateca existia um arco de descarga o qual foi preservado e tornado num vão fechado em vidro. A abertura deste vão possibilita a entrada de luz indirecta, tornando o espaço da mediateca menos pesado, visto ser um espaço relativamente pequeno.

Na área da Biblioteca a intervenção passou pela abertura de dois arcos de modo a abrir o espaço para possibilitar uma melhor circulação, e uma melhor iluminação. no entanto é de destacar uma parede de frontal, em que é constituída por alvenaria ordinária de pedra e tijolo, travada por prumos e travessanhos. Devido á sua importância como método construtivo, parte dessa parede será mantida, simplesmente como parede divisória e decorativa. Como pode ser visível na figura 137 a meio do espaço do ponto 25.

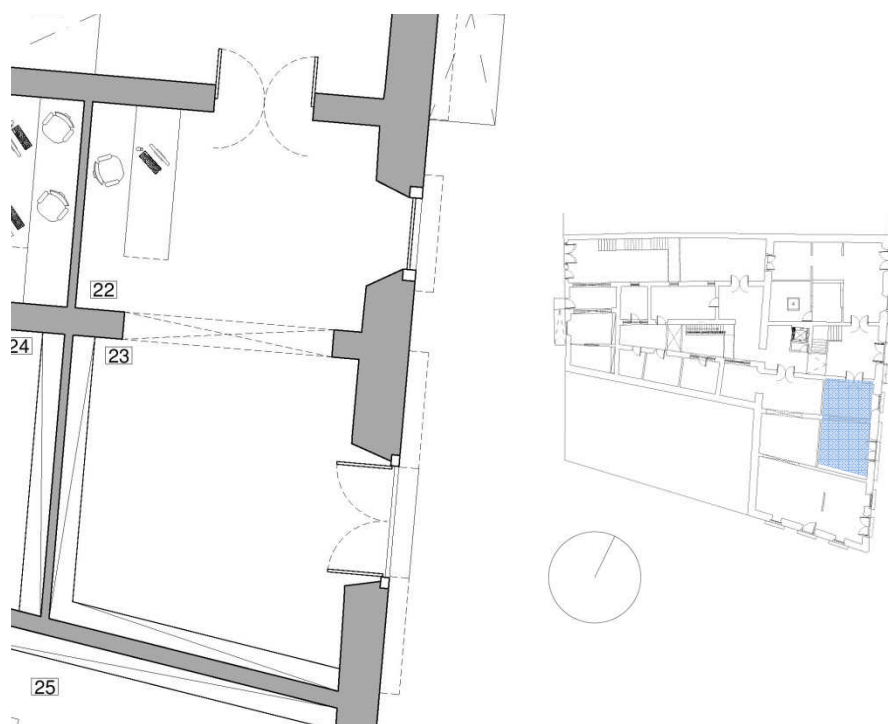
**Figura 137** – Biblioteca e mediateca

(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver apêndice VIII, desenho nº 030)

A Loja de carácter de promoção regional, tem por objectivo promover o bairro, comercializando produtos regionais, levando ao interesse do turista pelo local onde são criados estes mesmo produtos. A comercialização destes produtos acaba por oferecer aos produtores uma possibilidade de divulgação dos mesmos, ou seja, o turismo bem planeado gera negócios e sustenta a cadeia produtiva de várias sociedades. Para além das vantagens anteriormente referidas, possibilita também a criação de postos de trabalho.

A de intervenção feita neste espaço, passou pela abertura de um arco de descarga entre as duas áreas da loja para obter um espaço maior e mais aberto.

Estando localizada na ala nascente virada para a praça Machado dos Santos possibilita o fácil acesso e divulgação.



Legenda: 22 / 23 - Loja de carácter de promoção regional - $19.45 \text{ m}^2 + 29.30 \text{ m}^2 = 48.75 \text{ m}^2$

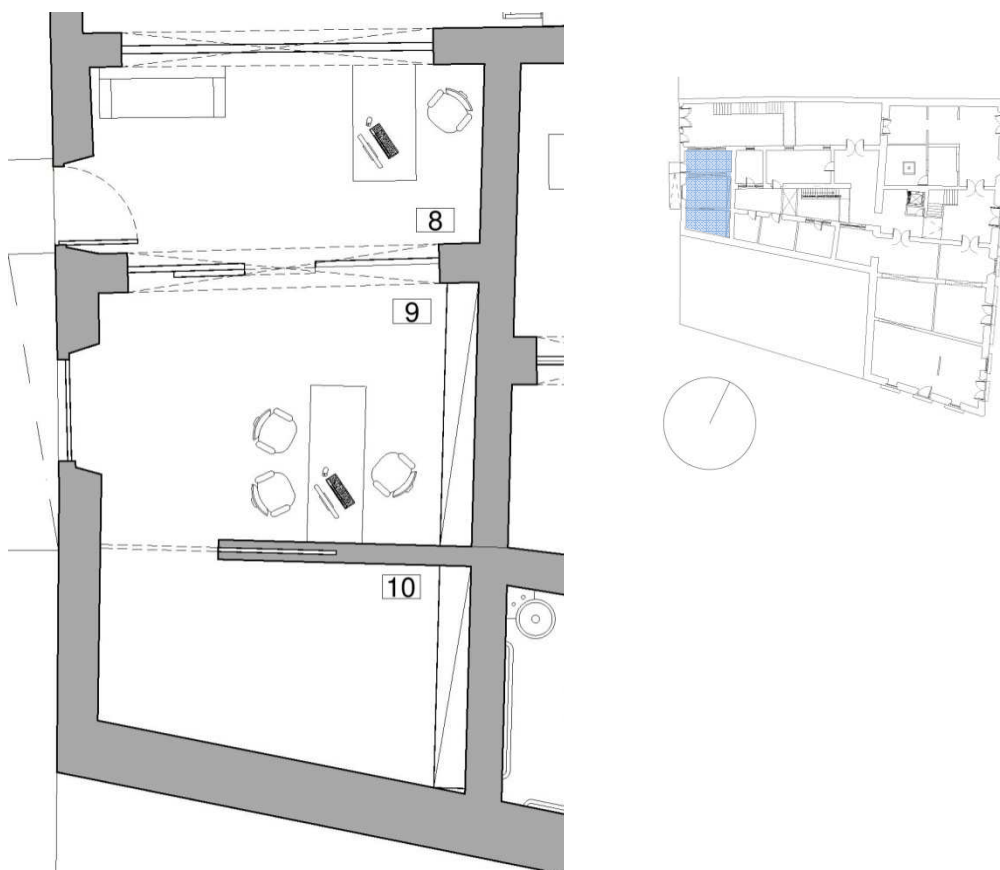
Figura 138 – Loja de carácter de Promoção Regional
(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver apêndice VIII, desenho nº 030)

O Gabinete de Apoio Social tem como objectivo assegurar o bem estar social da população, procurando deste modo responder às suas necessidades de uma forma articulada e diversificada com outras instituições.

Deste modo o Gabinete de Apoio Social tem como as principais áreas de intervenção:

- Apoiar na melhoria das condições habitacionais dos agregados familiares mais carenciados, através de um Regulamento Municipal para a melhoria das condições de habitação de agregados familiares carenciados;
- Apoio psicológico a crianças e jovens provenientes de agregados familiares carenciados;
- Prevenção da Toxicodependência, juntamente com o Instituto da Droga e Toxicodependência (IDT), através da organização de sessões de esclarecimento, distribuição de brindes e lanches, vídeos, entre outros;
- Loja social, em que o principal objectivo é prover as necessidades mais eminentes e imediatas de famílias carenciadas ao nível de acessórios domésticos, roupa, móveis, etc.

O Gabinete de Apoio Social está inserido no espaço das antigas cavaleriças, sofrendo pouca intervenção apenas se destaca a abertura do antigo arco existente de acesso para o pátio exterior, possibilitando uma melhor iluminação interior, visto que a Rua Jacob Queimado é muito estreita, dificulta a entrada de luz.



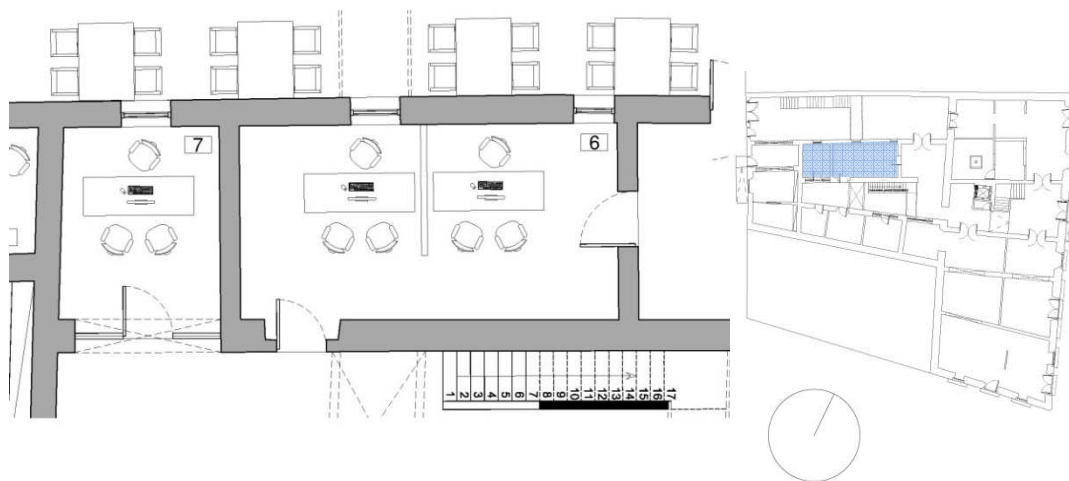
Legenda: 8 – Gabinete de Apoio Social, Sala de espera – 11.47 m² 9 – gabinete de Apoio Social – 15.42 m² 10 – Gabinete de Apoio Social, gabinete 2 – 11.62 m²

Figura 139 – Gabinete de Apoio Social
(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver apêndice VIII, desenho nº 030)

O núcleo de gabinetes administrativos, engloba dois gabinetes de administração e um de chefia. Este núcleo, tem como objectivo a administração do edifício.

O gabinete de chefia localiza-se no antigo lagar e os dois gabinetes administrativos localizam-se num dos antigos armazéns. Em ambos os espaços foram criados vãos de modo a ter ganhos de luz para o interior. Estes vãos seguem o alinhamento dos vãos do piso 1 no

entanto são de pequenas dimensões e sem moldura, de maneira a dar a entender o que já existia e o que foi criado com a nova intervenção.



Legenda: 6 - Gabinetes Administrativos - 14.20 m² 7 - Gabinete de chefia - 10.00 m²

Figura 140 - Gabinetes Administrativos

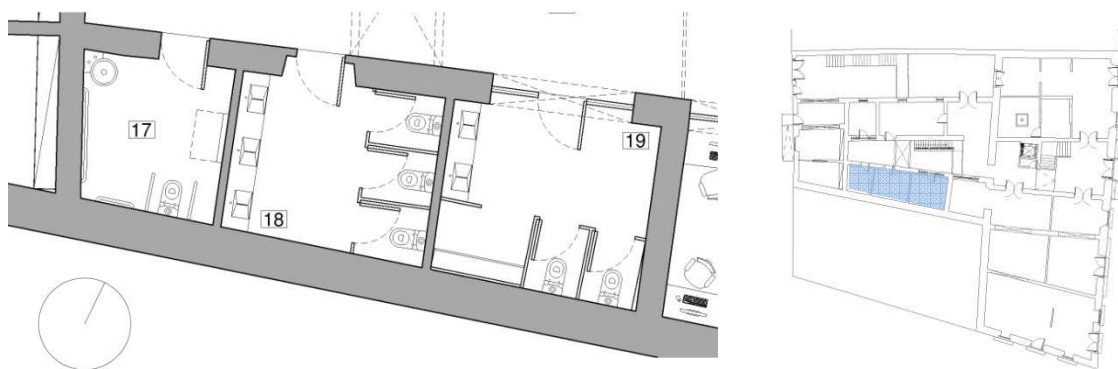
(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver apêndice VIII, desenho nº 030)

O núcleo das instalações sanitárias do piso 0 encontra-se localizado na área de antigos armazéns. Este núcleo é composto por instalações sanitárias, femininas, masculinas e de deficientes. Como pode ser visível na figura abaixo.

Tal como na mediateca, na instalação sanitária masculina existia um arco de descarga, o qual foi preservado e tornado num vão fechado em vidro com porta de acesso à I.S.M. A abertura deste vão possibilita a entrada de luz indirecta.

A parede divisória da I.S.M com a I.S.F foi mantida pois trata-se de uma parede de frontal em bom estado, possibilitando a preservação da mesma, tirando partido para a arquitectura a criar.

No caso da I.S.D, tentou-se criar uma área razoável de maior circulação para além da que é estipulada por lei no Decreto-Lei n.º 163/2006. pois esta instalação sanitária engloba também um berçário, Como pode ser visível no ponto 17 da figura 141.



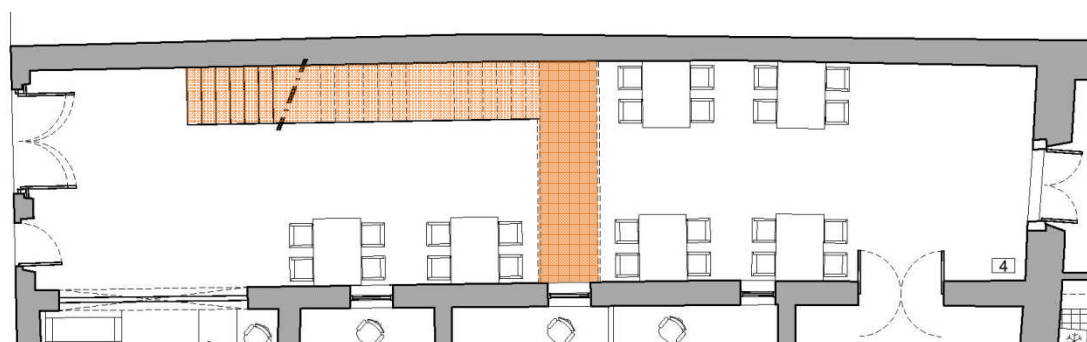
Legenda: 17 - I.S.D. - 7.45 m² 18 - I.S.F. - 11.45 m² 19 - I.S.M. - 12.70 m²

Figura 141 – Núcleo de Instalações Sanitárias do piso 0

(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver apêndice VIII, desenho nº 030)

Por fim no Piso 0 encontram-se dois pátios um exterior e um interior. O pátio exterior encontra-se no antigo espaço da associação “A Brasileira”. Visto que anteriormente a 1928, este espaço já tinha a função de pátio, e visto a cobertura do espaço da antiga associação encontrar-se em mau estado de conservação, estando quase a entrar em derrocada, optou-se por retirar a cobertura e deixar o espaço em aberto, no entanto a fachada da associação é mantida, pois esta está muito bem caracterizada com a arquitectura do início do século XX. Ainda neste pátio eliminou-se as duas escadas existentes para o acesso do piso superior, criando-se uma nova escada com uma passarelle no lado oposto às escadas existentes, de modo a limpar e valorizar a fachada da ala norte.

O pátio criado tem como principal função apoiar o bar, com a inserção de uma esplanada, possibilitando assim a dinamização deste espaço aberto.



Legenda:

4 - Pátio exterior - 87.50 m²

Escadaria criada com passarelle

Figura 142 – Pátio Exterior

(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver apêndice VIII, desenho nº 030)

O pátio interior surge a partir do pátio exterior já existente, o qual tornou-se coberto de maneira a optimizar o espaço concebendo-lhe um ambiente mais acolhedor e possibilitando a circulação interior em qualquer época. No entanto a cobertura envidraçada deste pátio não é totalmente fechada, possibilitando a circulação de ar pelas laterais, evitando assim o efeito estufa.

Ainda neste pátio manteve-se as duas passerelles existentes, pois para além de facilitarem a circulação entre os dois pisos e as duas alas, cria também um ambiente interior bastante dinâmico. a junção de todas estas características anteriormente referidas, oferecem dinamização ao espaço, em que quase se torna num labirinto.

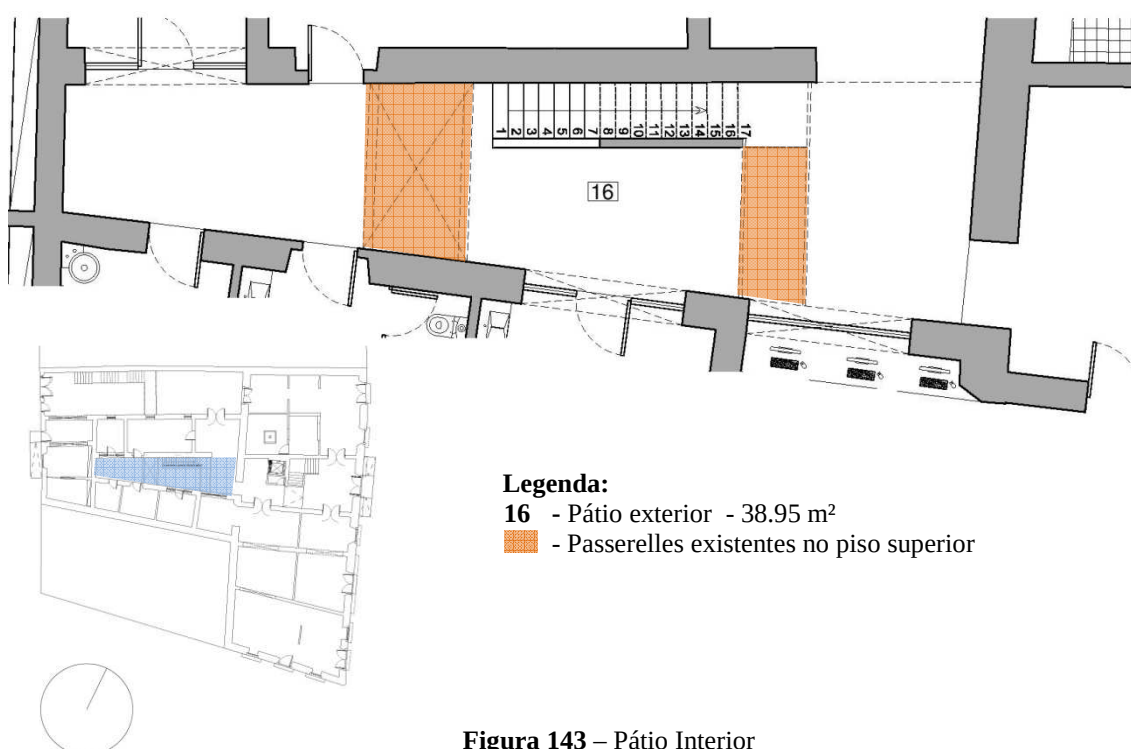


Figura 143 – Pátio Interior

(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver apêndice VIII, desenho nº 030)

Relativamente ao piso 1 estão inseridos espaços de maior peso cultural e educacional; um Auditório, duas Salas de Formação, e um Espaço Expositivo. Para além dos espaços anteriormente referidos existem ainda os espaços os quais possuem a função de apoio aos serviços criados; Arrumos e Instalações sanitárias.

Visto que no Bairro da Fonte Nova, existem alguns cidadãos carenciados e com pouco apoio educacional, a criação de salas de formação e de apoio escolar é fundamental, nas quais podem ser utilizadas quer por empresas, associações, organismos do estado, centros de

emprego, centros de formação, entre outros. Funcionando assim como salas polivalentes, tendo sempre em conta o carácter cultural e educacional.

Para tal foram criadas duas salas de formação, uma com lotação para 23 pessoas e outra para 27 pessoas, ficando estas situadas na ala a nascente do edifício, com vãos para o exterior, como pode ser visível na figura 144.

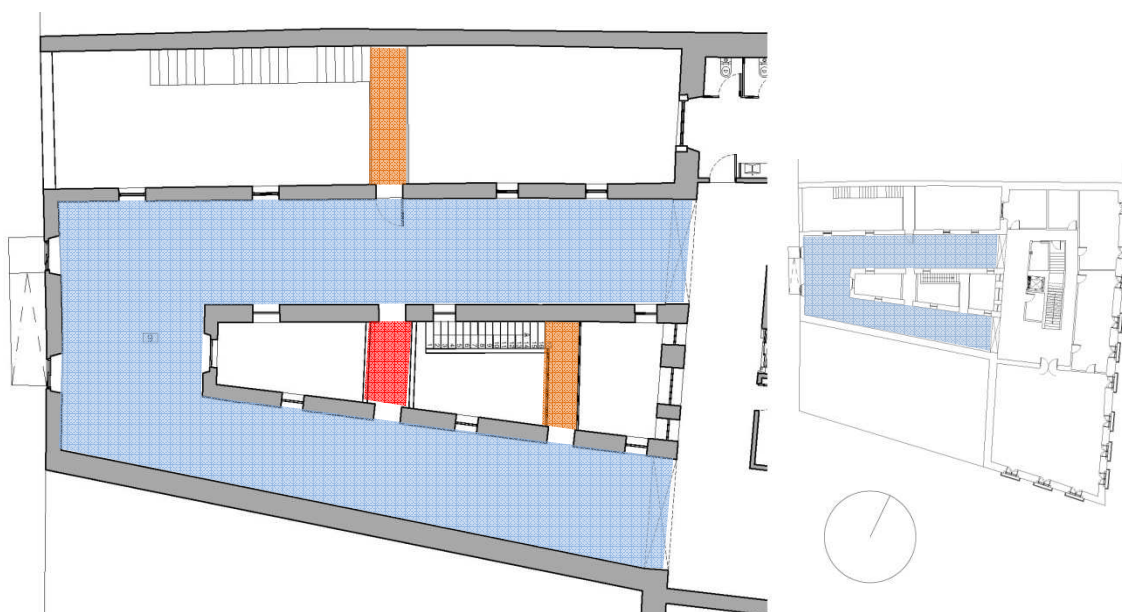


Figura 144 – Salas de Formação
(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver apêndice VIII, desenho nº 031)

Visto a ala poente se encontrar em ruína, mais concretamente o 1º piso é pretendido criar uma zona de espaço expositivo. Como o próprio nome indica será um espaço «aberto» que possibilite a exposição de obras. Podendo ser também um espaço museológico o qual pode incorporar informação que caracterize o Bairro.

É fundamental que este tipo de espaço esteja ligado a associações de divulgação cultural como é o caso da Associação Cultural e Artística Elucid'arte, a qual promove a cidade de Setúbal através da realização de eventos e actividades no domínio da educação patrimonial e património cultural, das artes plásticas.

Apesar de se tratar de um espaço estreito, a circulação torna-se bastante dinâmica devido á existência das passerelles, uma que cruza as duas alas, e outras duas que permitem o fácil acesso ao piso 0, uma para o pátio exterior e outra para o pátio interior. bem como foram abertos arcos para a ligação com a ala Nascente, pois as passagens que existiam eram muito estreitas. (Ver Figura 145)



Legenda: ■ - Zona expositiva – 150.50 m² ■ - Passerelle de transição ■ - Passerelles de acesso ao piso 0

Figura 145 – Espaço Expositivo
(Fonte: Imagem elaborada pelo autor)

O auditório é um espaço que pretende possibilitar palestras e conferencias no âmbito educacional e cultural, promovendo a divulgação do bairro onde está inserido este espaço, de igual modo como a biblioteca, obriga ao interessado que se desloque ao local.

Inserido no antigo espaço de escola primária, a intervenção teve por apenas a demolição de uma parede divisória das antigas salas de aula, tornando-se assim num espaço mais amplo.

O espaço de auditório tem a capacidade de lotação para 131 pessoas sentadas, podendo o mesmo espaço ser aberto, arrumando todos os assentos. possibilitando deste modo efectuar pequenos espectáculos.

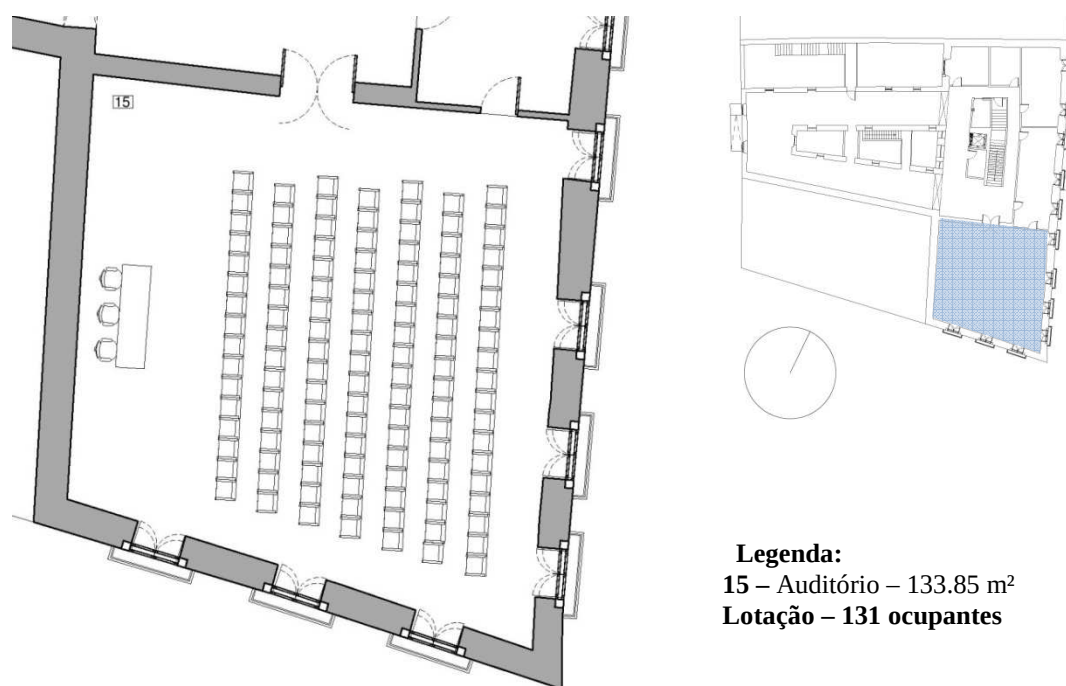


Figura 146 – Auditório
 (Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver apêndice VIII, desenho nº 031)

O núcleo das Instalações sanitárias do piso 1 encontra-se localizado na área dos antigos quartos. Este núcleo é composto por instalações sanitárias, femininas, masculinas e de deficientes. Como pode ser visível na figura abaixo apresentada.

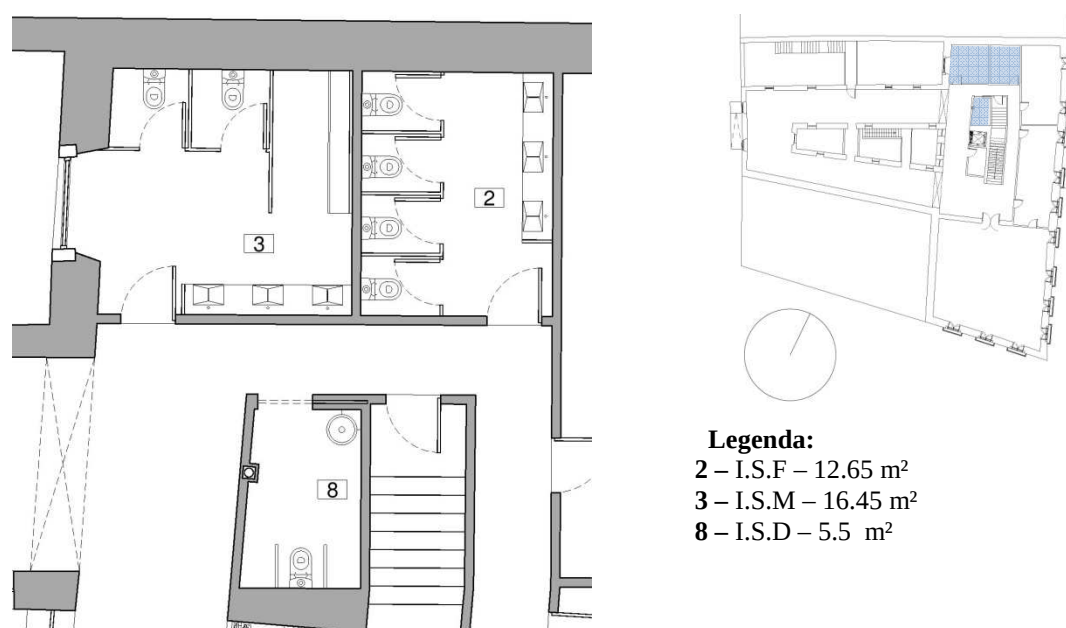


Figura 147 – Núcleo de Instalações sanitárias do piso 1.
 (Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver apêndice VIII, desenho nº 031)

Por fim existe o aproveitamento do sótão, como espaço de arrumos, em que o acesso apenas é permitido aos funcionários do edifício.

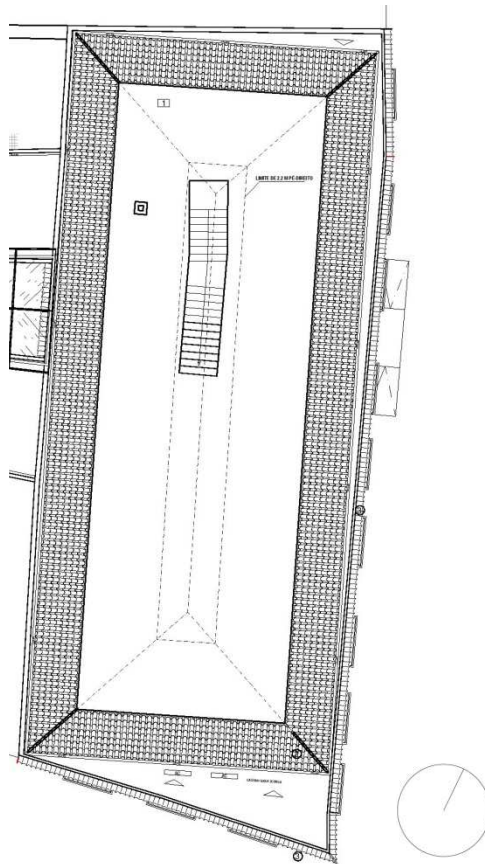


Figura 148 – Aproveitamento de sótão
(Fonte: Imagem elaborada pelo autor. Ver apêndice VIII, desenho nº 031)

Conclusão

Desde algum tempo tem sido notório que o tema da prática da reabilitação tornou-se num tema urgente, pois cada vez mais nos confrontamos com as emergentes necessidades de reabilitação dos Centros Históricos das cidades, devido estes encontrarem-se num elevado estado de degradação. Assim a prática de reabilitação nos centros históricos proporciona não só rejuvenescer os centros, bem como, melhorar todo o seu desempenho, dinamizar, entre outras vantagens que foram mencionadas anteriormente no capítulo 1.

Deste modo a caracterização da área de intervenção, ou seja o Bairro da Fonte Nova, alertou-nos para a urgente necessidade de recuperação e dinamização, como foi referido no capítulo 2. Existindo uma forte necessidade de salvaguardar toda a herança cultural, bem como de divulgar todo o bairro, evitando o seu despovoamento.

A proposta de reabilitação do edifício em estudo ajuda de certo modo a combater parte das carências do bairro, tendo sempre em conta toda a morfologia envolvente.

A proposta de intervenção passa pela análise histórica, quer das vivências quer da arquitectura existente. Posteriormente é feita análise do estado conservação, averiguando quais os elementos possíveis a manter de forma a valorizar e salvaguardar o edifício, mantendo a sua identidade.

Apesar dos usos criados não serem iguais aos usos antigamente existentes, foi possível manter os seus carácteres, económico, social, educacional, cultural, bem como, a criação de novos serviços que melhoraram significativamente o desempenho do edifício.

De um modo geral, esta dissertação poderá servir de base para estudos futuros. Pois se a recuperação de edifícios for sistemática, a mentalidade existente rapidamente mudará, visualizando todas as vantagens da prática da reabilitação incentivando consecutivamente técnicos, promotores e construtores para a prática da recuperação de edifícios.

Actualmente a CMS tem vindo a actuar no Centro Histórico, pelo que esta proposta enquadra-se plenamente nos planos da reabilitação, servindo como exemplo para uma possível reabilitação real.

Visto que cada edifício é um objecto único, merece ser alvo de uma análise individual, de modo a que os critérios de intervenção estejam inteiramente adequados ao edifício. Para tal, é necessário proceder sempre a uma análise para conhecer o edifício, não só no contexto histórico – cultural bem como fazer uma abordagem científica.

A coerência das intervenções neste tipo de bens culturais apenas é possível caso os procedimentos adoptados assegurem a autenticidade e integridade dos valores do património. Estabelecendo-se assim as bases para um projecto único de conservação, de salvaguarda e de manutenção.

“Tratar de edifícios antigos é pois, em primeiro lugar, ter disponibilidade para entender uma realidade histórica em movimento já que os edifícios se destinam, em geral, a instalações vivas, dedicadas às pessoas, constituindo por isso um precioso manancial de informação acerca da cultura e da tradição dos povos. Encarado assim, quase como um organismo vivo, o edifício antigo passa a ser olhado com respeito e respeitado na sua identidade no decurso de qualquer intervenção” (APPLETON, 2003, pp. 261-262).

Bibliografia utilizada

A.D.S, Setúbal/ Anunciada, Baptismos 18;

Aguiar,J.,Cabrita,A.,Appleton,J. (2002). *Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais*. Lisboa: LNEC;

Appleton, J. (2003). *Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e tecnologias de intervenção*. Lisboa: Edições Orion;

Arís, C. (1993). Col. *Arquitectura/Teoria, Las variaciones de la identidad – Ensayo sobre el tipo en arquitectura*. Barcelona: Edicions Del Serbal;

Bobone, M. (1968). *Algumas notas sobre o Palácio dos Guiões na Rua de São Filipe Nery*. Lisboa: separata do boletim da Associação Lisbonense de Proprietários nº 173;

Camargo, H. (2005). *Conceitos de Patrimônio: técnica ou ideologia? Continuação*. In <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&ID=25>. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Carta de Atenas é o manifesto urbanístico, escrito pelo arquitecto Le Corbusier e é uma consequência do IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna - CIAM. In <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Carta de Veneza - II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos/ICOMOS. In <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Cartas e Convenções Internacionais sobre Património. In <http://igespar.pt/pt/patrimonio/legislacaosobrepatrimonio/>. Acedido a 28 de Outubro de 2011;
Casa da Baía. In <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/casa-da-baia/170>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

Castro, T. (2000). *Françoise Choay, A Alegoria do Patrimônio*. Lisboa: Edições 70;

Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro 12;

Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro C6;

Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro F3;

Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro F13;

Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro G4;

Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro G11 ;

Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro G 61;

Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural – UNESCO . in <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/ConvencaooparaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturalNatural.pdf>. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Faria, C. (1980). *Novo fenómeno urbano aglomeração de Setúbal*. Lisboa: Assírio e Alvim;

Faria, C. (1985). *História urbana de Setúbal*. Setúbal: LASA;

Ferreira, A. (Sd). *Causas e Classificações de Patologias em Paredes de Alvenaria de Pedra*. Oeiras: Edições Construlink Press;

Ferreira, L. (2003). *Causas e Classificações de Patologias em Paredes de Alvenaria de Pedra*. Oeiras: Edições Construlink Press;

Fonseca, C. (2008), *Heráldica Portuguesa*. In <http://www.heraldica.carlos-fonseca.com/>. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Fonseca, L. (Sd). *Introdução ao Estudo sobre heráldica – Adornos*. In http://www.heraldica.net.br/3_4_1_timbre.htm. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Fonseca, L. (Sd). *Introdução ao Estudo sobre heráldica – Timbre*. In http://www.heraldica.net.br/3_4_1_timbre.htm. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Foral. In <http://www.merlaes.com/cartaforal.htm>. acedido a 20 de Dezembro de 2011;

Freitas, J.(2009). *Nicolau de Langres, arquitecto e engenheiro militar*. In <http://guerradarestauracao.wordpress.com/2009/02/09/nicolau-de-langres-arquitecto-e-engenheiro-militar/>. acedido a 10 de Janeiro de 2009;

GECORPA. (2000). *Arquitectura e Engenharia Civil: Qualificação para a Reabilitação e Conservação*. Lisboa: GECORPA;

Heráldica Pelotense, Ltda. (Sd). *Heráldica Pelotense*. In http://www.heraldica.com.br/saiba_mais/saiba_mais.php. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Homem, E. (1989). *Plano de Actividades da Junta de Freguesia N.ª S.ª Anunciada*. Setúbal: Edições da Junta de Freguesia N.ª S.ª Anunciada;

Linch, K. (1975). *De qué tiempo es este lugar*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili;

Lopes, A. (2003). *D. Pedro de Mascarenhas introdutor da Companhia de Jesus em Portugal*. Braga: Editorial A.O;

Lopes, F.,& Correia, M. (2004). *Património arquitectónico e arqueológico – Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.

Mascarenhas, P. in (1945). *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa: Editorial enciclopédia, vol XVI;

MODCOM. In http://www.iapmei.pt/resources/download/modcom_guia_beneficiario.pdf.
acedido a 2 de Janeiro de 2012;

Mouro, C. (1996). *A indústria conserveira em Setúbal*. Setúbal: Edições da Câmara Municipal de Setúbal

NUNES, Paulo, “*Conceito de Mercantilismo*” in
<http://www.knoow.net/cienceconempr/economia/mercantilismo.htm> Acedido a 10 de Janeiro de 2009;

PIVZRS. In <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/pivzrs/159>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

POLIS. In http://www.parqueexpo.pt/conteudo.aspx?lang=pt&id_class=371&name=O-que-fazemos. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

PRAUD. In https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman... Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

PROHABITA. (2004). In <http://cm-viseu.pt/habisolvis/index.php/prohabita>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

Quintas, J. (2001). *Acções de Salvaguarda e Reabilitação do Património: O Exemplo do Palácio Fronteira*. Dissertação de mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de arquitectura, Lisboa, Portugal;

RECRIA. In <http://www.cm-borba.pt/pt/conteudos/actividade%20municipal/habitacao/programa%20recria.htm>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

RECRIPH. In <http://www.cm-loures.pt/doc/MinUrbReab/RECRIPH.pdf>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

REHABITA. In <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=389&idi=36974>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

RESET. In <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/reset/160>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

Rodrigues, M., Sousa, P. & Bonifácio, H. (2005). *Vocabulário técnico e crítico de Arquitectura*. Coimbra: Quimera;

RUBE. In <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/rube/161>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

Sérgio.(Sd). *Heráldica*. In <http://www.heraldica.genealogias.org>. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Silva, A. (2002). *Caracterização Urbana do Bairro da Fonte Nova – Setúbal*. Setúbal: documento fornecido pelo próprio autor;

SOLARH. In http://www.cm-moncao.pt/portal/page/moncao/portal_municipal/SERVICOS_MUNICIPAIS/accao_social/habitacao_social/Programa%20SOLARH.pdf. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

Tracoma. In. <http://www.colegioweb.com.br/biologia/tracoma.html>. Acedido a 20 de Janeiro de 2011;

(1762). *Traslado do livro do lançamento da Décima dos Prédios Urbanos de Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada*.

Bibliografia Consultada

A.D.S, Setúbal/ Anunciada, Baptismos 18;

Aguiar,J.,Cabrita,A.,Appleton,J. (2002). *Guião de apoio à reabilitação de edifícios habitacionais*. Lisboa: LNEC;

Appleton, J. (2003). *Reabilitação de Edifícios Antigos – Patologias e tecnologias de intervenção*. Lisboa: Edições Orion;

Appleton, J., Domingos, I. (2009). *Biografia de um Pombalino – Um caso de reabilitação na Baixa de Lisboa*. Lisboa: Edições Orion;

Arís, C. (1993). Col. *Arquitectura/Teoria, Las variaciones de la identidad – Ensayo sobre el tipo en arquitectura*. Barcelona: Edicions Del Serbal;

Bobone, M. (1968). *Algumas notas sobre o Palácio dos Guiões na Rua de São Filipe Nery*. Lisboa: separata do boletim da Associação Lisbonense de Proprietários nº 173;

Camargo, H. (2005). *Conceitos de Patrimônio: técnica ou ideologia? Continuação*. In <http://www.historiaehistoria.com.br/materia.cfm?tb=artigos&ID=25>. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Carta de Atenas é o manifesto urbanístico, escrito pelo arquitecto Le Corbusier e é uma consequência do IV Congresso Internacional de Arquitectura Moderna - CIAM. In <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeAtenas.pdf>. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Carta de Veneza - II Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos/ICOMOS. In <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/CartadeVeneza.pdf>. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Cartas e Convenções Internacionais sobre Património. In <http://igespar.pt/pt/patrimonio/legislacaosobrepatrimonio/>. Acedido a 28 de Outubro de 2011; Casa da Baía. In <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/casa-da-baia/170>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

Castro, T. (2000). *Françoise Choay, A Alegoria do Patrimônio*. Lisboa: Edições 70;

Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro 12;

Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro C6;

Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro F3;

Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro F13;

Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro G4;

Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro G11 ;

Conservatória Predial de Setúbal da Freguesia da Anunciada, livro G 61;

Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural – UNESCO . in <http://www.igespar.pt/media/uploads/cc/ConvencaoparaaProteccaodoPatrimonioMundialCulturalNatural.pdf>. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Faria, C. (1980). *Novo fenómeno urbano aglomeração de Setúbal*. Lisboa: Assírio e Alvim;

Faria, C. (1985). *História urbana de Setúbal*. Setúbal: LASA;

Ferreira, A. (Sd). *Causas e Classificações de Patologias em Paredes de Alvenaria de Pedra*. Oeiras: Edições Construlink Press;

Ferreira, L. (2003). *Causas e Classificações de Patologias em Paredes de Alvenaria de Pedra*. Oeiras: Edições Construlink Press;

Fonseca, C. (2008), *Heráldica Portuguesa*. In <http://www.heraldica.carlos-fonseca.com/>. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Fonseca, L. (Sd). *Introdução ao Estudo sobre heráldica – Adornos*. In http://www.heraldica.net.br/3_4_1_timbre.htm. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Fonseca, L. (Sd). *Introdução ao Estudo sobre heráldica – Timbre*. In http://www.heraldica.net.br/3_4_1_timbre.htm. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Foral. In <http://www.merlaes.com/cartaforal.htm>. acedido a 20 de Dezembro de 2011;

Freitas, J.(2009). *Nicolau de Langres, arquitecto e engenheiro militar*. In <http://guerradarestauracao.wordpress.com/2009/02/09/nicolau-de-langres-arquitecto-e-engenheiro-militar/>. acedido a 10 de Janeiro de 2009;

GECORPA. (2000). *Arquitectura e Engenharia Civil: Qualificação para a Reabilitação e Conservação*. Lisboa: GECORPA;

Heráldica Pelotense, Ltda. (Sd). *Heráldica Pelotense*. In http://www.heraldica.com.br/saiba_mais/saiba_mais.php. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Homem, E. (1989). *Plano de Actividades da Junta de Freguesia N.ª S.ª Anunciada*. Setúbal: Edições da Junta de Freguesia N.ª S.ª Anunciada;

Linch, K. (1975). *De qué tiempo es este lugar*. Barcelona: Editorial Gustavo Gili;

Lopes, A. (2003). *D. Pedro de Mascarenhas introdutor da Companhia de Jesus em Portugal*. Braga: Editorial A.O;

Lopes, F., & Correia, M. (2004). *Património arquitectónico e arqueológico – Cartas, Recomendações e Convenções Internacionais*. Lisboa: Livros Horizonte.

Mascarenhas, J. (2004). *Sistemas de Construção. V- O edifício de Rendimento da Baixa Pombalina*. Lisboa: Livros Horizonte;

Mascarenhas, P. in (1945). *Grande enciclopédia portuguesa e brasileira*. Lisboa: Editorial enciclopédia, vol XVI;

MODCOM. In http://www.iapmei.pt/resources/download/modcom_guia_beneficiario.pdf.
acedido a 2 de Janeiro de 2012;

Mouro, C. (1996). *A indústria conserveira em Setúbal*. Setúbal: Edições da Câmara Municipal de Setúbal

NUNES, Paulo, “*Conceito de Mercantilismo*” in
<http://www.knoow.net/cienceconempr/economia/mercantilismo.htm> Acedido a 10 de Janeiro de 2009;

PIVZRS. In <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/pivzrs/159>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

POLIS. In http://www.parqueexpo.pt/conteudo.aspx?lang=pt&id_class=371&name=O-que-fazemos. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

PRAUD. In https://www.ccdrc.pt/index.php?option=com_docman... Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

PROHABITA. (2004). In <http://cm-viseu.pt/habisolvis/index.php/prohabita>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

Queiroz, F., Portela, A. (2009). *Conservação Urbana e Territorial Integrada*. Lisboa: Livros Horizonte;

Quintas, J. (2001). *Acções de Salvaguarda e Reabilitação do Património: O Exemplo do Palácio Fronteira*. Dissertação de mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de arquitectura, Lisboa, Portugal;

RECRIA. In <http://www.cm-borba.pt/pt/conteudos/actividade%20municipal/habitacao/programa%20recria.htm>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

RECRIPH. In <http://www.cm-loures.pt/doc/MinUrbReab/RECRIPH.pdf>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

REHABITA. In <http://www.cm-lisboa.pt/?idc=389&idi=36974>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

RESET. In <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/reset/160>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

Rodrigues, J. (1990). *Documentário Arquitectónico*. São Paulo: Editora Itatiaia Limitada;

Rodrigues, M., Sousa, P. & Bonifácio, H. (2005). *Vocabulário técnico e crítico de Arquitectura*. Coimbra: Quimera;

RUBE. In <http://www.mun-setubal.pt/pt/pagina/rube/161>. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

Sameiro, A. (2003). *Armas e Troféus – Revista de História, Heráldica, Genealogia e Arte*. Lisboa: Instituto Português de Heráldica;

Santa-Rita, A. (2008). *Recuperação da Casa Sanches*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas

Sérgio.(Sd). *Heráldica*. In <http://www.heraldica.genealogias.org>. Acedido a 28 de Outubro de 2011;

Silva, A. (2002). *Caracterização Urbana do Bairro da Fonte Nova – Setúbal*. Setúbal: documento fornecido pelo próprio autor;

SOLARH. In http://www.cm-moncao.pt/portal/page/moncao/portal_municipal/SERVICOS_MUNICIPAIS/accao_social/habitacao_social/Programa%20SOLARH.pdf. Acedido a 2 de Janeiro de 2012;

Tracoma. In. <http://www.colegioweb.com.br/biologia/tracoma.html>. Acedido a 20 de Janeiro de 2011;

(1762). *Traslado do livro do lançamento da Décima dos Prédios Urbanos de Freguesia de Nossa Senhora da Anunciada*.

Glossário

- Argamassa -** "Mistura de cal, areia e água, destinada a ligar os materiais de construção." (RODRIGUES, SOUSA & BONIFÁCIO, 2005; p.43)
- Baluarte -** "Construção alta sustentada por muralhas ou terra batida, com faces e flancos de defesa; fortaleza." (RODRIGUES, SOUSA & BONIFÁCIO, 2005; p. 56)
- Cércea -** "1 - Altura de um edifício. 2 – Molde para o talhe das pedras, madeiras, corrimento de molduras, etc." (RODRIGUES, SOUSA & BONIFÁCIO, 2005; p. 60)
- Estuque -** "Argamassa composta de cal, areia finíssima e gesso, usada em vários tipos de ornatos e como acabamento final de paredes, normalmente interiores, dos compartimentos de um edifício."
(RODRIGUES, SOUSA & BONIFÁCIO, 2005; p. 128)
- Foral –** "A carta foral era um documento jurídico, autêntico, outorgado por uma identidade legítima e que tinha por fim regular a vida colectiva de uma povoação formada por homens livres. Funcionando ao mesmo tempo como lei escrita e lei orgânica, orientava e regulava a sociedade. Por outro lado, servia também para demarcar os limites territoriais ao mesmo tempo que estabelecia relações económicas e sociais entre as entidades outorgadas e outorgantes, definindo os tributos a pagar pelos primeiros." Foral. In <http://www.merlaes.com/cartaforal.htm>. acedido a 20 de Dezembro de 2011.

- Mercantil –** É uma doutrina económica que se afirmou na Europa colonial dos séculos XVI e XVII. Baseava-se na convicção de que a riqueza e o poder de um país dependiam da quantidade de metais preciosos que esse mesmo país conseguia acumular. Dado que a grande maioria dos pagamentos internacionais se faziam, nessa altura, com ouro e prata, toda a política económica centrava os seus esforços na manutenção de uma Balança Comercial favorável de forma a que a entrada de metais preciosos para o pagamento das exportações fosse superior á sua saída para pagamento das importações. NUNES, Paulo, “*Conceito de Mercantilismo*” in <http://www.knoow.net/cienceconempr/economia/mercantilismo.htm> Acedido a 10 de Janeiro de 2009;
- Platibanda -** “Muro, grade ou balaustrada que rodeia um terraço ou um telhado.” (RODRIGUES, SOUSA & BONIFÁCIO, 2005; p. 218)
- Tracoma -** O tracoma (conjuntivite granular, oftalmia egípcia) é uma infecção prolongada da conjuntiva causada pela bactéria *Chlamydia trachomatis*. O tracoma é contagioso nas suas primeiras etapas e pode ser transmitido pelo contacto entre a mão e o olho, por certas moscas ou por artigos contaminados, como toalhas e lenços. Tracoma. In. <http://www.colegioweb.com.br/biologia/tracoma.html>. Acedido a 20 de Janeiro de 2011

Índice Remissivo

Centro Histórico	5, 21, 34, 35, 145
Conservação	4, 22, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 32, 35, 44, 65, 113, 119, 123, 127, 140, 146, 147, 154, 156
Identidade	4, 22, 38, 146, 147
Reabilitação	22, 23, 24, 25, 26, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 59, 73, 129, 130, 146
Recuperação	25, 27, 28, 34, 36, 50, 63, 131, 146
Sustentabilidade	26, 31, 130
Património	4, 22, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 36, 47, 61, 65, 129, 142, 147